

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ANA PAULA RODRIGUES CIECELSKI

**MEMÓRIA SOCIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Nazismo e Segunda Guerra Mundial**

**Porto Alegre
2019**

ANA PAULA RODRIGUES CIECELSKI

**MEMÓRIA SOCIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Nazismo e Segunda Guerra Mundial**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a M^a. Marlise Maria Giovanaz.

**Porto Alegre
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Profª. Drª. Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profª. Drª. Karla Maria Muller

Vice-Diretora: Profª. Drª. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Titular: Profª. Drª. Samile Andréa Vanz

Substituta: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Jr.

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Titular: Profª. Drª. Rita do Carmo Ferreira Laipel

Substituta: Prof. Dr. Renê Faustino Gabriel Jr.

CIP - Catalogação na Publicação

Ciecelski, Ana Paula Rodrigues
MEMÓRIA SOCIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Nazismo e Segunda Guerra Mundial / Ana Paula Rodrigues
Ciecelski. -- 2019.
132 f.
Orientadora: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Memória Social. 2. Nazismo. 3. Segunda Guerra
Mundial. 4. Livro didático de história. 5.
Revisionismo. I. Giovanaz, Marlise Maria, orient. II.
Titulo.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Rua Ramiro Barcelos, nº 2705 - Bairro Santana

CEP: 90035-007 - Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3308-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

ANA PAULA RODRIGUES CIECELSKI

**MEMÓRIA SOCIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Nazismo e Segunda Guerra Mundial**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. M^a. Marlise Maria Giovanaz.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. M^a. Marlise Maria Giovanaz

Prof. Jorge Eduardo Enríquez Vivar

Bibliotecária Cyntia Silva Wessfl
CRB10/2212

*Dedico este trabalho à minha querida professora
Marlise Giovanaz, a minha querida colega e amiga
Juana Belinaso e aos meus amados filhos, por toda
a paciência que tiveram.*

*A educação visa melhorar a natureza do homem o que
nem sempre é aceite pelo interessado
(Carlos Drummond de Andrade)*

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta a construção da memória social nos livros didáticos de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental, analisando os seus conteúdos sobre Nazismo e Segunda Guerra Mundial. Destaca a memória social e seu papel na escola, bem como o poder de informação nos livros didáticos adotados. Discorre desde a escolha dos livros didáticos pelo professor até a importância destes no auxílio da ministração das aulas. Pondera sobre o negacionismo e o revisionismo, desde o seu surgimento na França, até seu desenvolvimento no Brasil na década de 80, assim como as divulgações e publicações de livros revisionistas no Rio Grande do Sul. Aponta sobre a história do tempo presente, desde o seu estudo a sua importância na educação para os alunos nos dias atuais. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental, e análise de discurso dentro dos livros didáticos de histórias, selecionados de cada instância de escola, municipal, privada e estadual. Apresenta resultados da análise dos livros didáticos de História do 9º ano, com uma discussão sobre os temas do Nazismo e Segunda Guerra Mundial, e indicações inseridas nestes. Conclui enfatizando que não há nenhum indício de falta de informação ou deturpação dos conteúdos inseridos nos livros didáticos de História sobre os temas analisados neste trabalho.

Palavras-Chave: Memória social. Nazismo. Segunda Guerra Mundial. Livro didático de história. Revisionismo.

ABSTRACT

The work of conclusion of course presents the construction of social memory, through the textbooks of history of the final years of elementary school. It emphasizes a brief resumption of the history on the Nazism and World War II. Highlights on the memory and its role in school, as well as the power of information in the textbooks inserted. It ranges from history to the choice of the textbooks by the teacher, until their importance of these to the aid of the ministração of the classes. It focuses on revisionism from its inception in France until its involvement in Brazil in the 1980s, as well as the publications and publications of revisionist books in Rio Grande do Sul. It points out the history of the present time, from its study to its importance in education for students today. The methodology used for the research was documentary analysis, and discourse analysis within the textbooks of stories, selected from each instance of school, municipal, private and state. It presents results from the analysis of the textbooks of history of the 9th year, as an existing discussion on the themes of Nazism and World War II, and indications inserted in these, clarification, innovations, and objectives. It concludes by emphasizing that there is no evidence of lack of information, or misrepresentation of the discourses inserted in the didactic books of History, in educational relation, on such subjects analyzed in this work.

Keywords: Social memory. Nazism. Second World War. History textbook. Revisionism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INL - Instituto Nacional do Livro

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC - Ministério da Educação

IHTP - Instituto de Tempo Presente

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante.

SEB - Secretaria de Educação Básica

ONU - Organização das Nações Unidas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BDTD/Ibict – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SIMEC - Sistema Integrado Monitoramento, Execução e Controle.

SA - Sturmabteilung em Alemão (exército nazista)

SS - Schutzstaffel em Alemão (Tropa de proteção)

DW - Deutsche Welle

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

| | |
|--|-------|
| Foto 1: Confeitaria de propriedade judaica pichada com inscrições anti-semitas. Viena, Áustria. Foto tirada em novembro de 1938..... | 19 |
| Foto 2: Sinal anti-judaico exibido em um restaurante em Viena. Viena, Áustria... | 19 |
| Foto 3: Loja destruída durante a "Noite dos Cristais" por ser de propriedade de judeus. Berlim, Alemanha | 20 |
| Foto 4: Um membro da Juventude Hitlerista posa para uma foto na cidade de Bruehl, na Renânia, em 1934..... | 22 |
| Foto 5: O recém-eleito chanceler Adolf Hitler cumprimenta de forma reverente o presidente alemão Paul von Hindenburg | 23 |
| Foto 6: Tropas alemãs desfilando em Varsóvia após a rendição da Polônia..... | 26 |
| Foto 7: Memorial do Holocausto..... | 59 |
| Foto 8: Memorial do Holocausto – Berlim, Alemanha (lado de fora)..... | 60 |
| Foto 9: Memorial Topografia do Terror | 60 |
| Foto 10: Entrada do Memorial Topografia do Terror..... | 61 |
| Foto 11: Estante de livros nazista, no Museu Histórico da Alemanha | 61 |
| Foto 12: Roupas usadas pelos judeus no período nazista..... | 61 |
| Foto 13: Folder do Museu Histórico da Alemanha | 62 |
| Foto 14: Pedras de Tropeços, espalhadas em frente às ex-casas dos judeus | 62 |
| Foto 15: Memorial: Campo de Concentração Auschwitz | 63-64 |
| Foto 16: Folder do Museu dos Judeus na Europa..... | 66 |
| Foto 17: Folder do Memorial Topografia do Terror | 66 |

IMAGENS

| | |
|---|----|
| Imagem 1: Livro Hitler Culpado Ou Inocente? Autor: Sérgio Oliveira; Editora: Revisão; Ano: 1981 | 48 |
| Imagem 2: Livro Sionismo x Revisionismo: Fantasia x Realidade Autor: Sérgio Oliveira..... | 49 |
| Imagem 3: Livro didático, História: Sociedade & Cidadania | 72 |
| Imagem 4: Livro didático, Estudar História: das origens do homem à era digital. | 73 |
| Imagem 5: Livro didático, Vontade de Saber História..... | 75 |

TABELA

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Dados Estatísticos FNDE | 70 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | A HISTÓRIA SE REPETE... .. | 17 |
| 2.1 | Antissemitismo..... | 17 |
| 2.2 | Nazismo..... | 21 |
| 2.3 | Segunda Guerra Mundial... .. | 25 |
| 3 | PODER E INFORMAÇÃO..... | 28 |
| 4 | CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL - O PAPEL DA ESCOLA | 31 |
| 5 | LIVROS DIDÁTICOS..... | 35 |
| 6 | REVISIONISMO OU NEGACIONISMO HISTÓRICO..... | 43 |
| 7 | A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE..... | 52 |
| 8 | POR QUE PRECISAMOS ESTUDAR A HISTÓRIA? | 58 |
| 8.1 | Educação na Alemanha hoje..... | 58 |
| 8.2 | Educação no Brasil hoje..... | 68 |
| 9 | Livros didáticos - Análise dos documentos | 71 |
| 9.1 | Objeto 1 | 72 |
| 9.2 | Objeto 2 | 73 |
| 9.3 | Objeto 3..... | 75 |
| 9.4 | Análise de comparação dos três objetos..... | 76 |
| 10 | ESSA HISTÓRIA TEM FINAL? | 80 |
| | REFERÊNCIAS | 83 |
| | ANEXO A - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; HISTÓRIA: SOCIEDADE & CIDADANIA | 90 |
| | ANEXO B - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; ESTUDAR HISTÓRIA: DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL... .. | 101 |
| | ANEXO C - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; VONTADE DE SABER HISTÓRIA.... | 118 |

1 INTRODUÇÃO

Em 2018, foi compartilhado pela embaixada da Alemanha no Brasil, no site *Facebook*¹, em Brasília, um vídeo com o objetivo de mostrar como é ensinado o Nazismo na Alemanha, este mesmo vídeo foi replicado por vários Consulados gerais da Alemanha no Brasil. Imediatamente após a postagem do referido vídeo, houve uma enxurrada de comentários nas redes sociais, indicando que este apresentava inverdades. Este acontecido nos apresentou um questionamento: como está sendo inserido o ensino sobre o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial nas escolas brasileiras e como estes conteúdos estão sendo ensinados no contexto em que este trabalho se desenvolve?

Este trabalho visa mostrar a importância da construção da memória social no aprendizado a partir da informação publicada nos livros didáticos, como algo a possibilitar uma discussão sobre o totalitarismo alemão, bem como uma reflexão sobre problemas que encontramos nas escolas e que impactam direta ou indiretamente nos alunos, como racismo, intolerância, xenofobia e participação política.

O trabalho também aborda uma discussão sobre poder e informação e sua relação com a seleção dos livros didáticos feitos pelo MEC², até ao acesso destes materiais pelos professores, salientando a importância destes como instrumentos auxiliares na realização das aulas, na orientação e na produção do conhecimento.

O Nazismo e Segunda Guerra Mundial são temas dados hoje como fundamentais para uma compreensão política e de preconceitos vividos nos séculos XX e XXI. O motivo desse interesse é justamente pelo impacto dos horrores e violências produzidos pelo Nazismo, que surgiu no período anterior à Segunda Guerra Mundial, tendo como representante maior Adolf Hitler. Essa Guerra foi talvez a maior (e uma das mais importantes) atrocidade presenciada pela humanidade. Nunca houve uma Guerra na qual se pudesse fazer tão claramente a divisão entre agressores e agredidos.

¹ Vídeo que foi postado no *Facebook* (rede social com maior difusão no Brasil), postado pelo Consulado da Alemanha de Brasília e repostado por outros consulados gerais no Brasil, com o título: **Como se ensina história na Alemanha**. Brasília [Alemanha]. 18 set. 2018.

² FND. Resolução nº 15, de 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/11997-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA15.-de-26-de-julho-de-2018> Acesso em: 06 maio 2019.

Portanto, este trabalho resultou da tarefa de realizar uma análise documental em livros didáticos de História Contemporânea Universal, com o objetivo de compreender a forma como esses temas são abordados, como é a construção da memória social a respeito do período, bem como o poder da informação, esclarecendo que esses livros são fontes de informação de confiança e seguras na construção da formação do aluno no ambiente escolar.

Este trabalho tem o propósito de buscar respostas para o seguinte problema de pesquisa: sendo o livro didático um dos instrumentos de ensino usados pelo professor, como está sendo construída a memória social dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na abordagem dos temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial nos livros didáticos de História?

Tendo como objetivo geral uma análise de como está sendo construída a memória social na abordagem dos temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial, nos livros didáticos de História, na formação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, nos dias atuais. Tem como os objetivos específicos: a) identificar se há um esclarecimento dos fatos nos temas o Nazismo e Segunda Guerra nos livros didáticos de História Contemporânea; b) analisar a forma como estes assuntos são abordados nestes documentos, se há uma abordagem reflexiva ou orientada; c) verificar se os livros didáticos de História apresentam versões inovadoras ou recentes na abordagem destas temáticas.

A justificativa para elaboração deste trabalho, é o princípio de que os livros didáticos são um instrumento de fundamental importância na formação educacional e construção da memória social dos alunos. Os livros didáticos são o principal meio utilizado pelo professor como uma forma de guia de ensino, o que sustenta a preocupação em averiguar as bases para a construção da memória social dos alunos do Ensino Fundamental. Foi tomada como amostragem a cidade de Porto Alegre, dentro da cidade foram recortadas uma escola pública estadual, uma escola pública municipal e uma escola privada, em cada uma destas foi identificado o livro didático de História escolhido pelo professor, o que nos deu a amostragem de análise. Isto foi proposto tendo como premissa que estes livros didáticos de História têm papel estrutural na educação e na construção da identidade, do pensamento crítico e da consciência moral na vida cidadã do aluno.

Particularmente, o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial interessam, não apenas pelo que foram, mas também por ainda ser um debate necessário, pois o racismo e o preconceito ainda estão muito vivos e, a princípio, é no ambiente escolar que todos temos o primeiro contato com esses temas. Tendo em vista o

crescente debate nas redes sociais, pelos brasileiros, como aconteceu após a postagem do vídeo pela embaixada alemã citada acima, portanto questiona-se como estão sendo elaboradas a reflexão e orientação em relação aos conteúdos ensinados. Bem como, o que está sendo apresentado nos livros didáticos de História, usado em sala de aula, no período dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Esse tema tem relação com a Ciência da Informação na medida em que envolve os livros didáticos de História como fontes de informação seguras e confiáveis. Os livros didáticos objetivam a formação de alunos cidadãos e conscientes, este trabalho procura analisar estes instrumentos para identificar se houve aprendizado sobre os temas do Nazismo e da Segunda Guerra Mundial ou se existem lacunas na disponibilização deste conhecimento. Sendo assim, não se justifica a falta de conhecimento sobre estes temas, nem explica a crítica de falha educacional.

A metodologia usada para a pesquisa deste trabalho é básica, voltada à compreensão dos livros didáticos. Segundo Gil (2002), a pesquisa básica consiste na realização de trabalhos teóricos ou experimentais, cuja finalidade principal seja a aquisição de novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem objetivo particular aplicável.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória, sendo que estas pesquisas têm como objetivo uma aproximação com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias. Seu planejamento foi, portanto, bastante flexível, de modo que possibilitou a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p. 41).

Além disso, a pesquisa foi de abordagem qualitativa e utilizou a revisão de literatura, baseada em pesquisa bibliográfica, que segundo para Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado. Além disso, esta pesquisa utilizou a análise documental, os livros didáticos de História, tornou-se uma pesquisa documental com vista em estudo dos documentos, no intuito de compreender circunstâncias sociais, reflexivas ou econômicas. (GARCIA JUNIOR; *et. al.*, 2017, p. 141). “Outro fator de relevância da análise documental no campo da Ciência da Informação ocorre devido ao potencial informativo existentes nos documentos [...]” (GARCIA JUNIOR; *et. al.*, 2017, p. 142), bem como as necessidades de reflexões e informacionais do aluno.

A análise documental dos livros didáticos de História utilizou a Análise do Discurso que segundo Azevedo (1998, p. 108) busca “[...] salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais [...]” na reflexão da memória nestes materiais. Analisaram-se os conteúdos e suas

formas de abordagem sobre o Nazismo e Segunda Guerra Mundial, assim como foi feito uma análise de discurso no intuito de verificar clareza, transmissão e se alcançava o objetivo de compreensão e construção de memória social premeditado através da interpelação e interpretação sobre os temas pelos alunos, e verificando se houve nesses livros didáticos uma abordagem de forma inovadora ou apenas tradicional, de forma resumida ou complexa.

O campo de estudo foi a cidade de Porto Alegre, em três escolas ligadas a instâncias diferentes (municipal, estadual e privada) usando como objeto os livros didáticos sobre História Contemporânea Universal, nos temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial, do 9º ano do Ensino Fundamental, em livros editados no período de 2009 a 2015. Estes livros foram adquiridos diretamente nas escolas de cada instância sugerida, foram fotocopiadas as páginas relevantes, dos assuntos anteriormente mencionados. Logo a seguir cada livro didático foi apresentado, referenciado e comentado a reflexão obtida, dos conteúdos neles inseridos, nos assuntos Nazismo e Segunda Guerra Mundial, conforme proposto. Houve uma comparação do conteúdo entre os três livros selecionados. Foram observadas as imagens, as questões de reflexão, os tópicos de conhecimento aprofundados, as indicações de cada livro, bem como se foram sucintos ou detalhados nos temas pelo trabalho proposto.

Em relação aos aspectos éticos, os livros foram analisados sem identificação das escolas específicas, apenas com a descrição da instância municipal, estadual e privada, para que não houvesse conflito de conteúdo em relação aos livros didáticos avaliados.

Este trabalho inicia com os referenciais teóricos sobre o antissemitismo, nos lembrando o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial, como aconteceram na história de forma sucinta, apenas para situar no contexto histórico os temas abordados no trabalho.

Em seguida, prosegue para poder e informação, inserido nos conteúdos dos livros didáticos de História, desde o seu início até a escolha destes pelos professores para o auxílio em suas aulas. Bem como, os referenciais teóricos de Gondar, Izquierdo, Norá, Pollak, discorrendo sobre a construção da memória social, e o papel da escola nessa construção da memória dos alunos, na vida escolar. Seguindo para um esclarecimento do surgimento dos livros didáticos no Brasil, até sua importância do uso no auxílio de ministração de aulas para o professor, e de como esses livros didáticos podem auxiliar na compreensão dos conteúdos apresentados em sala de aula para o aluno.

Discorre também sobre temas pouco abordados como o Revisionismo e

Negacionismo Histórico e a História do Tempo Presente, para que haja uma melhor compreensão sobre alguns fatos históricos que têm acontecido, trazendo elementos de fundamental importância para o conhecimento do aluno, para uma valorização da memória oral, como pensamento crítico e no que isso pode acrescentar na vida cotidiana do aluno.

O trabalho apresenta o resultado da análise dos conteúdos, dos três livros didáticos de História recolhidos nas três diferentes instâncias escolares. Inicia discorrendo sobre como está inserida a educação na Alemanha nos dias atuais, tanto relacionados às visitas a memoriais e museus, quanto à valorização da memória oral dos sobreviventes do holocausto. Logo após aborda como está atualmente a educação no Brasil em relação aos livros didáticos de História e sua avaliação e escolha destes livros didáticos.

Conclui com a abordagem de documentos jornalísticos internacionais *online*, sobre os comentários dos brasileiros após o vídeo da Embaixada da Alemanha ser postado pelo consulado de Brasília, divulgado no *Facebook*, e a reflexão sobre a educação e a nova forma de preconceito.

2 A HISTÓRIA SE REPETE

Os debates recentes sobre o significado e a relevância dos temas do Nazismo e da Segunda Guerra Mundial, nos obrigam a “reconceituar” e recapitular os temas que são o plano de fundo deste trabalho. Na seção a seguir será feita uma retomada destes temas, com o objetivo de proporcionar ao leitor um breve apanhado do estado atual desse debate abordando o Antissemitismo, Nazismo e a Segunda Guerra Mundial nos tópicos a seguir.

2.1 Antissemitismo

O antissemitismo é uma expressão de um preconceito que já aparecia muito antes da Segunda Guerra Mundial, no entanto nunca fora algo tão agressivo como o que ocorreu no período do nazismo e do holocausto³. O antissemitismo surgiu ainda na Idade Média, por parte da Igreja Católica, devido a sua crença de que os judeus não acreditavam que Jesus Cristo fosse o messias e segundo a Bíblia, teriam sido também os judeus os causadores da morte de Jesus Cristo. Porém, mesmo estando expatriados, os judeus permaneciam com suas crenças, sua religião e sua cultura em qualquer lugar onde estivessem.

O termo antissemitismo não foi empregado desde sempre, surge a partir de 1879, conforme aponta Ferreira (2017, p.22):

É importante ressaltar que o termo antissemitismo (Antisemitismus), preconceito ou ódio contra os judeus e sua cultura, foi concebido no ano de 1879 pelo jornalista alemão Wilhelm Marr (1819 – 1904). Contudo, é possível observar no curso da história outras discriminações instituídas aos judeus, por motivos para além dos aspectos ideológicos ou políticos que marcaram o século XIX, que precederam a criação do termo (FERREIRA, 2017, p. 22).

Houve também perseguição por conflitos econômicos, que colocavam os judeus em uma situação complicada, em relação à forma de obter seu sustento

[...], pois os governantes impuseram muitas restrições aos judeus, proibindo que ocupassem determinados cargos [...] como a Igreja Católica condenava a usura (empréstimo de dinheiro a juros), os judeus foram obrigados a assumir os importantes, porém impopulares, papéis de cobradores de impostos e também emprestadores de dinheiro para a maioria cristã. (JIMMY, 1993, online).

No entanto ao longo dos séculos, principalmente no XIX, os judeus já estavam sendo aceitos pelas comunidades e ganhando alguns direitos. No oeste da Europa, os judeus já estavam conseguindo adquirir os mesmos direitos civis. Mas algumas

³ Holocausto, também conhecido como Shoá, foi o genocídio ou assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

disseminações acusatórias começaram a surgir devido a algumas teorias de líderes europeus que “criaram o argumento de que os brancos eram superiores às demais raças e, portanto, tinham o direito e dever de ocupar outras regiões do mundo e de dominar as raças mais ‘fracas’ e ‘menos civilizadas’” (JIMMY, 1993, online). Sendo assim começaram a aparecer escritores que divulgavam em livros suas teorias irracionais, como o exemplo clássico “O mito do século XX” de Alfred Rosenberg, que escreveu um livro sobre “raça pura”. Houve também outros tipos de disseminação deste tipo de informação, por exemplo o boato da dominação do mundo pelos judeus:

Na França, um membro da polícia secreta russa cria Os Protocolos dos sábios de Sião. O livro Os Protocolos diz existir uma conspiração judaica para dominar o mundo. Os documentos forjados são apresentados como se fossem as atas de uma assembléia de líderes judaicos, de toda a terra, na qual eles teriam traçado planos para dominar o mundo. O livro também sugere que os judeus formaram instituições e organizações secretas com o objetivo de controlar e manipular partidos políticos, a economia, a imprensa e a opinião pública mundial. (JIMMY, 1993, online)

Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial os judeus gozavam de todos os direitos de cidadania na Europa, principalmente na Alemanha, onde muitos destes judeus eram bem sucedidos, eram engenheiros, médicos, artistas, empresários, banqueiros, etc. Porém, a partir de 1933, a vida financeira, educacional e social dos judeus passou a mudar gradualmente na Alemanha (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*). Em 1938, as autoridades alemãs começaram a isolar e separar os judeus alemães dos cidadãos alemães considerados “puros”, de “raça ariana”, impedindo-os de exercer suas profissões e impedindo de todas as formas oportunidades de ganharem seus sustentos. (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*). Havia jornais, panfletos, placas, faixas, todo tipo de propaganda antissemita, como formas de propagar o preconceito e impedir que se questionassem as novas leis promulgadas pelo governo de Hitler. A Foto 1 mostra uma confeitaria de um judeu, em Viena, com sua fachada pichada com inscrições antissemitas. Na Foto 2 vemos uma faixa nazista, com dizeres antissemitas, também em Viena, em frente a um restaurante judeu.

Foto 1: Confeitaria de propriedade judaica pichada com inscrições antissemíticas. Viena, Áustria.



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

Foto 2: Sinal antijudaico exibido em um restaurante em Viena. (Áustria)



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

Em 9 de novembro de 1938, o partido nazista cometeu atos de violência contra as propriedades dos judeus na Alemanha. Lojas e estabelecimentos comerciais judaicos, que já haviam sofrido com os ataques antissemíticos, tornaram-se alvos deliberados de vandalismo (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*). Soldados da *Sturmabteilung* (conhecido pela sigla SA, termo alemão que significa Tropa de Assalto) e *Schutzstaffel* (conhecido pela

sigla SS, termo alemão que significa Tropa de proteção⁴) e a Juventude Hitlerista tinham ordem para destruir todos os estabelecimentos e sinagogas dos judeus. Muitas sinagogas foram queimadas, este episódio foi conhecido como “Noite dos vidros quebrados”, devido aos cacos das vitrines das lojas quebrados e espalhados pelas ruas (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*). A Foto 3 mostra uma loja de propriedade judaica em Berlim, Alemanha, destruída na “Noite dos Cristais” (ou noite dos vidros quebrados).

Foto 3: Loja destruída durante a "Noite dos Cristais" por ser de propriedade de judeus



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

A violência foi se espalhando por todo o país, seja de forma material ou física, contra os judeus. As deportações já estavam iniciando, outros judeus estavam fugindo, mas isso não duraria por muito tempo, pois houve uma lei onde os passaportes originais tinham que ser entregues aos soldados da SS, para serem anotados com a letra “J” de judeu, barrando assim também as fugas para outros países. Logo iniciaram as deportações para os Guetos⁵, bairros minúsculos com grandes concentrações de judeus, impossibilitando uma vida digna. Depois do guetos milhares de judeus começaram a ser enviados para os campos de concentração como prisioneiros ou então para campos de trabalhos forçados e muitos para o extermínio.

⁴ Significados. Com.br. **Significado da SS (Schutzstaffel)**. 6 out. 2016. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ss/> Acesso em: 18 abr. 2019.

⁵ O gueto é na maioria das cidades europeias, bairro onde todo judeu era obrigado a residir, de forma precária.

2.2 Nazismo

Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha sofreu as consequências, sob a pressão de seus vizinhos europeus, o país foi obrigado a assinar o Tratado de Versalhes, tendo que aceitar novas fronteiras e altas penalidades. Com isso teve sua economia enfraquecida que resultou em desemprego em todo o país. No entanto, a Alemanha continuaria conservando a sua soberania nacional, e isto, seria fundamental para o surgimento de um nacionalismo extremo, poderia se afirmar que o Tratado de Versalhes contribuiu para o auxílio à expansão do Nazismo.

[O Tratado] de Versalhes trouxe aos alemães a submissão ao capitalismo internacional, com seus sacrifícios e privações; porém, por outro lado, contribuiu para criar um novo e agressivo nacionalismo, com caráter a um só tempo racista e messiânico, baseado na sobrevivência dos mais aptos (RIBEIRO JUNIOR, 2005, p. 20)

Um ex-cabo da Primeira Guerra, chamado Adolf Hitler, recusado duas vezes em tentativas de ingressar na Academia de Belas Artes de Viena, deixou de vez o sonho de ser artista e ingressou posteriormente na vida política. Para tanto decidiu, em setembro de 1919, assistir a uma reunião do novo partido (Partido dos Trabalhadores Alemães) e acabou por filiar-se ao partido.

Em novembro de 1923, juntamente com sua Tropa de Assalto e o general Ludendorff, como apoio da extrema-direita e dos conservadores de toda Alemanha, em uma Cervejaria de Munique, tentam um golpe de Estado. O resultado foi a prisão de Hitler, porém esta tentativa fez com que ele fosse mais admirado e com isso mais adeptos se associaram ao Partido Nazista. Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, mas só cumpriu oito meses. Foi durante o período da prisão que Hitler escreveu seu primeiro volume do *Mein Kampf* (Minha Luta), e neste livro além da ideologia antissemita, falava sobre política e também planejava uma reestruturação educacional para exaltação do nacionalismo, incluindo as ideologias de uma “raça pura”, a “raça ariana”, na educação dos jovens. “Quem física ou espiritualmente não é sadio ou digno não deve perpetuar os seus defeitos por meio de seus filhos. Nisso consiste a maior tarefa educativa do Estado nacionalista” (HITLER, 1983, p. 253). Era algo que Hitler acreditava e escreveu em seu livro em 1925, quando o publicou. Sendo assim, começaria seu propósito de ideologização nazista através dos jovens alemães.

O trabalho de educação coletiva do Estado nacionalista deve ser coroado com o despertar do sentido e do sentimento da raça, que deve penetrar no coração e no cérebro da juventude que lhe foi confiada. [...] Sob o ponto de vista racial, essa educação deve ser completa pelo serviço militar, que deve ser visto como a conclusão da educação normal de cada alemão. Embora seja grande a importância no Estado nacionalista da educação física e espiritual, não o é menos a seleção dos melhores indivíduos (HITLER, 1983, p. 266).

Esse era o objetivo do Hitler na educação dos jovens alemães, com o propósito de prepará-los, no que tocava à mente para o antissemitismo e no que tocava ao corpo para o militarismo. Após a saída da prisão, Hitler publica o seu primeiro volume e algum tempo depois começa a escrever o segundo volume no qual expõe mais claramente seus ideais educacionais para os jovens criando a Juventude Hitlerista (na Foto 4 vemos um membro da Juventude Hitlerista na cidade de Bruehl, em 1934, usando o uniforme obrigatório para todos os jovens entre 10 e 18 anos).

Foto 4: Um membro da Juventude Hitlerista posa para uma foto na cidade de Bruehl, na Renânia, em 1934.



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

Hitler tentou alcançar o poder democraticamente, por votos em eleições, no entanto não conseguiu ser eleito. Em janeiro de 1933, o Presidente Hindenburg nomeou-o Chanceler do governo de coalizão (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*). Na Foto 5, Adolf Hitler aparece cumprimentando o Presidente Paul Von Hindenburg, no momento em que ele foi escolhido Chanceler.

Foto 5: O recém-eleito chanceler Adolf Hitler cumprimenta de forma reverente o Presidente alemão Paul Von Hindenburg



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

Os políticos conselheiros preferiam confiar no Partido do Nazismo a ter que confiar nos representantes do Comunismo, este era visto por eles com maior desconfiança, e, portanto, o Parlamento se aliou ao Partido do Nazismo. Ainda em 1933, ocorreu um incêndio criminoso no prédio do Parlamento que causou grande destruição (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*), sendo assim os parceiros do Partido Nazista acusaram o Partido adversário, os comunistas, pelo incêndio, então o governo declarou Estado de Emergência.

O Presidente Hindenburg decretou a suspensão de todos os direitos básicos civis, como medida de proteção à constituição, criando ações políticas arbitrárias. “Os primeiros alvos foram seus oponentes políticos de acordo com o decreto eles podiam ser detidos” (ORGANIZAÇÃO, 2014, *online*), torturados, espancados e os líderes sindicais e políticos adversários foram presos, colocando em prática o plano do Partido Nazista, enviando milhares de esquerdistas, comunistas dentre outros para os recém-criados campos de concentração, chegando finalmente o governo de Hitler ao totalitarismo. Já no governo Nazista, Hitler nomeia Goebbels como ministro da cultura e da propaganda, tendo um

controle absoluto “sobre toda manifestação de pensamento na Alemanha”, podendo assim disseminar todo o tipo de informação, antissemita.

Em agosto de 1934, morre o Presidente Hindenburg, portanto Hitler assumi definitivamente o poder, com isso ele coloca fim à República de Weimar, isso também fez com com ele fechase todos os Parlamento, ordenou a dissolução dos sindicatos e decretou ilegalidades a todos os partidos políticos, com exceção do Partido Nazista.

Em setembro de 1935, houve a famosa queima de livros em praça pública, neste momento o Exército não mandava mais no Partido, mas era o Partido que mandava no exército. Em 1924, já haviam começado os discursos para a reforma educacional.

Em um discurso feito em 1924, Hitler sintetizou os princípios que deveriam nortear a política educacional do Estado Nacionalista do futuro: “A meta do Estado Popular tende de ser a orientação de seu trabalho educacional não para simples de ministrar conhecimento, mas para criar e treinar corpos saudáveis. O treinamento das faculdades intelectuais representa apenas um objetivo secundário. Mas também isto se deve dar ênfase, em primeiro lugar, à modelagem e formação do caráter, sobretudo para desenvolver a força de vontade e a capacidade de tomar decisões juntamente com um pronunciado senso de responsabilidade. O treinamento erudito e científico ocupa o último lugar (...). Um homem de pequenas realizações intelectuais, mas fisicamente saudáveis, de caráter bom e estável e pronto a tomar a decisões responsáveis, e mais valioso e vantajoso para a comunidade nacional do que uma pessoa fraca e de elevada cultura” (RIBEIRO JUNIOR, 2005, p. 43).

As reformas educacionais foram para “além das escolas públicas [...] durante o governo do Terceiro Reich, também foram criadas escolas diferenciadas para o propósito de a doutrinação ser ainda mais profunda” (VICENTE; WITT, 2018, p. 74).

Hitler visava à educação de crianças e jovens pela doutrinação das ideologias do nazismo, começando pelos programas didáticos veiculadas nas instituições escolares. “O programa didático-pedagógico nazista foi vinculado em conformidade com a visão de mundo defendida pelo nacional-socialismo” (VICENTE; WITT, 2018, p. 74). Também seria necessário começar a reforma pelos professores, colocando somente os que seguiam fielmente as ideologias, e “aposentar” ou “afastar” os que não concordavam com as novas medidas educacionais. “Os professores das escolas primárias e secundárias, [...] para poderem manter-se na profissão, tinham sido obrigados a filiar-se ao partido [...]” (KOCH, 1973, p.72). As disciplinas tiveram também mudanças, as de História, por exemplo:

A História também foi matéria seriamente atingida. Todos os livros da disciplina foram submetidos a rigorosa revisão. O primeiro compêndio de história que este autor recebeu num ginásio, em 1943, começava com Adolf Hitler e acabava com Anibal. A História era exclusivamente político-militar, focalizando a luta contínua do povo alemão pelo poder e pela existência (KOCH, 1973, p.98).

As ideias sobre história tinham foco em diversas visões nazistas, distorcendo a história alemã, enaltecendo o nacionalismo e principalmente cultuando o racismo.

A Juventude Hitlerista era uma espécie de grupo particular escolar de Hitler, pois estes faziam o ensino regular na escola. A Juventude Hitlerista auxiliou muito no processo de ascensão de Hitler, atuando nas destruições às lojas e escritórios dos judeus e também na queima de livros considerados proibidos, por serem de autoria de intelectuais judeus. A disseminação do racismo na educação alemã perdurou até 1945, “[...]levou algum tempo para muitos desses jovens superarem a doutrinação nazista e perceberem as consequências de seus atos” (VICENTE; WITT, 2018, p. 84). Muito tempo levaria para “desnazistificar” o povo alemão, para isso foi necessária uma reeducação após o período da ditadura nazista.

2.3 Segunda Guerra Mundial

As razões que levaram ao conflito da Segunda Guerra Mundial começaram ainda no final da Primeira Guerra Mundial e com isso a criação do Partido Nazista. Hitler quebrou as regras do Tratado de Versalhes sobre rearmamento e, em 1936, ocupou a Renânia militarmente. Dois anos depois, Hitler anexou a Áustria à Alemanha, sem maiores dificuldades para o exército nazista.

A Conferência de Munique, ocorrida em 1938, reuniu Alemanha, Itália, Inglaterra e França com Mussolini⁶ que propunha a anexação dos Sudetos. Com isso, os ocidentais acreditavam que iriam fazer com que a Alemanha não mais expandisse seus territórios. Porém, isso não foi o suficiente para parar a Alemanha e, em março de 1939, os nazistas dominaram a Bohemia, no mesmo momento a Itália anexou a Albânia. Enquanto isso, Hitler estava fazendo um acordo com a União Soviética para dividir a Polônia, o Pacto conhecido como “o Pacto Germânico Soviético de não agressão”, ocorrido em agosto de 1939.

⁶ Tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922 e começou a usar o título Il Duce desde 1925. Após 1936, seu título oficial era "Sua Excelência Benito **Mussolini**, Chefe de Governo, Duce do Fascismo e Fundador do Império

Iniciada em 1º de setembro de 1939, a Segunda Guerra Mundial teve o primeiro movimento com a invasão da Polônia pelas tropas nazistas, alguns dias depois a França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha. Na Foto 6, desfile das tropas alemãs em Varsóvia, logo após a rendição da Polônia.

Foto 6: Tropas alemãs desfilando em Varsóvia após a rendição da Polônia



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum.

Hitler queria conquistar Londres e, em setembro de 1940, através de uma ofensiva marítima e aérea bombardeou sistematicamente a capital inglesa, na chamada “Batalha da Inglaterra”. Na Itália, Mussolini abandonou a neutralidade e declarou guerra à França e à Inglaterra, em junho de 1940. Em junho de 1941, Hitler quebrou o pacto de não agressão com os soviéticos e iniciou a “Operação Barbarossa” com a invasão de Leningrado, ao norte; Moscou, ao centro; Ucrânia e Cáucaso, ao sul. Enquanto Hitler atacava a União Soviética, Japão decidiu fazer uma ofensiva suicida aos americanos. “Em 7 de dezembro de 1941, [...] o Japão atacou sem prévia, a base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. Logo depois a Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos” (MELLO; COSTA, 1999, p. 354). Assim, os Estados Unidos entra na guerra.

Os soviéticos libertaram a Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Finlândia e Hungria, em 1944. Na costa norte da França o desembarque dos Aliados, na Normandia, conhecido como o “Dia D”(foi no dia 6 de junho de 1944, chamando de dia D, porque foi um código usado para que os alemães não descobrisse a data nas transmissões por rádio), iniciando o término da guerra na Europa. Com este ataque, os ingleses e americanos libertaram a França e os Países Baixos, fechando o cerco em torno da

Alemanha. A Rússia utilizou a estratégia da “Tática da Terra Arrasada”⁷ na invasão a Alemanha.

Hitler se suicidou em abril de 1945, Berlim foi conquistada pelos soviéticos, e terminou a Segunda Guerra na Europa. Mas ainda não termina no Japão, pois em 6 de agosto, o Presidente dos Estados Unidos, Truman⁸, realiza o bombardeio atômico em Hiroshima, que quase exterminou por completo a cidade, e em seguida, um novo ataque de bomba atômica na cidade de Nagasaki, fazendo com que o Japão assinasse sua rendição, finalizando oficialmente a Segunda Guerra Mundial em 1945.

⁷ Que consiste na retirada civil e militar, destruindo tudo o que existe para que a tropa inimiga que adentra o território encontre um ambiente hostil.

⁸ Harry S. Truman foi o 33º presidente dos Estados Unidos. O último running mate de Franklin D. Roosevelt em 1944, Truman chegou à presidência em 12 de abril de 1945 após a morte de Roosevelt.

3 PODER E INFORMAÇÃO

Aqueles que têm a informação também detém o poder, tanto para o bem quanto para o mal; pode-se usar a informação para esclarecimento, desenvolvimento, conhecimento ou até mesmo para a descoberta científica, bem como para o mal, com objetivo de dominação, escravização ou exploração de indivíduos. “Vê-se que a informação é uma variável poderosa dentro do ambiente no qual está inserida e, portanto, tê-la é estabelecer o controle e o domínio sobre aqueles que dela fazem uso” (JU; ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 128). Portanto, é dever de cada um saber usar a informação com consciência de como ela deve ser disponibilizada em seu meio. Para Ju e Almeida Júnior (2015, p. 130) “[...] a informação é considerada um atributo significativo para construir conhecimento no indivíduo, em sua organização, na sociedade, gerando com isso uma ação [...]”, devido a isso, somos responsáveis pela forma como ela é disseminada, ou apropriada, ou manipulada. Sendo assim “[...] aquele que detém a informação, aquele que tem conhecimento, é aquele que detém algum nível de poder [...] nas organizações, informação, conhecimento e poder sejam quase sinônimos” (LION; MIRANDA, 2015, *online*). Quem tem conhecimento, dele também tem poder.

Esse poder pode ser usado para um bem comum ou para um domínio de exploração de outro “somente o poder pode criar direito, e somente o direito pode limitar o poder” (JU; ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 134). A informação é poder mesmo que na realidade atual, apenas se visualize primordialmente uma democratização da informação e do conhecimento (JU; ALMEIDA JUNIOR, 2015, p.134). Hoje se tem o direito ao acesso à informação, para o auxílio do indivíduo ou sociedade, portanto o poder sobre essa informação, dela poderá se produzir outra informação em base de interesse pessoal, ou de comum acordo, ou um interesse coletivo para a disseminação de conhecimento e reflexão de um todo.

Se a informação é conhecimento e o conhecimento é poder, então a informação é poder. Ou seja, a assimetria (anormalia/ lacuna/ incompletude na busca, transferência, apropriação e uso) da informação em ambientes organizacionais, traduzida nos desafios que o ambiente externo impõe a organização, é um elemento que gera incertezas: quem for capaz de diminuir a incerteza terá mais informações e consequentemente mais poder. (LION; MIRANDA, 2015, *online*).

A formação de uma ideologia nas escolas está vinculada à informação e elaboração de reflexão e orientação com o propósito de conhecimento pessoal.

[...] partem do pressuposto de que os gerentes utilizarão o poder responsabilmente, a fim de atingir os objetivos da organização, mesmo quando muito do que se sabe sobre o poder carismático vem do estudo de líderes, tais como Hitler e Mussolini [...] temas éticos e os potenciais abusos de poder (exploração) pelos grupos dominantes são subestimados, o que faz com que aqueles que desafiam as prerrogativas gerenciais sejam taxados com rótulos “políticos”, fazendo com que em certos sentido as resistências e retaliações que levam aos conflitos de poder sejam um movimento político dentro das organizações (LION; MIRANDA, 2015, *online*).

Esse poder também pode ser exercido dentro da educação, como forma de manipulação de poder da informação aos estudantes, como ocorreu no período do Nazismo. Através do ensino conduzido pelo docente para o discente, um dos instrumentos principais de auxílio nesse aprendizado no ambiente escolar são os livros didáticos, aqui neste trabalho nos interessa principalmente os livros didáticos de História, pois estes acabam por se tornar em importantes agentes na formação da memória social, reelaborando o poder de informar e de transmitir o conhecimento. Portanto, há um enfoque principal de seleção de conteúdo curricular escolhido pelos professores, baseado em um poder de informação produzida por, segundo Alves e Vasconcelos (2016, *online*), um indivíduo ideal, de gênero masculino, heterossexual e centralizado na cultura cristã europeia. “A linguagem é um sistema de significação e de discursos que produz estas diferenças. Tornando ainda mais amplo e complexo os esquemas de dominação, controle e manutenção do poder. ” (ALVES; VASCONCELOS, 2016, *online*). Ao que detém a informação.

A informação também é uma construção de memória tornando-se uma forma de dominação, sendo memória e poder inspirados por líderes e pela manipulação da história, por exemplo, a nacionalização dos livros didáticos de História no período Nazista, como na mesma época aqui no Brasil, obviamente com um enfoque diferenciado entre esses dois países. Visando a educação de crianças e jovens, os livros didáticos acabam por representar suportes de memória aparentemente neutros, mas que terminam assumindo um caráter de construção e de “produção de hierarquias”.

Pollak (1989, p. 9) menciona o “enquadramento da memória”, como uma forma de manipulação coletiva de poder, em seu texto ele diz que a memória “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, [...], mas também as oposições irreduzíveis”. Portanto, em meio a tantas memórias “subterrâneas” se impõe as “memórias oficiais”. Segundo Pollak (1989, p. 9), reinterpretamos “incessantemente o passado em função dos combates do presente e do

futuro”, pois para ele a “memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”, embora nossa memória esteja sempre lá, estamos sempre reelaborando as histórias de nossas memórias, dos fatos que lembramos e, muitas vezes, as modificamos conforme o interesse e o percurso do momento, resultando em interferências no poder de controle da informação.

Ainda Pollak (1989, p. 10) afirma que toda a memória é construída e certamente o documento também é, para ele não há diferença entre fonte escrita ou fonte oral, ambas são fontes imprescindíveis para a história. “Se relacionamos a origem histórica dos registros às formas de conquista da memória social, notamos o quanto é tautológica e autor referida à ideia de ‘autoridade’ do ‘documento’.” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 3). Embora a escrita seja a “prova” do ocorrido, não podemos descartar que possa haver “falhas”. Porém, não podemos deixar de reconhecer o poder de informação desses escritos, na informação e na formação da memória coletiva, principalmente inserida nos livros didáticos de História.

4 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL - O PAPEL DA ESCOLA

A escola tem um papel muito importante na formação da memória coletiva, chamada hoje de memória social, dos alunos, pois através dela haverá um impacto na reflexão e desenvolvimento intelectual do indivíduo. A memória pode ser compreendida como uma lembrança que ordena o passado, produzindo um sentido de continuidade, lembrar constitui uma construção de identidade. Para Izquierdo (1989, p. 89) “Memórias são [...] ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador [...] são nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal”. Portanto, a memória é a nossa identidade em construção.

A memória ainda não foi totalmente mapeada pela ciência, é um campo em processo de estudo. “A memória, contudo, nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável” (GONDAR, 2016, p. 19). Ela não pode ser fixa, pois é resultado de reconstrução permanente. A memória social se define como multiplicidade disciplinar, não podendo ser equivalente, ela é transdisciplinar. “O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2016, p. 25). E dependendo da escolha, estaremos comprometidos com a ética e a política.

A memória é algo vivo e está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos de manipulações, susceptível de longas latências [...]” (NORÁ, 1993, p. 9). Para este autor a memória é sempre atual, uma ligação vivida do presente, já a história é apenas uma representação do passado. No entanto a memória permite criar uma mudança de cenário, ela é passível de diversas reflexões, em diversos momentos da vida. Já a história permanece da mesma forma, apenas uma reflexão dada e produzida em uma determinada circunstância.

A memória é composta por aprendizados, traz uma experiência: “não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências” (IZQUIERDO, 1989, p. 89). Memórias são também compostas de sentimentos e emoções, por essa razão costuma-se guardar na memória fatos que mais tiveram impacto, que produziram mais fortes emoções. As memórias influenciam em nossos aprendizados, segundo Izquierdo (1989, p. 90), “o aprendizado e a memória são propriedades básicas do sistema nervoso; não existe atividade nervosa que não inclua ou não seja afetada de alguma forma pelo aprendizado e pela memória”. É através da memória que aprendemos os procedimentos básicos de rotina e desenvolvimento como, andar, falar, escrever, etc. Sem memória teríamos que reaprender o tempo todo, o que é essencial para o desenvolvimento. A “variedade de memórias possíveis é tão grande, que é evidente que a capacidade de adquirir, armazenar

e evocar informações é inerente a muitas áreas ou subsistemas cerebrais, e não é função exclusiva de nenhuma delas. ” (IZQUIERDO, 1989, p.91). Cada um terá seu desenvolvimento, segundo sua memória adquirida.

A memória social quando não compartilhada acaba por resultar em uma perda momentânea ou permanente, fazendo com que ela possa ser de alguma forma manipulada, conforme interesses sociais “a própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais nem ingênuo, e nem indiferente” (NORÁ, 1993, p.13). O autor reforça que precisamos de lugares para armazenar estas memórias, esses funcionam como suportes físicos, museus, arquivos, bibliotecas, os próprios lugares onde marcou a história. Um exemplo relevante são os campos de concentração que, hoje, são usados para marcar a história, a memória social de todos que por lá passam, com o objetivo de fazer com que todos se lembrem do que ocorreu naqueles lugares, para que nunca mais isso se repita.

[...] se a história, o tempo, a mudança não intervisse, seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais. Lugares, portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel (NORÁ, 1993, p. 22).

Pollak (1989, p.7), fala sobre as memórias traumatizantes, que causam o silêncio, como os horrores do holocausto cometidos pelo Nazismo na Segunda Guerra Mundial contra os judeus, pois no pós-guerra, houve um silêncio de quarenta anos dos sobreviventes dos campos de concentração, e após esse período surgiram os primeiros relatos dessas testemunhas, talvez com o intuito de fazer-se ouvir e de produzir uma nova memória coletiva, para que não houvesse uma repetição dessas atrocidades. Pollak (1989, p.7), fala dessa memória do silêncio, como uma memória subterrânea, como se o que ocorreu no passado fosse de fato algo vergonhoso.

[...] a irrupção de uma memória subterrânea favorecida, quando não suscitada, por uma política de reformas que coloca em crise o aparelho do partido e do Estado; o silêncio dos deportados, vítimas por excelência, fora de suas redes de sociabilidade, mostrando as dificuldades de integrar suas lembranças na memória coletiva da nação; os recrutados a força alsacianos, remetendo de exclusão e restabelecer o que considerada ser a verdade e a justiça (POLLAK, 1989, p. 8).

Segundo Pollak (1989, p.10-11) o enquadramento da memória pode se constituir em objetos materiais “[...] monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média [...]”. Assim podemos relacionar ao proposto por Norá (1993) sobre os lugares de memória, levando novamente aos locais onde se faz a história, onde ocorreram os fatos, fazendo com que a memória se torne viva, principalmente para aqueles viveram no período.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade (POLLAK, 1989, p.11).

O silêncio algumas vezes se faz necessário, mas não significa que foi esquecido, o que pode ter acontecido é um enquadramento da memória, para que se possa conviver com o passado, que talvez ainda se faça presente, como no caso dos judeus que voltaram a viver na Alemanha no pós-guerra.

Após uma compreensão sobre memória, adentra-se no papel da formação da memória no âmbito escolar. As autoras Alves e Vasconcelos (2016, *online*) em um seminário salientaram a importância da formação da memória no ambiente escolar, “[...] o papel da escola como lugar de formação, que auxilia na construção e manutenção de memórias sociais dentro da própria estrutura escolar e para além dela.” Para as autoras, a memória social tem três focos: ideologia, cultura e poder, em seu entendimento as “memórias são construções coletivas, seletivas e dinâmicas, um campo de disputas políticas ligadas a relações de poder, que também podem articular ideologias e privilegiar culturas”. A educação e o currículo têm o objetivo de “construção, difusão e conservação de memórias e identidades”. O currículo escolar teria uma função de formar uma memória social dos alunos no intuito de produzir a transformação dos sujeitos. Segundo Alves e Vasconcelos (2016, *online*):

Através do currículo escolar, algumas memórias podem ser privilegiadas e outras simplesmente negadas ou negligenciadas, favorecendo a construção de identidades. E estas podem servir para manutenção de um esquema de dominação social, como também para transformação e/ou reformulação das estruturas de poder.

A escola é um importante espaço de formação para a memória social, lugar de lembrar-se das vestimentas, das regras, das disciplinas ministradas, de uma pluralidade de objetos, que para Nunes (2003, p.16), constroem o sentido de que a escola é um lugar de memória simultânea, material, simbólica e funcional. “A escola como lugar da memória social é também o efeito de uma sedimentação acumulada no tempo e que produziu monumentos resultantes da fixação de certas funções [...]” (NUNES, 2003, p. 17). A memória e a história se legitimam na construção social do indivíduo ou um grupo, na estância da elaboração de identidade. Portanto a memória social tem um papel fundamental no âmbito escolar, através dos educadores, que nela estão inseridos, com a finalidade de disseminar o conhecimento, com o intento de fazer com que seus alunos, como indivíduo ou grupo, possam obter o aprendizado na formação de identidade, valores, com o propósito de reflexão e orientação em suas vivências.

5 LIVROS DIDÁTICOS

O livro didático é um instrumento usado pelo professor, ele é uma fonte de conhecimento para ensinar e direcionar o ensino do indivíduo, ou grupo escolar “o livro didático é, em primeiro lugar, o portador, dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar” (MUNAKATA, 2016, p. 123). No entanto, os livros didáticos não são completos, com todas as respostas e reflexões que necessita o aluno para o seu desenvolvimento intelectual, o conteúdo nele exposto serve apenas para direcionar e orientar o profissional da educação que com ele lida.

Segundo Oliveira (1984, p. 26), o livro didático surgiu no século XIX, como um adicional à Bíblia, aceito pela comunidade e usados na escola, porém outros autores acreditam que tenha surgido muito antes, juntamente com a invenção da imprensa, por Gutenberg em 1450, porém para Oliveira (1984, p.26):

Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos, sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados.

Na França, segundo Munakata (2016, p. 131), nos livros didáticos eram contadas histórias ficcionais para ilustrar, ensinar valores cívicos e morais nas lições de ciências, história e geografia. No Brasil seguiram-se as mesmas linhas de ensino nos livros didáticos nos anos de 1910 a 1930. No período de democratização iniciada por volta de 1946 acontecem mudanças políticas, sociais e econômicas no país e também mudanças educacionais. “Foi nesse contexto que se instituiu a primeira política pública voltada para a produção, importação e utilização do livro didático no Brasil” (SOARES; ROCHA, 2005, p. 83).

Em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, instituída por Getúlio Vargas no Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro, tendo como Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945, Gustavo Capanema (SOARES; ROCHA, 2005, p. 83). Posteriormente, foi constituído outro Decreto em 1985:

Na história mais recente do Brasil, O *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*, instituído pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, representa uma iniciativa do Ministério da Educação, com a finalidade básica de distribuir livros escolares aos estudantes das escolas públicas do Ensino Fundamental (SOARES; ROCHA, 2005, p. 84).

Com isso foram criados também outros órgãos de desenvolvimento da Educação e apoio aos Livros Didáticos, sendo estes os órgãos: Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Secretaria de Educação Básica (SEB). “A primeira avaliação dos livros didáticos foi realizada em 1996” (SOARES; ROCHA, 2005, p. 84). Porém ainda continua um intenso debate em relação a essas avaliações por parte de professores, autores e editores.

É certo que já haviam sido encontrados erros nos livros didáticos, bem como ideias preconceituosas contra determinados grupos da sociedade (mulheres, negros, índios, imigrantes etc.), o que já vinha sendo denunciado desde a década de 70, por meios de livros dedicados à questão da ideologia presente nos textos didáticos, especialmente em relação às cartilhas e livros de alfabetização, bem como aos livros de 1ª à 4ª séries (SOARES; ROCHA, 2005, p. 85).

Entretanto, após o regime da Ditadura Civil Militar, passaram a vigorar outras medidas de avaliações nos conteúdos dos livros didáticos. Segundo o site do MEC (BRASIL, 2018, *online*) a distribuição dos materiais às escolas públicas de educação básica, primeiramente são inscritos no PNLD e são aprovados nas “avaliações pedagógicas coordenadas pelo Ministério da Educação e que conta com a participação de Comissões Técnicas específicas, integradas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento correlatas” (BRASIL, 2018, *online*), que corresponderá com a data em que estiver vigente o processo.

Os livros didáticos conforme aprovados por edital são selecionados por especialistas de diferentes áreas do conhecimento e lugares, de universidades, depois de aprovados compõem o Guia Digital do PNLD, “que orienta o corpo docente e o corpo diretivo da escola na escolha das coleções para aquela etapa de ensino” (BRASIL, 2018, *online*). Todos os especialistas que tiverem interesse em “participar da avaliação e seleção de obras no âmbito do PNLD devem acompanhar a abertura dos editais específicos, disponibilizados no endereço eletrônico do FNDE: Programas” (BRASIL, 2018, *online*). Isso faz parte da comissão de seleção dos livros didáticos de todos os anos, com a abertura do edital para candidatar-se a comissão. Existe um guia para a escolha dos livros didáticos no Portal do MEC, para auxiliar o professor na escolha:

O Guia de Livros Didáticos 2018 é um dos documentos mais importantes para efetivação da escolha, pois traz resenhas e informações acerca de cada uma das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando aos docentes análises, reflexões e orientações quanto ao conteúdo e estrutura das obras e suas potencialidades para a prática pedagógica. Além de resenhas e de textos introdutórios escritos pelas equipes de avaliação de cada componente curricular, o guia – na sua versão digital – traz uma novidade nesta edição: durante o período de escolha, com a chave de acesso fornecida aos diretores das escolas de Ensino Médio das escolas participantes do PNLD, os professores podem visualizar o conteúdo completo dos Manuais do Professor. (BRASIL, 2018, *online*)

Esse guia de livros didáticos tem o objetivo de orientar o docente para o processo de escolha dos livros didáticos utilizados no ensino. A escolha é dada coletivamente aos docentes de cada unidade ou rede escolar, que tenha todas as orientações, informações e reflexões possíveis, que auxilie na tomada de decisão sobre as didáticas e informações que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades, no processo pedagógico da escola.

[...] hoje se pode notar que o processo de avaliação dos livros didáticos segue critérios mais democráticos, com o aumento da participação dos professores na escolha dos livros, com exigências mais voltadas para os aspectos teórico-metodológicos de cada disciplina e com liberdade para que os autores e editores publiquem obras com metodologias menos rígidas e conteúdo mais variados (SOARES; ROCHA, 2005, p.108-109).

Porém, o Decreto-Lei 1.006 de 30/12/38 prevê a obrigatoriedade de adotarem somente livros didáticos autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático em escolas públicas. Mas isso não impede as escolas particulares de adotarem outros autores e materiais alternativos, publicados pelos próprios professores da instituição em que lecionam.

Os livros didáticos, principalmente de História, têm o poder de informar, ensinar e orientar no auxílio da construção do conhecimento, pois visam o conhecimento histórico e formação de memória reflexiva, de valores e identidade do indivíduo. Francisco Campos, Ministro da Educação do governo Vargas, acreditava que não existia transformação devido ao pensamento e mentalidade do povo, mas uma transformação através da cultura, ciência e também pelos livros. Portanto, o governo assumiu o comando do conteúdo dos livros didáticos.

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. [...] o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 125).

Desta forma, pensou-se em como direcionar o pensamento político e os valores cívicos através do conteúdo dos livros didáticos na formação do ensino e memória dos alunos, reforçando o poder da informação dentro das escolas, recontando a história conforme a elite bem desejava. A elite era sempre a primeira a ser educada e normalmente quem podia fazê-lo fora do país, para depois serem os dirigentes do povo, tanto no governo, como na educação. Para o Estado, o interesse na educação era justamente para manter-se no governo, instruindo os alunos através dos livros didáticos nas formas conservadoras.

Os livros didáticos de História seriam priorizados por cultuar a memória histórica do aluno, visando à formação de cidadão de acordo com o interesse do governo. Segundo Abud (1998, *online*), os livros didáticos eram:

[...] instrumento ideológico para a valorização de um corpus de idéias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da “democracia racial”, que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira. (ABUD, 1998, *online*)

Os livros didáticos procuram gerar conscientização e conhecimento das ideologias. Para os autores Miranda e Luca (2004, p.125) o poder de informação nos livros didáticos torna-se uma:

[...] formação da consciência histórica pensada genericamente sob o ponto de vista da manipulação, do controle ideológico e da formação de mentes acríticas em função de falsificações deliberadamente inseridas no material didático destinado às crianças e aos jovens.

Com isso, a partir de 1931, começou a haver uma reforma no ensino e, em 1942, ocorre à divisão permanente de História Geral e História do Brasil. E esses livros visavam o intuito de cultuar o sentimento de nacionalismo e patriotismo nos estudantes. As políticas de avaliação pedagógica nos livros didáticos começaram em 1996, “processo marcado por tensões, críticas e confrontos de interesses” (MIRANDA; LUCA, 2004, p.127). Entretanto, os livros didáticos de História e sua produção envolve difusão do conhecimento, não sendo

apenas uma ferramenta de auxílio pedagógico,

[...] mas também suportes de seleções culturais variáveis, verdades a serem transmitidas às gerações mais jovens, além de meios de comunicação cuja eficácia repousa na importância de suas formas de difusão (MIRANDA; LUCA, 2004, p.131).

A problemática que discute “a respeito da dimensão formativa do saber histórico escolar que, de certo modo, tem efeito muito presente nas pesquisas contemporâneas a respeito da História ensinada” (MIRANDA; LUCA, 2004, p.135). Isso mostra que não é algo recente, mas sempre houve um poder da informação nos livros didáticos, para a formação de interesses políticos. Porém, hoje existe uma política de seleção de conteúdo curricular feita por especialistas com o objetivo de orientar e auxiliar na escolha desses materiais, visando ao conhecimento e aprendizados dos alunos, sem que haja uma dominação das características de poder e informação nelas contidas.

Embora haja uma avaliação pedagógica adequada, ainda há “[...] a presença de um grupo predominante [...] que aborda a História em sua dimensão meramente informativa e não valoriza o conhecimento histórico em seu aspecto construtivo” (MIRANDA; LUCA, 2004, p.140). Alguns argumentos justificando a preferência do uso de livros didáticos segundo Franco (1982, p. 15):

[...] as qualidades do livro didático como apoio para as aulas expositivas, ou porque contém exercícios - o que ajuda na avaliação
- ou porque as ilustrações e mapas facilitam a compreensão por parte do aluno. [...]. No entanto, a maioria, quase como que se desculpando, declarou saber que os livros didáticos “deixam muito a desejar”, mas acabam sendo adotados porque o professor, obrigado a lecionar o dia todo e com um volume muito grande de provas para corrigir, não tem tempo para preparar seus próprios textos.

Para Franco (1982, p. 17) os livros didáticos sejam de qual for à disciplina não são neutros, “nos conteúdos que transmite também se encontram os valores, as crenças, enfim a visão de mundo dos autores que o produzem”, e isso tudo é absorvido pelo aluno, o que reforça a importância dos livros didáticos.

[...] como instrumento de reprodução ideológica ou, contrário, podem vir a se constituir em veículos que possibilitem ao aluno o desenvolvimento de habilidades voltadas para a conscientização, reflexão e questionamento dos problemas da realidade social (FRANCO, 1982, p. 18).

Segundo Franco (1982, p. 23), os livros didáticos eram considerados racionalizados, para não expor os alunos a uma realidade “nua e crua”, como diz a autora, com ideias pré-concebidas de que os alunos não teriam “maturidade para compreender” e com esse discurso o conteúdo acaba sendo fragmentado e “bombardeiam os alunos com ideias que se prestam apenas à orientação de uma prática reprodutora dos valores dominantes (portanto parciais) e consagradas pela sociedade”. A importância de se fazer boas escolhas dos livros didáticos pelos professores é justamente pela formação de consciência dos alunos, formando cidadãos melhores. Pois o professor tem que ter em mente a priorização em ministrar o conhecimento aos alunos:

[...] o professor deve pleitear livros didáticos que signifiquem um real crescimento para os alunos. Ou seja, livros que ofereçam ao aluno oportunidade de conceber concretamente a realidade para que possa, com isso, explicá-la e aquilatar sua possibilidade de transformá-la. E, especialmente tratando-se de livros didáticos de História, o professor deve selecionar aqueles que possibilitem, por parte do aluno, a compreensão da importância e do significado de seu próprio papel histórico (FRANCO, 1982, p. 25).

Segundo Franco (1982, p. 25) a História é a disciplina que mais contribui para um desenvolvimento da memória social do aluno, pois é pela a história que o homem se apropria do passado, para significar o presente e criar perspectivas para o futuro. “Os livros didáticos de História vistos como uns dos recursos para o conhecimento crítico da realidade social, visando à integração do aluno ao meio, nem sempre cumprem esse papel” (FRANCO, 1982, p. 28). Pois o objetivo principal dos livros didáticos de História é fazer com que os alunos compreendam a realidade do passado, para obterem um domínio da realidade do presente.

O papel dos livros didáticos na educação é tão fundamental quanto o professor em sala de aula, principalmente os livros de História que têm como objetivo formar a identidade, a reflexão e valores dos estudantes. Segundo Frison (2009, *online*) “o livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior”. Já para a autora Bittencourt (2009, p. 295) os livros didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, que fundamenta na mediação entre o ensino e o aprendizado:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina - no nosso caso, da História (BITTENCOURT, 2009, p. 296).

Além dos livros didáticos, são indicados outros materiais que possam auxiliar nos estudos em sala de aula, como forma de instrumentos de memorização e aprendizado do aluno, no entanto “a realidade da maioria das escolas, mostra que o livro didático tem sido praticamente o único instrumento de apoio do professor e que se constitui numa importante fonte de estudo e pesquisa [...]” (FRISON, 2009, *online*). Sendo assim, o professor busca no livro didático as contribuições que possibilitam a “construção do conhecimento científico pelo aluno, para que este se aproprie da linguagem e desenvolvam valores éticos, mediante os avanços da ciência, contextualizada e socialmente relevante” (FRISON, 2009, *online*). Para Bittencourt (2009, p. 299) os livros didáticos são um instrumento utilizado e integrante no trabalho de aula, constituindo-se em uma “tradição escolar”, fazendo parte do cotidiano dos alunos, há pelo menos dois séculos.

Já para o estudante, o livro didático se torna importante porque ajuda na compreensão do conteúdo com mais clareza, através das imagens nos livros contidos, e algumas explicações que são adicionadas, além de muitas vezes não precisarem escrever. Os livros didáticos não se restringem somente na educação pedagógica do estudante, mas também “[...] é importante por seu aspecto político e cultural, na medida em que produz valores da sociedade em relação a sua visão de ciência, da história, da interpretação dos fatos e [...] de transmissão do conhecimento” (FRISON, 2009, *online*). Conscientizando-os a valores morais e éticos na vida social dos estudantes. Os livros didáticos, principalmente os de História, se tornam mais importantes ou visados, segundo Bittencourt (2009, p. 300):

Os livros de História, particularmente, têm sido vigiados tanto por órgãos nacionais como internacionais, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século passado, divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Como se tratava da fase do pós-guerra, procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse sentimentos de hostilidade entre os povos. Nessa perspectiva, a História foi uma das disciplinas mais visadas pelas autoridades. Essa vigilância é visível ainda na atualidade, como bem o demonstra a imprensa periódica.

Embora o livro didático seja fundamental, muito importante no auxílio do ensino, alguns apresentam conteúdos fragmentados, em que não há questionamentos que instiguem o estudante a raciocinar e ou refletir sobre o assunto que está sendo discutido. Segundo Frison (2009, *online*) os livros têm objetivo de fazer “com que o estudante desenvolva seu próprio conhecimento e diante dele possa tomar as suas próprias

decisões”.

Para Bittencourt (2009, p. 304) os livros didáticos são um fator importante na criação e formação de memória, consolidando determinados fatos que podem trazer mudanças na sociedade. Os livros didáticos não são responsáveis pela formação de memória histórica, na maioria das vezes são “veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória e que renova interpretações, mas sempre em torno dos mesmos consagrados fatos” (BITTENCOURT, 2009, p. 304). Diante disso, percebemos que os livros didáticos se tornam importantes instrumentos de auxílio ao professor, mesmo com suas “falhas”, para conduzir e orientar os alunos no aprendizado e formação de uma reflexão de mundo.

6 REVISIONISMO OU NEGACIONISMO HISTÓRICO

O revisionismo começou na Europa, mais especificamente na França na década de 1960, por alguns intelectuais ligados ao meio acadêmico que desejavam reinterpretar a história. Também pode ser conhecido como negacionismo histórico ou negacionismo do holocausto. Le Goff (1990) identificou este processo no fazer historiográfico como uma problemática do final do século XX:

[...] a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memórias e revisões. Estas atualizações também podem afetar o vocabulário do historiador, introduzindo-lhe anacronismos conceituais e verbais, que falseiam gravemente a qualidade de seu trabalho. (LE GOFF, 1990, p. 28)

Para isso é necessário compreender o que é sionismo, que compreende de um movimento político que defende a autodeterminação do povo judeu para o retorno à “Terra Prometida” ou “Sião”, isto é, a criação de um Estado Judeu, ou Estado de Israel. O jornalista húngaro Theodor Herzl (1860-1904) foi à pessoa que mais contribuiu na luta ao retorno dos judeus para sua região de origem, a Palestina, foi o sionista de maior expoente (LEVY, 2015, p. 09). Porém, foi somente depois da Segunda Guerra Mundial, no dia 14 de maio de 1948, que foi oficialmente criado o Estado de Israel, baseado na resolução aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) entrando em um acordo de que o território da Palestina seria dividido em dois estados: um árabe e um judeu (LEVY, 2015, p. 13). Concretizando um desejo há muito esperado pelos judeus.

Portanto, foi no pós-guerra que os judeus, alcançando tal desejo, mas foi recebido com desconfiança por antissemitistas, conhecida por intelectuais revisionistas. Essa foi uma das razões que justificaram o ressurgimento do debate acadêmico que se propunha a revisar os fatos históricos, como o Holocausto, a partir de ideias preconcebidas, como a de que o Holocausto fosse a principal razão, para que os judeus pudessem alcançar os seus objetivos na criação do Estado de Israel.

Assim surge o Revisionismo, que pode ser também relacionado ao termo Negacionismo do Holocausto ou Revisionismo Histórico. Esses estudos têm intuito de rever fatos já comprovados historicamente, para uma falsa revisão histórica, fazendo com que se duvide de fatos reais e das memórias dos sobreviventes. Os argumentos para o negacionismo não são fatos reais, mas partem de um preconceito ou interesse particular.

Os argumentos presentes no discurso negacionista passam longe do rigor e da seriedade acadêmica, são elementos panfletários, extremistas. É a **negação da memória**. Vale novamente lembrar um dos críticos e combatentes ao negacionismo, Pierre Vidal-Naquet, que define os negadores do Holocausto como “Assassinos da Memória” (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1118, grifo nosso).

O negacionismo nega a existência dos fatos, eles “[...] insistem em distorcer e negar os fatos acontecidos num intento de alterar o registro da história oficial”. O Revisionismo e o Negacionismo produzem um abalo psicológico, “pois negam a vivência trágica de milhões de sobreviventes”, como se com isso também negasse a memória, “a revolta frente ao negacionismo [...] chega ao ponto de trazer à tona o questionamento acerca da própria validade de ter sobrevivido” (LEVY, 2015, p.14). Trazendo incertezas naqueles que não presenciaram de perto a tragédia, e lembranças traumáticas aos sobreviventes.

O negacionismo está diretamente ligado à destruição direta da memória social de todo um grupo de sobreviventes, causando um novo tipo de antissemitismo, que pode ser tão agressivo quanto tudo o que houve durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar dos inúmeros esforços para combater o negacionismo e o revisionismo, essas manifestações destrutivas continuam a agrassar, inclusive com a rápida expansão pelas facilidades do mundo digital virtual (LÉVY, 2015, p.14).

Este processo nos demonstra que o antissemitismo segue ainda vivo, através de outros conceitos como o Revisionismo. E o acesso à informação facilita a disseminação de todo o tipo de informação, seja ela verdadeira ou falsa, “há uma falta de aprofundamento e de espírito crítico para com as informações veiculadas, facilitando a manipulação de informações e a deturpação da História” (LÉVY, 2015, p.16). Segundo Caldeira Neto (2009, 1098) a memória está entrelaçada como uma força que impulsiona movimentos políticos, que podem aglutinar ou assimilar.

Estes variados usos da memória, em níveis políticos ou não, servem tanto para fins impositivos quanto reivindicativos, abrindo possibilidades para as mais diversas estratégias, podendo ser caracterizados –arbitrariamente ou não– como “altruístas” ou “nefastos”, dependendo dos interlocutores, receptores e o teor de tais discursos, sendo utilizado, assim, como instrumento político partidário, inclusive.

É compreensível que as autoridades alemãs queiram apoiar a existência de “movimentos reivindicativos e de justiça em relação à memória da Segunda Guerra Mundial” durante e depois do pós-guerra, trazendo consequentemente à memória nacional da Alemanha, processos de esquecimento ou “silêncio perante determinados acontecimentos e aspectos típicos do genocídio” (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1099). Esta também pode ser a razão de diversas vítimas do Holocausto. Também é importante lembrar, como ressalta o autor (2009, p.1103) “[...] que a relação entre movimentos reivindicativos e a memória nacional/oficial não se faz somente em períodos de guerras, ou mesmo somente em relação a estas”. Porém, neste contexto, é necessário compreender as necessidades de se buscar a memória na reconstrução histórica, principalmente sobre o Nazismo e Segunda Guerra Mundial; e devido aos traumas causados nos sobreviventes do holocausto, e igualmente os crimes dos alemães, foram por muito tempo guardado nas

memórias, como forma de silêncio, com uma tentativa de esquecimento (porém, nunca esquecido), os judeus pela razão de humilhação e os alemães pela razão de criminalidade.

[...] naquela época, imperava, na Alemanha Ocidental, uma disposição geral em negar ou minimizar o ocorrido, por mais difícil que fosse compreender a existência de pessoas que não se envergonhavam de usar um argumento como o de que teria sido assassinado apenas cinco, e não seis milhões de judeus (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 86).

Diante desse processo de elaboração da memória, principalmente da memória coletiva, começam as divulgações, com “[...] tendências revisionistas do Holocausto no campo historiográfico que, em face de uma forte onda cética e relativista que paira sobre alguns setores universitários, ganham força e *status* acadêmico” (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 87). E a partir deste esforço de tentar esquecer o passado, principalmente de quem foi o opressor, procurando amenizar os crimes, ou até mesmo a consciência, começa a surgir o negacionismo, mas os debates sobre o assunto começam na França, por razões políticas, segundo Caldeira Neto (2009, p.1107):

O negacionismo, porém, surge como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do anti-semitismo da extrema-direita. Na Europa, berço desta corrente pretensamente acadêmica, personagens como Jean Marie Le Pen (presidente do partido ultranacionalista e xenófobo Frente Nacional/ França), flerta constantemente com teorias da negação do Holocausto. A origem do negacionismo, porém, remete não a setores da direita européia, mas sim a personagens da esquerda, mais precisamente Francesa. (CALDEIRA NETO, 2009, p.1107)

Os movimentos que defendem o revisionismo começam na década de 60, mas ganham forças em 1970. “No fim dos anos 1970, Robert Faurisson, professor francês da Universidade de Lyon, iniciou a divulgação para o grande público de suas teses, consideradas uma forma extrema de revisionismo” (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 87). O revisionismo era puramente político, antissionista, de ataque à esquerda, “uma equação equivocada que criticava a forma do estabelecimento do estado de Israel ou qualquer de suas ações implicava necessariamente abraçar teses revisionistas” (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 88). Como que com o objetivo de explicar a criação “injustificada” de Israel.

O revisionismo entrelaça necessariamente o antissemitismo e o antissionismo, mas críticas a intervenção política-militar do governo israelense não possuem uma relação direta com o preconceito étnico em relação ao povo judeu [...] (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 88).

O revisionismo histórico também começou a surgir na Alemanha Ocidental, quando se tratava do Holocausto, a partir dos anos 1980 começaram a ser divulgadas teses revisionistas em livros e artigos, ou seja, “o debate em torno desse revisionismo histórico

do nazismo, se fortaleceu com um artigo publicado em jornais alemães em 1986 [...]” (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 88). A negação do passado nazista, principalmente pelos alemães, que surgiu após a Segunda Guerra Mundial ganhou novas versões no revisionismo e negacionismo do Holocausto, com isso facilitam a difusão e compartilham, mesmo que por outra via, o mesmo desejo de enterrar a história na medida em que expulsa da memória a própria objetividade do passado e nela coloca narrativas aleatórias (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 91). Na tentativa de esquecer a realidade histórica.

Não demorou muito para que isso se propagasse no mundo todo e esse assunto chegou ao Brasil, mesmo antes da Alemanha Ocidental. “No Brasil, o negacionismo começou a ficar conhecido da opinião pública nacional em geral no fim dos anos 1970” (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1109). Segundo Caldeira Neto (2009, p.1109), em meados de 1977 surgiram várias obras publicadas sobre o negacionismo do Holocausto, e até matérias em jornais como O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, e mesmo a reprodução e publicação do Título “Protocolos de Sião”, o Judeu Internacional, influenciando acadêmicos, intelectuais e outros ao antissemitismo. O revisionismo circulava “dentro e fora do ambiente acadêmico”.

O contexto político e social de combate à censura e busca por liberdades, por assim dizer, proporcionou que a Revisão Editora lançasse e tentasse reescrever de forma equivocada a história, propagando o negacionismo.

[...] a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Estas atualizações também podem afetar o vocabulário do historiador, introduzindo-lhe anacronismos conceituais e verbais, que falseiam gravemente a qualidade de seu trabalho (LE GOFF, 1990, p. 28).

Logo após a guerra houve um momento de instabilidade, uma fragmentação política, permitindo o surgimento de grupos e movimentos que encontraram alternativas reconfortantes, já que se encontravam “sem rumo diante de uma incerta realidade política e econômica” (JESUS, 2006, p. 28). Isto aos olhos contemporâneos soa como uma forma de amenizar a culpa do genocídio, da tragédia, de tudo que aconteceu, porque bem ou mal houve muitos participantes que apoiavam o totalitarismo. Segundo Le Goff (1990, p. 476) a memória é “um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é de uma das atividades da sociedade de hoje”. Por esta razão a memória passou a ser revalorizada, não só na esfera historiográfica, mas também na esfera social, cultural e política (JESUS, 2006, p. 33). Para o autor o revisionismo foi uma luta para legitimar as suas próprias memórias, com o intuito de apropriar-se dos acontecimentos históricos do totalitarismo, para impor os interesses políticos, visando, desta forma, tornar possível o contexto do revisionismo histórico, também conhecido como negacionismo histórico, com o objetivo de negar o extermínio de milhões de judeus nos

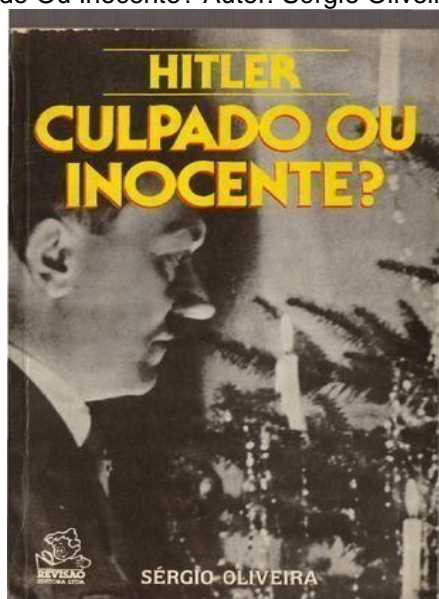
campos de concentração, na tentativa de redimir os crimes de guerra nazistas.

O Revisionismo ganhou grande força em Porto Alegre (RS), com a fundação da Revisão Editora no ano de 1987, fundada pelo Siegfried Ellwanger, descendente de alemães:

Em um período de crescente mobilização pelas eleições diretas e pelo fim da ditadura militar, surge então o mais famoso livro negacionista brasileiro: Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século, de autoria de Siegfried Ellwanger, brasileiro descendente de alemães, natural de Candelária, Rio Grande do Sul. Ellwanger, que assina seus livros com o pseudônimo de S. E. Castan, segundo ele para fugir da perseguição sionista, funda a Revisão Editora LTDA., com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para promover a distribuição de seu livro inicial, além de uma série de outros livros com forte teor anti-semita e racista, muito deles de autores negacionistas. (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1110)

Foram muitos autores, professores, dentro e fora do mundo acadêmico, publicando teses e artigos, em muitos países, divulgando o revisionismo histórico. Porto Alegre foi uma das cidades que mais divulgou os livros revisionistas. Começou em 1992 com os “Boletins Informativos de Esclarecimento ao País (EPs), que eram distribuídos” em forma de panfleto. Em Porto Alegre através desses panfletos, começou a divulgação dos primeiros livros da denominada “Biblioteca Fundamental Revisão”. Alguns livros publicados pelo pseudônimo S.E. Castan: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século; Acabou o gás....o fim de um mito; A implosão da mentira do século. Outros autores revisionistas ou nazistas também surgiram como o Sérgio Oliveira, Gustavo Barroso, Robert Faurisson. Sérgio Oliveira e S.E. Castan em suas primeiras obras divulgavam seu antissemitismo e negacionismo. Os livros da Revisão Editora chegaram a estar entre os dez mais vendidos em Porto Alegre.

Imagem 1: Livro, Hitler: Culpado Ou Inocente? Autor: Sérgio Oliveira; Editora: Revisão; Ano: 1981.



Fonte: Google imagem.

Esta Imagem 1, mostra o livro, “Hitler: Culpado Ou Inocente?” do autor Sérgio Oliveira da Revisão Editora, publicado no ano 1981, sendo divulgado no site de venda de livros usados (*online*), ainda é vendido atualmente, como pode ser comprovado no site acessado em abril de 2019.

Em Hitler: Culpado ou Inocente? Oliveira afirma, escancarando seu anti-semitismo, que as mortes judaicas ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial giraram em torno de 500 ou 600 mil, justamente por conta do suposto caráter “egoísta” da coletividade judaica (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1111, nota de rodapé).

O livro “Sionismo x Revisionismo: fantasia x realidade” do autor Sérgio Oliveira, também produzido e divulgado pela Revisão Editora em 1993, está disponível em PDF na internet, como mostra a Imagem 2.

Imagem 2: Livro Sionismo x Revisionismo: Fantasia x Realidade Autor: Sérgio Oliveira.



Fonte: Google imagem

Esse livro contém ideias de revisionismo histórico, ele defende Gustavo Barroso, tradutor de “Protocolos dos Sábios de Sião”, de forma acadêmica, de forma a fazer qualquer pessoa que desconheça a história do holocausto vir a acreditar nas coisas que nele estão escritas. No livro, o autor **critica os livros didáticos como uma mera cópia ao longo dos tempos sem uma revisão, como mentiras do tempo** (OLIVEIRA, 1993, p. 6, grifo nosso). Este mesmo livro tem um capítulo que fala justamente em “revisionismo em marcha” (OLIVEIRA, 1993, p.39). A discussão do negacionismo se torna uma questão de memória, “um fator essencial e sensível no que se refere ao tratamento historiográfico” (JESUS, 2006, p. 81). Castan (autor de muitos livros revisionista e editor da Revisão

Editora) afirmava que as memórias eram construídas com base em interesses políticos sionistas internacionais, e que por essa razão não merecem crédito, devido à ligação emocional com o acontecido (JESUS, 2006, p. 82). Isso significa afirmar que as testemunhas e as memórias dos alemães eram consideradas verdadeiras, enquanto as testemunhas e memórias dos judeus uma fraude, invenções para um propósito político. Devido a essa questão de memória, os historiadores começaram a reavaliar a importância da história oral, com a valorização das testemunhas, da memória individual e coletiva, formando a história social.

A Revisão Editora reacendeu a discussão histórica sobre o negacionismo, provocou a evocação da memória dos sobreviventes judeus, retomando mais uma vez o preconceito racista e antissemitista.

O discurso dos negacionistas, em particular dos casos brasileiros, são visivelmente carregados de ódio racista e anti-semita. Os autores, porém, constantemente se colocam como pesquisadores interessados em buscar a verdade histórica e relatar fidedignamente os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Procuram forjar um discurso acadêmico e com amplos níveis de aceitação (a Revisão editora chegou a participar diversas vezes da Feira do livro de Porto Alegre). Este embate entre negacionismo e defensores da memória das vítimas do Holocausto não se restringiu apenas ao panorama acadêmico ou mesmo na mídia de largo alcance, chegou até a mais alta instância jurídica brasileira. (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1111)

Depois da polêmica gerada pelas publicações da editora, grupos de defesa dos direitos humanos entraram com ação jurídica contra a Revisão Editora, que foi fechada em 2003. Para combater o negacionismo participaram também entidades judaicas que visavam o combate de antissemitismo “e a proteção da memória dos milhões de vítimas do Holocausto” (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1111). Mas não foi algo simples.

Em agosto de 2003, o Ministro Carlos Britto concedeu o habeas corpus, pois segundo ele, o livro em questão (Holocausto Judeu ou Alemão?) Era fruto de **“uma pesquisa histórica [...] numa perspectiva revisionista que tem por finalidade reabilitar a imagem do povo alemão”**. Tal reação causou maior indignação que a afirmação de Moreira Alves, principalmente nos setores da sociedade envolvidos no processo. Junto a isto, soma-se o fato de que Britto fora recém-nomeado ao cargo, o que gerou indagações sobre um possível despreparo dele ao cargo. (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1115, grifo nosso).

Hoje em alguns países, principalmente na Europa, é proibido negar o Holocausto, leis foram criadas para a proteção do direito das memórias dos sobreviventes. No Brasil, a questão da negação do Holocausto, seja por meios virtuais ou não, esteve em processo de votação no projeto de lei PL987/2007, de autoria do deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ), que foi prevista a “alteração no artigo 20 da lei 7.716/89 (que define acerca dos crimes de racismo), passando a incluir como crime a negação do Holocausto” (CALDEIRA NETO, 2009, p, 1118) Tornando uma “Lei do Crime Racial” no Brasil. Mesmo depois de tudo isso, ainda há pessoas que continuam defendendo formas de preconceito antissemita, negando o Holocausto.

Com tudo isso, ainda nos deparamos, nos dias atuais, com a falta de indignação e com o não comprometimento cabal da comunidade global, mesmo diante da comprovação da destrutividade industrial a que o homem chegou com o Holocausto, dizimando judeus e outros milhões de pessoas dos mais diversos grupos religiosos e culturalmente diferenciados dos arianos. Infelizmente, o mundo não rejeita veemente e em uníssono os escritos que insistem em dizer que o Holocausto é uma invenção judaica e que o extermínio não aconteceu como se descreve (LEVY, 2015 p.17).

Conforme Levy (2015, p. 18) o revisionismo é uma tentativa de amenizar “os feitos e efeitos do homem ao longo da História”, para trazer de alguma forma “uma desconfiança, instabilidade e hostilidade entre os povos”, tornando a convivência mais tensa. Com isso abre portas para o totalitarismo presente e futuros. Para combater o negacionismo é necessário começar a luta fazendo um trabalho de esclarecimento que possa combater a manipulação de informações, trazendo dados históricos e testemunhas que possam ampliar e enriquecer o conhecimento histórico e promover reflexões relacionando com a ética.

7 A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Para começar a falar sobre a História do Tempo Presente é necessário falar de memória, memória oral, memória coletiva (social). O caráter da memória coletiva se interliga com a memória individual, “isto é, uma presença e, portanto, uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade” (ROUSSO, 1996, p. 95). Os traumas causados pela memória são as principais fontes de estudo da História do Tempo Presente, porque provocam uma situação em que a sensação de que um determinado fato nunca passa se mantém sempre presente, mesmo em memória, ou em “lugares de memórias”. Como os memoriais construídos nos campos de concentração ou as marcas da numeração tatuadas nos pulsos, fazendo com que os indivíduos relembrem a todo o momento, os horrores sofridos, como feridas abertas. Não importando para onde se vá, carregam consigo as lembranças.

A memória oral é fundamental para o estudo da História do Tempo Presente, segundo Rémond (1996, p. 206) porque “todos se imaginam capazes de fazer a história do tempo presente porque é a história que vivemos: faz parte de nossas lembranças e de nossa experiência”. Segundo Rémond (1996, p. 209) diz que “A História do tempo presente é um bom remédio contra racionalização *posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”. Auxiliando no esclarecimento histórico, complementando-as com os testemunhos, enriquecendo o passado.

A História do tempo presente é o entrelaçamento entre passado e futuro. A memória oral é um complemento, uma certificação dos acontecimentos, mas não é única fonte de estudo historiográfica, existem materiais que podem comprovar os muitos acontecimentos na História. Segundo Chartier (1996, p. 215):

Apesar dos sérios obstáculos que limitam a comunicação de arquivos públicos, a abundância da produção escrita, sonora, visual e informática acumulada pelas sociedades contemporâneas, bem como a possibilidade que tem o historiador do contemporâneo de produzir ele mesmo o seu arquivo parecem prometer um maná sempre renovado.

Todos estes materiais auxiliam para um melhor entendimento da história, mas sem dúvida a memória oral contribui imensamente para essa reconstrução do passado. Os documentos são objetos concretos, que podem servir de instrumento para construir a história, mas a memória complementa o que os documentos não contam e não esclarecem com detalhe, sobre os fatos ocorridos. Segundo Bédarida (1996, p. 222) “De fato, a verdade da história provém da interface entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que constrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade”. Tudo acaba sendo um componente importante, na

construção da história.

O negacionismo provocou mudanças no fazer histórico, foi necessário repensar o estudo da História a partir dos problemas do tempo presente, usando a memória oral como estudo. Para “evitar o risco atual de pulverização, cumpre, [...], reorientar a pesquisa para problemáticas mais globais, geradoras de esquemas explicativos capazes de servir à busca de sentido de nossos contemporâneos” (BÉDARIDA, 1996. p. 226). Mas a História tem a sua ética, não pode ser simplesmente repassada sem um contexto histórico.

Assim como o revisionismo, o estudo da História do tempo presente também surgiu nas universidades francesas. Parte de uma perspectiva em que será explorada a relação entre a memória e a história. Com isso, a sociedade começa a demonstrar interesse na reconstrução histórica, através da memória coletiva e individual, a valorização das testemunhas, da história oral.

Segundo Padrós (2004, p. 199) as reflexões sobre o tempo presente não são novas, mas começaram a se intensificar a partir de 1980. Esse estudo tem o objetivo de produzir uma abordagem original do presente, uma síntese dos fatos que possa captar a atualidade, assim como a novidade, com certa emergência de tendências, bem como as possibilidades de estabelecer as conexões. São como pontes que interligam passado ao presente, com isso evidenciam o processo histórico. Suas principais metodologias de estudo são as investigações em fontes orais, o testemunho direto, “[...] esse estudo é visto como sendo um grande privilégio, já que viabiliza a possibilidade de recorrer a múltiplas formas de documentos escritos, [...] às pesquisas de opiniões, aos recursos iconográficos, etc” (PADRÓS, 2004, p. 205). O historiador tem que lidar com a instrumentalização da metodologia própria do campo.

A fonte mais importante para o estudo do tempo presente passa a serem os arquivos vivos, a existência de sobreviventes, as testemunhas, isso se torna valioso para o estudo. Ser o observador do tempo presente é tornar-se um contemporâneo do acontecimento, assumindo toda a subjetividade presente. O negacionismo tenta usar a lógica científica como base de reconstrução de memória a partir de premissas irreais, usando o esquecimento como “mecanismo necessário para se consolidar o anestesiamiento geral e a desresponsabilização histórica” (PADRÓS, 2004, p. 216). Por esta razão, o historiador tem a responsabilidade com a história, para evitar os mitos, os preconceitos, deturpação da memória e fomentar a consciência social.

Para o autor, o historiador tem que ter ética e honestidade no uso e na busca da informação por ele analisada, bem como na sua pesquisa científica. “Fiscalizar para evitar que o utilitarismo da história coloque em xeque a validação do seu conhecimento específico e da legitimidade teórica é, portanto, uma tarefa fundamental do historiador” (PADRÓS, 2004, p. 220). Assumindo posições claras diante de falsificação da história, comprometendo-se com a ética, analisando o passado com o presente, sem deixar de

esclarecer os fatos para a sociedade, respondendo a todas as questões possíveis.

Na década de 80, foi criado na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) e o historiador Henry Rousso iniciou a pesquisa sobre a Segunda Guerra Mundial e o período de pós-guerra. O objetivo no IHTP era “trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, [...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (ROUSSO, 2009, p. 202). O IHTP propôs a questão de onde começa a História Contemporânea e onde começa a História do Tempo Presente. Rousso (2009, p. 204) definiu de forma simples, que a História Contemporânea começaria ainda na Revolução Francesa e a História do Tempo Presente na Segunda Guerra Mundial, indo até 1980, mas em alguns países isso não fica definido claramente.

Rousso (2009, p. 208) reflete sobre o estudo do passado e a sua valorização, “um passado que não passa que é sempre presente. Esta concepção de que o passado permanece sempre presente nos apresenta um debate polêmico, pois é um regime de historicização novo”. Os historiadores têm uma tarefa difícil em suas pesquisas, que é lidar com a História do Tempo Presente de uma forma de distanciamento pessoal, já que lida com o seu tempo e história em que está vivendo. Suas principais fontes de pesquisa são as fontes orais, com o objetivo de usar as testemunhas e seus depoimentos, transformando em documentos para o historiador.

A história do tempo presente consiste basicamente em: “presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 22). A história do tempo presente é o período mais recente que ocorrem os eventos, que obriga o historiador a repensar e revisar a forma como se dá a história do tempo passado e com isso rever as perspectivas de uma redefinição e elaboração dos períodos históricos, ou seja, uma visão para o presente, no que ela pode significar, trazendo o passado para o presente de uma forma de reinterpretar a significação do resultado do hoje.

O tempo presente sofre alterações provisórias de conhecimento ao longo do tempo. “Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material mediante acréscimos, revisões e correções” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 23). Outra valorização do tempo presente é a contingência e a aceleração da história, também o historiador enfrenta dificuldades, porque ele acaba sendo parte de seu tempo, sendo também uma testemunha, tornando-se envolvido nesse movimento de aceleração que o faz valorizar a história do tempo presente. Os protagonistas do estudo da história do tempo presente serão, portanto, os relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores.

A memória passa a ser valorizada para a reconstituição da história, ela estabelece um elo entre o presente e as experiências vividas no passado, faz com que a construção

histórica reelabore o sentido do que passou para o que ele representa hoje, tornando-o um presente vivo.

Outras fontes de materiais também podem servir de testemunha documental para a construção da história, como por exemplo, as fotografias e os filmes, podendo trazer ao historiador, novas e importantes questões.

O desenvolvimento da história do tempo presente nas escolas pode abrir espaço para “lidar com a memória de uma maneira menos simplista do que o senso comum costuma apresentar” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 31), dessa forma fornece uma relação de memória com a história, uma construção de eventos, com personagens reais, mostrando que a memória está sempre em processo de transformação e reconstrução; e que algumas vezes grupos sociais enfrentam conflitos e disputas de memória, e o estudo tem o dever de definir distinções entre a memória e a história.

Se a história é a “ciência do homem no tempo”, é preciso salientar que uma tarefa imprescindível ao seu ensino é fornecer subsídio para o entendimento das várias temporalidades que envolvam o conhecimento histórico. Assim, parece acertada uma opção de fornecer ao aluno as várias temporalidades, as várias concepções de tempo. Além disso, o uso da cronologia não é necessariamente ‘mau’ ou ‘bom’, ele apenas não deve encerrar um significado intrínseco que não possui [...] No limite, o que parece claro é a necessidade de o professor dominar múltiplas linguagens, múltiplos conteúdos que ajudem o aluno a entender processos e desenvolver um senso crítico, e a história do tempo presente é um espaço privilegiado para esse exercício (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 32).

O surgimento da História do tempo presente ocorre pela “necessidade de recuperar o sentido do termo História Contemporânea”, já que o significado etimológico da palavra contemporâneo é o que pertence ao nosso tempo. Por essa razão se dá mais ênfase do estudo do tempo presente no pós-guerra, porque mais importante que a memória do próprio historiador, é a existência de testemunhas vivas, pessoas que ainda tenham memória dos acontecimentos, cujo historiador possa fazer uma análise dos relatos da história oral. Mas lidar com memórias é também lidar com traumas, o que não é uma tarefa fácil para o historiador, manter-se neutro dos relatos e fatos dos sobreviventes.

Nos livros didáticos essa forma de apresentar a memória ou a História do tempo presente ainda é uma problemática e nem tem um destaque, pois a história oral ainda não é considerada legítima, por serem relatos que podem ser conflitantes.

A questão do debate público e do confronto das opiniões e análises do Historiador com a fala das testemunhas vivas assume um caráter bastante problemático na experiência da sala de aula. [...] os livros didáticos de História dediquem apenas um ou dois capítulos para os eventos que ocorreram nos últimos 40 ou 50 anos. É como se para esse conhecimento da História mais recente a experiência dos familiares dos alunos não devesse ser confrontada com o conhecimento histórico produzidos na academia, já que os relatos e opiniões podem ser muito distintos (LOURENÇO NETO; RAMOS, 2014, p. 18).

A abordagem do tema da Segunda Guerra Mundial é uma tentativa de possibilitar o relacionamento do conteúdo com a realidade dos alunos, trazendo a memória e os conceitos históricos para o presente. Isso ajuda os alunos de uma forma simplificada, a entender e a ressignificar mistificações dos processos que envolvem a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo na sua atualidade cotidiana; vimos que os professores são fonte das informações, que garantem uma informação mais refinada sobre os temas.

É preciso repensar o estudo da História do Tempo Presente nas escolas e sua forma de abordagem, pois o ensino dela é tão importante para uma conscientização, a valorização da memória viva, da história oral, quantas outras matérias são essenciais.

8 POR QUE PRECISAMOS ESTUDAR A HISTÓRIA?

Será discutido nas sessões seguintes, o que se ensina na Alemanha nos dias atuais em relação ao Nazismo, bem como o reforço da memória realizado pelos estudantes alemães com visitas a museus, memoriais e locais onde existiram os campos de concentração. Também aborda como é a educação hoje no Brasil, principalmente em relação aos livros didáticos, a escolha destes e seu uso em sala de aula. Seguindo com a apresentação dos três livros didáticos de História, de três escolas de instâncias diferentes: Escola Municipal, Escola Privada e Escola Estadual, realizando uma análise dos discursos neles inseridos. Apresenta o resultado da análise dos livros, sobre os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial, se estes abordam de forma inovadora, se há reflexão e ou valorização da memória social.

8.1 Educação na Alemanha hoje

Após a Segunda Guerra Mundial, muita coisa teve que ser modificada, para reconstruir estruturas físicas, psicológicas, emocionais, familiares, bem como a educação. Houve uma reestruturação na educação no período Nazista, inclusive os livros didáticos de História. Quando a guerra acabou houve uma preocupação internacional em relação a estes livros, necessitando de uma reformulação do conteúdo desses livros didáticos.

Com o término da Segunda Guerra Mundial a preocupação com os livros didáticos de História tornou-se manifesta por intermédio de instituições internacionais, em especial a UNESCO, empenhando-se no sentido de favorecer mudanças nas produções escolares de diferentes países, sobretudo naqueles que haviam participado do conflito internacional (BITTENCOURT, 2011, p.489).

Na Alemanha, principalmente, houve a participação de algumas instituições para auxiliar na revisão dos livros didáticos. O Instituto Georg Eckert que tinha como objetivo revisar os livros didáticos detectou erros e preconceitos e realizaram estudos comparativos em escala Internacional (BITTENCOURT, 2011, p. 489), isto ocorreu no início dos anos 80. Havia uma preocupação pela memória construída pelos alunos, pois ela “apresenta um panorama amplo da difusão de uma memória histórica manipulada por setores do poder estatal por intermédio, sobretudo, dos manuais escolares”. A necessidade da mudança do conteúdo abordado nos livros didáticos de história no pós-guerra tinha como objetivo a superação da ideologia nazista no país, principalmente na Alemanha.

No período nazista, os livros didáticos sofreram modificações em seus conteúdos, a fim de atender às transformações estabelecidas no currículo escolar e nas suas disciplinas. As razões que levam aos debates sobre como se dá o ensino do nazismo nas escolas é justamente para que haja uma reflexão sobre esses acontecimentos. Houve líderes no

poder que exerceram a autoridade na sociedade, que ensinaram a pensar dessa forma. Por isso, “devem buscar uma conduta ética, proporcionando liberdade de pensamento, não limitando os que estão sob sua responsabilidade a seguir um conceito cegamente sem pensar a respeito” (VICENTE; WITT, 2018, p. 86). Na Alemanha hoje se estuda sobre o nazismo na 9ª série, nas idades entre 13 e 15 anos. “Seus professores de História apresentam o tema em sala de aula e, posteriormente, organizaram excursões a memoriais” (NEHER, 2018, *online*). As Fotos 7 e 8, mostram o Memorial do Holocausto, em Berlim, Alemanha, em que os alunos fazem uma excursão para visitar e aprender um pouco mais sobre a história.

Foto 7: Memorial do Holocausto



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso.

Foto 8: Memorial do Holocausto – Berlim, Alemanha (lado de fora)



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Os estudantes não têm apenas aulas dentro das salas de aulas e livros, mas também aprendem a partir “de visitas a diversos museus e memoriais, sinagogas” (SOUTELLO, 2015, *online*). As Fotos 9 e 10 mostram visitas ao Memorial Topografia do Terror, situada na cidade de Berlim, na Alemanha.

Foto 9: Memorial Topografia do Terror



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Foto 10: Entrada do Memorial Topografia do Terror



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Na Foto 11, vemos uma estante de livros usada pelos nazistas no período da guerra. A Foto 12 apresenta roupas usadas pelos judeus nos campos de concentração no período nazista e a Foto 13 é um folder de apresentação e divulgação do Museu Histórico da Alemanha, localizado em Berlim, todas essas fotos foram fotografadas dentro do Museu Histórico da Alemanha, em Berlim.

Foto 11: Estante de livros Nazista, no Museu Histórico da Alemanha.



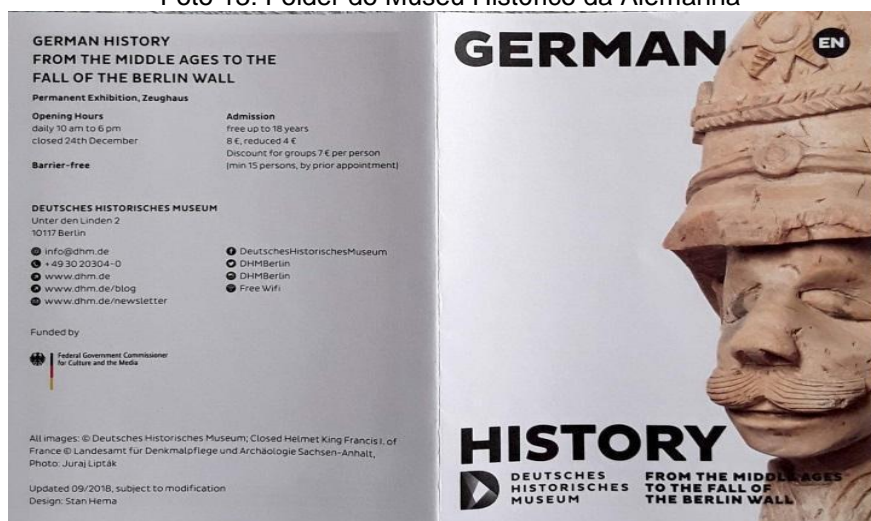
Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Foto 12: Roupas usadas pelos judeus no período nazista



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Foto 13: Folder do Museu Histórico da Alemanha



Fonte: Acervo particular Juana Belinaso

A Alemanha valoriza a sua memória e a sua história, sendo possível ver nas ruas, espalhadas por todo o país, pedras douradas no chão em frente às casas onde viviam as famílias de judeus, perseguidas durante o nazismo, escritos nelas nomes e sobrenomes, com a data e o campo de concentração para onde foram deportadas e mortas (SOUTELLO, 2015, *online*) o artista é o Friedrichs-Friedländer que gravou à mão os destinos de vítimas do Holocausto, em pequenas placas conhecidas como *Stolpersteine*, mostradas na Foto 14, chamadas de “pedras de tropeços”, como um monumento memorial para lembrar as vítimas do Holocausto.

Foto 14: Pedras de tropeços, espalhados em frente às ex-casas de judeus.



Fonte: Acervo particular Juana Belinaso

A educação na Alemanha está por toda parte, as marcas da guerra e do nazismo podem ser vistas em muitos lugares, a história se faz presente, e proporciona verdadeiras aulas nas ruas da cidade. Uma estudante de escola pública “foi com sua turma ao campo de concentração *Sachsenhausen*, localizado nos arredores de Berlim. Já a escola privada [...] organizou uma viagem a Auschwitz, na Polônia” (NEHER, 2018, *online*), onde puderam ter o contato direto com a história de forma mais dinâmica, valorizando a memória social dos alunos, dando aos alunos a oportunidade de reflexão do seu passado e suas representações do presente, sem esconder os fatos ocorridos no período nazista. As Fotos 15 mostram o Campo de Concentração de Auschwitz, na Polônia, fazendo-se presente como memória viva de todos que a visitam.

Fotos 15: Memorial: Campo de Concentração de Auschwitz





Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

A forma como os educadores na Alemanha abordam estes temas históricos é crítica e reflexiva. “Nas escolas da Alemanha, a abordagem pedagógica sobre esse capítulo histórico procura promover uma reflexão crítica sobre o passado e a sociedade, além de buscar evitar que esses crimes voltem a ocorrer no futuro” (NEHER, 2018, *online*). Os assuntos como o nazismo estão no currículo obrigatório em todas as escolas alemãs. A preocupação dos governos estaduais na Alemanha começou na década de 60, com a “Conferência de Secretários de Educação, [...] mais profunda sobre o Holocausto em sala de aula” (NEHER, 2018, *online*). Na Alemanha é possível dizer que eles valorizam a História do Tempo Presente, como a memória dos sobreviventes do Holocausto.

O modelo pedagógico atual é resultado de um debate público que floresceu no fim da década de 1970 na Alemanha Ocidental, com a exibição da série americana *Holocausto*, que retratou a história do genocídio a partir da perspectiva de uma família de judeus alemães e contou com a participação de Meryl Streep e James Woods (NEHER, 2018, *online*).

Os educadores acreditam ser importante o conhecimento do passado porque é fundamental para um “entendimento de debates e decisões políticas atuais da Alemanha” (NEHER, 2018, *online*). Os educadores também têm a obrigatoriedade de alertar os alunos sobre as falsidades que podem ocorrer nas mídias, estimular que os alunos desenvolvam pensamentos críticos, para discernir o conhecimento falso do verdadeiro, disponíveis na *Internet*.

Para NEHER, a abordagem pedagógica sobre Holocausto é um processo em constante transformação. “A cada nova geração, a abordagem e

transmissão desse tema aos jovens deve ser repensada. Atualmente, ela é mais histórica, mas não deve ser tratada como o Império Romano, por exemplo. A responsabilidade alemã deve ser deixada clara, porém, sem sobrecarregar os alunos e sem declará-los culpados" (NEHER, 2018, *online*).

Na Alemanha "na escola, alunos aprendem exaustivamente sobre as atrocidades do nazismo. Nas ruas, memoriais e museus não deixam que a verdade histórica seja esquecida. Estratégia é lembrar-se do passado para que erros não se repitam" (GOMES, 2019, *online*). Levou muito tempo para a Alemanha aceitar o seu passado, principalmente em relação ao período nazista. No entanto, foi construída ao longo dos anos, com o intuito de fazer com que ela jamais volte a se repetir, seja na Europa, ou seja no mundo.

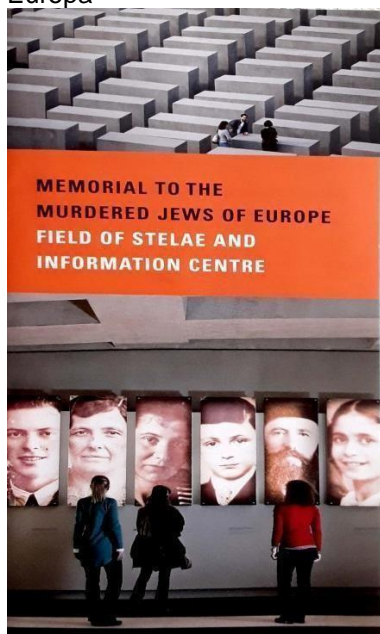
A lembrança sobre o Holocausto foi construída ao longo de anos como uma mensagem duradoura às futuras gerações. Por meio de museus, memoriais, disciplinas nas escolas, filmes e livros, a Alemanha formou uma memória cultural sobre as atrocidades do passado, sobretudo sobre a perseguição contra os judeus, para garantir que as presentes gerações não permitam que esses erros históricos se repitam. (GOMES, 2019, *online*)

Os estudantes são educados sobre sua história, não só como algo do passado, mas como algo que pode acontecer novamente se não houver uma conscientização sobre o nazismo; os alunos não são poupados de sua história, "de ver cenas reais de documentários mostrando a fumaça saindo das câmaras de gás onde milhões de judeus foram mortos e nem de ver os corpos sendo arrastados por tratores nos campos de concentração até as valas" (GOMES, 2019, *online*). Mas também explicam aos alunos que não foram só os judeus que foram exterminados, durante o regime nazista.

Em muitas partes da Alemanha, cada passo é, de fato, um tropeço na história. Símbolos, memoriais e museus não deixam alemães, imigrantes e turistas ficarem alheios ao passado do país. Isso se reflete em políticas públicas que têm o objetivo de garantir que a verdade sobre o horror do nazismo não seja questionada por boatos e mentiras. E, nesse sentido, a meu ver, a educação escolar tem o papel crucial de formar uma sociedade consciente e informada (GOMES, 2019, *online*).

Os alunos estudam o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial não como fato acontecido somente no passado, mas como assunto presente, fazendo com que os memoriais e os museus tornem-se uma memória viva, uma memória presente, cujas testemunhas vivas até há pouco tempo ainda contavam suas histórias orais e os familiares dos sobreviventes ainda vivem com as marcas deixadas pelo passado. Estuda-se o passado na Alemanha, para que não haja nenhum tipo de preconceito, ou se deixar permitir que ocorra novamente um governo totalitarista. Na Foto 16 folder do Museu dos Judeus na Europa, com apresentação e divulgação das atividades e horários do Museu. Foto 17, folder do Memorial Topografia do Terror, com apresentação e divulgação das atividades e horários do memorial.

Foto 16: Folder do Museu dos Judeus na Europa



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso

Foto 17: Folder do Memorial Topografia do Terror



Fonte: Acervo particular de Juana Belinaso.

Na Alemanha a educação trabalha diretamente com a História do Tempo Presente, não só com o material, mas também com a humana, pois nas escolas, são levadas histórias orais das testemunhas que sobreviveram ao holocausto, “Erna de Vries⁹ já contou muitas vezes sua história, diante de alunos, em sua cidade natal no norte da Alemanha, na universidade de uma cidade vizinha maior” (STRAUß, 2019, *online*). Mas não é uma tarefa fácil fazer com que essas testemunhas, com suas limitações físicas devido à idade, possam ficar se deslocando para as escolas para recontar suas memórias, então, começaram a usar as chamadas “testemunhas secundárias”.

⁹ Erna de Vries é uma das últimas sobreviventes do Holocausto (STRAUß, 2019, *online*).

Aos 95 anos, é cada vez mais difícil contar sua história em público. Ela não vê muito bem; só escuta quando se fala bem alto e articulado perto de seu ouvido; para fazer pequenos passeios, precisa do auxílio do que chama de "o Rolls-Royce entre os andadores".

Por isso ela está contente de haver alguém que transporte suas memórias. Essa pessoa é Vanessa Eisenhardt. A médica de 29 anos se considera uma "testemunha secundária", como membro da associação *Heimatsucher*, que se encontra com sobreviventes do Holocausto, coleta e conta suas histórias (STRAUß, 2019, *online*).

A "testemunha secundária" não relata apenas as memórias do passado ocorrido no holocausto, como a da Senhora Vries, mas também sobre como sobreviveu, quais seus sonhos, seus desejos, como foi sua vida, o que deseja para o futuro. Uma história vívida, presente, fazendo com que jovens alemães possam sentir e ouvir de perto o que realmente aconteceu na história. Esse trabalho feito pela Associação *Heimatsucher*, tem uma página na internet, para que todos tenham acesso aos relatos das testemunhas que sobreviveram ao holocausto, na página introdutória da *Heimatsucher* está registrado:

Nós, da HEIMATSUCHER eV, entrevistamos testemunhas contemporâneas do Holocausto, documentamos suas histórias e as passamos para as aulas e para a exposição. O sobrevivente Elie Wiesel certa vez disse: "Cada um de hoje ouvir uma testemunha, mesmo ser uma testemunha" E assim vemos a nossa missão como um "Z. W eitzzeug * dentro" as pessoas (jovens) fortemente contra qualquer tipo de racismo e Xenofobia (HEIMATSUCHER eV, 2019, *online*, tradução nossa).

Esse site valoriza as testemunhas, suas memórias orais, levando as entrevistas feitas por eles para dentro das salas de aula. Uma história viva, valorizando a história do tempo presente. Os jovens em contato com a sua história viva, tornando o seu passado presente.

8.2 A Educação no Brasil hoje

Houve muitas mudanças na educação brasileira, desde 1930, principalmente no que se refere aos livros didáticos de História, que passaram a dar conta de uma valorização da memória. “Essa narrativa escolar que compõe os textos do livro didático de história é, também, portadora de uma memória social com valor formativo” (ROCHA, 2017, p. 12). Devido a essa preocupação com a memória social foi também necessário à construção pragmática desse conteúdo, em consonância com a didática do professor; “em tempos de busca de direitos assentados em disputas da memória, aprofunda-se um problema constitutivo do livro didático em função social quanto à correção dos conteúdos que tratam de temas sensíveis à memória” (ROCHA, 2017, p. 13). A atualização dos livros didáticos precisa dar conta além da preocupação com as políticas públicas, também com o interesse do mercado editorial, com isso há uma modificação no sistema educacional, segundo Rocha (2017, p. 14):

O sistema escolar veio se modificando profundamente, bem como o público a que atende – com a ampliação da rede e pretensão de universalização de atendimento às crianças e jovens em idade escolar – ao longo dessas quase nove décadas. Em compasso ou em descompasso com a política nacional e internacional, as políticas para o livro didático também se modificam.

Os livros didáticos são valorizados por ser a veiculação de conhecimento institucionalizado, “que constituem o currículo estabelecido – pela tradição ou pela legislação – para o trabalho de formação escolar” (ROCHA, 2017, p. 15). Logo no início do século XXI, o sistema educacional foi reestruturado mediante diretrizes para os diferentes níveis de ensino, principalmente com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2017.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017a, online)

Os debates do pós-guerra fizeram com que muitos pensassem em uma nova abordagem educacional, dando destaque à memória, “isso se mostra necessário por eventuais repercussões desse debate sobre o conhecimento escolar e nas narrativas, presentes nos livros didáticos” (ROCHA, 2017, p. 19). A Avaliação do PNLD foi criada com o intuito de denunciar o “caráter ideológico” que era apontado “como um instrumento de poder das camadas dominantes, cujas principais falhas consistiam em priorizar a chamada ‘histórias dos vencedores’ e em manter ausente a história das populações”,

menos favorecidas, das mulheres, dos negros e indígenas, entre outros grupos sociais à época denominada de 'minorias sociais (CAIMI, 2017, p. 33). Por esta razão foi criada a PNLD, e ela foi instituído por meio do Decreto nº91.542/1985, em substituição a programas anteriores cuja origem remonta à década de 1930. Desde então teve início uma transformação na avaliação pedagógica dos livros didáticos, nas últimas décadas tem-se altos investimentos e não só financeiros, mas também na avaliação e produção dos livros didáticos. Esses materiais passaram por um estudo de caráter bibliográfico e documental, segundo Caimi (2017, p. 35):

[...] apoiando-se especialmente em artigos publicados em periódicos, em dissertações e teses, e nos documentos oficiais do PNLD, como decretos, editais e guias de livros didáticos. Os materiais foram buscados nas bases e portais disponíveis, especialmente no Scielo, no Banco de Teses da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/Ibict) e no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Conforme os dados estatísticos da FNDE a produção e o financiamento do livro didático no Brasil são dominados por quatro grupos editoriais (Ática, FTD, Moderna e Saraiva), que responderam por 83% do total de aquisições no ano de 2018, correspondente ao PNLD 2019 (BRASIL, 2019a, *online*). É importante destacar que há uma amplitude de programas de materiais didáticos, que tendem na atualidade a transformar o Brasil no maior comprador de livros didáticos do mundo. Somente neste ano foi mobilizado 1,1 bilhão de reais anualmente, conforme Tabela 1, de dados estatísticos no Portal FNDE (BRASIL, 2019a, *online*).

Tabela 1: Dados Estatísticos FNDE

| PNLD 2019 | | | | | |
|---|-------------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|
| Atendimento aos professores da educação infantil e a todos os estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental. | | | | | |
| Reposição dos livros consumíveis para os estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. | | | | | |
| Livros adicionais consumíveis e reutilizáveis para cobrir acréscimos de matrículas para os alunos de todas as séries do ensino fundamental, ensino médio. | | | | | |
| Ano do PNLD | Atendimento | Escolas Beneficiadas | Alunos Beneficiados | Exemplares | Valores (R\$) |
| | | | | | Aquisição |
| | Educação Infantil | 74.409 | 5.448.222 | 646.795 | 9.826.136,60 |
| | Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 92.467 | 12.189.389 | 80.097.009 | 615.960.117,82 |
| PNLD 2019 | Anos Finais do Ensino Fundamental | 48.529 | 10.578.243 | 24.523.891 | 224.487.327,50 |
| | Ensino Médio | 20.229 | 6.962.045 | 20.842.786 | 252.298.330,26 |
| | Total do PNLD 2019 | 147.857 | 35.177.899 | 126.110.481 | 1.102.571.912,18 |

PNLD 2019 - Valores de aquisição por editora

Fonte: <https://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>

Quanto às ideias e concepções pedagógicas, há diretrizes específicas para os programas de livros didáticos, segundo Caimi (2017, p. 40):

Com a publicação de Decreto nº7.084/2010, que dispõe sobre aos programas de material didático – trata especialmente do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) -, identifica-se um claro avanço na política oficial, ao consolidar como diretrizes dos programas de material didático o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; o respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras.

Algumas mudanças ocorreram em 2019, pois o Estado “também distribuirá softwares e jogos educacionais”, e outros tipos de materiais que possam auxiliar no apoio pedagógico e o ciclo dos livros será de quatro anos (BRASIL, 2019b, *online*) e não de três anos. “Com isso, do ponto de vista orçamentário, a escala da compra por um período maior oferece maior economia e a reposição para um ciclo maior está sendo estudada pelo MEC junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)” (BRASIL, 2017b, *online*). Outros projetos também estão sendo criados, por exemplo, a criação de livros de projetos integradores para auxiliar os professores e alunos a trabalharem os conteúdos curriculares de forma integrada.

O guia, preparado pela SEB com a ajuda de especialistas, contém as resenhas dos livros aprovados para uma melhor orientação na escolha dos títulos que serão adotados pelas escolas, o que é feito de forma democrática pelos educadores. Após a formalização, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (Simec), entram em ação os setores responsáveis pela contratação e distribuição dos livros (BRASIL, 2019b, *online*).

A avaliação dos livros didáticos é publicada anualmente e há uma reformulação periódica por meio de editais públicos, que são avaliados por especialistas de diferentes regiões do Brasil, por professores com níveis de educação e visões culturais diferentes. Valorizando as narrativas históricas com múltiplas temporalidades e autores acadêmicos com versões historiográficas diversas, com a finalidade de “focalizar temáticas para o estudo do passado a partir das questões e problemas do **tempo presente**” (CAIMI, 2017, p. 41, grifo nosso). Para o autor, cabe não seguir com tanta rigidez na cronologia linear, mas promover uma associação mais simples entre o passado e o presente, valorizando o ensino de novos desafios da História do tempo presente. Este estudo passa a valorizar o “conteúdo disciplinar mais aceitável ao diálogo com o tempo presente, com as questões relevantes e pertinentes ao universo de significação dos estudantes”.

No entanto, ainda existe resistência dos professores em abordar e até mesmo escolher livros didáticos que abordam tópicos históricos inovadores, seja por comodidade ou por desatualização, os livros mais tradicionais são os mais adotados. Para Caimi (2017), os professores rejeitam as obras melhor avaliadas no PNLD porque elas costumam requerer abordagens pedagógicas que diferem dos métodos tradicionalmente empregados em sala de aula. Enquanto houver professores que resistem ao inovador, os livros didáticos terão de fornecer por si só, a informação necessária para que o aluno possa abordar os temas de tempo presente.

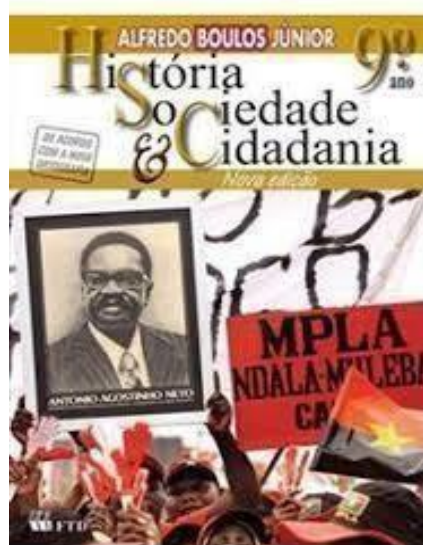
9 Livros didáticos - Análise de documentos

São apresentados a seguir os três livros didáticos de História, recolhidos diretamente nas três escolas de Porto Alegre de instâncias diferentes, Municipal, Privada e Estadual, bem como a análise do conteúdo neles inseridos, das páginas selecionadas cujos temas de análise são: Nazismo e Segunda Guerra Mundial, discorrendo sobre suas formas de abordagem dos temas de pesquisa do trabalho.

9.1 Objeto 1

Escola Municipal: Livro didático de História usado: **História: Sociedade & Cidadania**, 9º ano, autor: Alfredo Boulos Júnior, São Paulo: FTD, 2009. (**Anexo A**), páginas selecionadas para análise deste anexo são: p.93 -95; 103 - 107; 109 e 110.

Imagem 3: Livro didático, História: Sociedade & Cidadania



Fonte: Google imagens

Este livro didático de História pontua claramente os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial, traçando as temáticas por tópicos. Começa explicando o que é o partido e a ideologia Nazista, discorre brevemente sobre a superioridade da “raça ariana”, o antissemitismo e a expansão do Nazismo. O conteúdo é abordado de forma clara, sucinta e objetiva. O tópico sobre a ascensão dos nazistas descreve desde o começo do governo, até como Hitler subiu ao poder, nele há um tópico falando sobre Hitler e sua oratória, com pequenos quadros explicativos de palavras, seus significados, por exemplo: “reforma agrária”, o que é a reforma agrária, a cada palavra diferente abre-se um parêntese explicativo; e sinônimo, exemplo: “chanceler (chefe do governo)”.

Em um novo capítulo inicia outro tema sobre a Segunda Guerra Mundial, os tópicos têm como títulos “o imperialismo japonês”, outro para “o expansionismo italiano”, explicando sobre o fascismo. Outro tópico com um título muito interessante, “o nazismo mostra suas garras”, que fala da Conferência de Munique, o “pacto de não agressão”, mostra neste tópico uma charge (ilustração humorística) ver página 95(Anexo A), da imagem de Hitler e o primeiro ministro, sendo Hitler tentando arrombar uma porta, onde está escrito Polônia, e do outro lado da porta uma moça encolhida, em um canto contra a parede. Ao lado da charge há um título “Dialogando” com questões sobre a imagem, fazendo com que o aluno reflita sobre a referência humorística. Também se abrem tópicos com títulos “para saber mais”, falando um pouco mais sobre algum assunto específico ao

assunto abordado no texto.

Um novo tópico inicia com o título “Guerra na União Soviética”, nele fala-se sobre o ataque da Alemanha sobre a União Soviética usando “tática da terra arrasada” e a “Batalha de Stalingrado”, logo passa para a Vitória dos soviéticos com a invasão a Berlim. Encerrando a guerra em maio de 1945, na Europa. Outro tópico passa a falar sobre o ataque do Japão aos norte-americanos, em Pearl Harbour, no Havaí. O próximo título introduz o tema das “Bombas sobre o Japão”, fala antes sobre os “camicases”, explicando que eram pilotos suicidas que lançavam aviões com explosivos sobre o exército americano. Em seguida falam das duas bombas lançadas sobre as duas cidades no Japão em agosto de 1945 e suas consequências radioativas. Um tópico muito importante no final do capítulo sobre a Segunda Guerra Mundial, abre com o título, “Solução Final”, explicando sobre o holocausto, os campos de concentração e o extermínio de 6 milhões de judeus, encerrando assim o capítulo.

9.2 Objeto 2

Escola Privada: Livro didático de História usado: **Estudar História: das origens do homem à era digital**, 9º ano, autora: Patrícia Ramos Braick, São Paulo: Moderna 2011. (**Anexo B**), páginas selecionadas para análise deste anexo são: p. 118; 121 - 125; 134 - 139; 142 -145.

Imagem 4: Livro didático, Estudar História: das origens do homem à era digital



Fonte: Google Imagens

Este livro didático de História apresenta o seguinte conteúdo: inicia com explicações sobre totalitarismo e suas diferenças, também esclarece o que é, e o que foi a República Weimar na Alemanha; logo em seguida fala sobre a crise de 1929 na Alemanha. Abrindo um tópico com o título “A ascensão do partido nazista”, mostrando um quadro de “saiba mais”, para explicar algo mais específico dentro do contexto do assunto abordado. Também há uma breve explicação sobre a política nazista e indica um filme, “Uma mulher contra Hitler”, para ilustrar o tema.

O livro aborda a temática do preconceito e como foi manipulado pela ciência, para que a “raça ariana” fosse aceita pelos alemães civis. Em outro capítulo inicia o tema da Segunda Guerra Mundial, explicando com detalhes e mapas como tudo ocorreu. Há um tópico falando sobre a invasão da União Soviética pelo exército alemão, discorrendo sobre a “Operação Barbossa” e a “tática da terra arrasada”. Há tópicos com explicações de sinônimos e significações das palavras, como esclarecimento. Outro tópico abordado é o holocausto, explicando o que é, onde se deu e o que aconteceu com os judeus, nos sudetos e campos de concentrações, também sobre o extermínio em massa.

Um novo tópico se refere aos Estados Unidos e sua entrada na guerra (chamados aliados), contra o Eixo (Europa). Um tópico com o título “A reviravolta no conflito”, que discorre sobre dos soviéticos na guerra, falando sobre o frio intenso do inverno russo, que conseguiu derrotar o exército nazista, a Batalha de Stalingrado que finaliza com a vitória dos soviéticos. Terminando a guerra com a invasão dos soviéticos em Berlim, oficializando o fim da Segunda Guerra Mundial em maio de 1945, na Europa. Retomando há um tópico sobre o desembarque dos aliados na Normandia, que foi conhecida como o “Dia D”. Há também um tópico falando da derrota do Japão, mencionando as duas bombas lançadas pelos americanos em agosto nas cidades japonesas, fazendo com que o Japão se rendesse, finalizando oficialmente a Segunda Guerra Mundial. Abre então um tópico sobre a tragédia das bombas atômicas e seus efeitos nos civis japoneses e as suas consequências posteriores. Antes deste tópico fala sobre os *kamikazes*, explicando que eram aviadores japoneses, que carregavam explosivos nos aviões e se lançavam sobre os americanos. Vale mencionar que este livro não fala sobre o ataque dos japoneses a Pearl Harbor, no Havaí. Ao longo das páginas há questões de reflexão para que os alunos respondam, sobre os temas abordados nos capítulos.

9.3 Objeto 3

Escola Estadual: Livro didático de História usado: **Vontade de saber História**, 9º ano, autores: Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, São Paulo: FTD, 2015 (**Anexo C**), páginas selecionadas para análise deste anexo são: p. 126 - 127; 162 - 165; 168 - 171; 174 - 176; 180 - 182.

Imagem 5: Livro didático, Vontade de Saber História.



Fonte: Google Imagens

Este livro didático de História apresenta em seu conteúdo: inicialmente pontua o Nazismo na Alemanha, retornando brevemente o tema da Primeira Guerra Mundial, logo segue para República Weimar, um tópico com o título, “o sujeito na história”, apresenta a história de Rosa Luxemburgo. Abre-se novo tópico com o título, “Ascensão do Nazismo na Alemanha”, explicando como se deu o surgimento e tomada do poder pelo partido e a ascensão do Hitler. Novo capítulo sobre a Segunda Guerra Mundial, fala com mais detalhes desde a Primeira Guerra Mundial e a política de apaziguamento, a derrota da Alemanha, o Tratado de Versalhes, abre tópico explicativo sobre o “fracasso das ligas das nações”.

No tópico seguinte fala sobre a “Revanche da Alemanha”, iniciando propriamente a Segunda Guerra Mundial, explicando sobre o governo nazista, sobre o Terceiro Reich, esclarece sobre o arianismo, e seu preconceito contra os judeus. Mostra as propagandas nazistas, abre mais um tópico com título, “o sujeito na história” falando sobre Leni Riefenstahl, uma artista e cineasta alemã. Nesta mesma página indica o documentário de autoria de “O Triunfo da Vontade” para ilustrar as propagandas nazistas da época. Fala sobre o espaço vital, com um pouco mais de detalhe.

Entra, finalmente, na declaração de guerra, a invasão da Tchecoslováquia, a invasão a Polônia, mais uma indicação de filme: “O Pianista”. Parte em seguida para a “Conferência de Munique”, “pacto de não agressão” com os soviéticos. Fala sobre a expansão nazista na Europa, discorre sobre o ataque relâmpago e o ataque à União Soviética com a “tática da terra arrasada” e a “Operação Barbossa”. No canto da página explica o que é “tática de terra arrasada”.

Outro tópico sobre o ataque dos japoneses a Pearl Harbor, nesta página há algo inovador, indica um site com assunto sobre a Segunda Guerra Mundial, e diz o que este site contém para o auxílio da compreensão do conteúdo abordado no capítulo. O próximo tópico é a derrota do Eixo, a entrada dos americanos, o “Dia D”, do desembarque do exército americano (Aliados) na Normandia. Terminando a Segunda Guerra Mundial com a entrada dos soviéticos em Berlim, em maio de 1945, na Europa.

O tópico final é sobre a rendição do Japão, com as duas bombas lançadas pelos americanos nas cidades japonesas em agosto de 1945, finalizando oficialmente a Segunda Guerra Mundial, explicam nesse mesmo tópico as consequências das bombas causadas aos civis japoneses. Um tópico extra é acrescentado com título: “Explorando o tema”, falando sobre o holocausto, explicando o que aconteceu e suas consequências, falando sobre os campos de concentração e a perseguição aos judeus.

Encerra o capítulo com o tópico de título, “História em construção: revisionismo”, explicando o que é o revisionismo e o surgimento no pós-guerra. Há questionário reflexivo sobre o revisionismo.

9.4 Análise comparativa dos três objetos

O livro didático, *História: Sociedade & Cidadania*, 9º ano, de Alfredo Boulos Júnior (2009) é normalmente usados por escolas da Rede Municipal de Porto Alegre, por este livro ser de 2009, aborda os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial com tópicos sucintos, porém bem claros e objetivos. O livro em si não apresenta conteúdos inovadores, nem fala sobre o revisionismo, o conteúdo é colocado de forma tradicional, mas indica já a questão da História do tempo presente, abordando dentro do tópico “Para Refletir” algo sobre os refugiados, devido ao que ocorreu com os judeus no pós-guerra, mas não fala nada sobre a memória dos sobreviventes, enfatizando a valorização a memória social, na abordagem de pensamento crítico do aluno. Há tópicos explicativos das significações e sinônimos das palavras usadas no contexto, também há tópicos como título: “Dialogando” que aborda questões reflexivas sobre os temas. No final do capítulo “Segunda Guerra Mundial”, abre tópico de reflexão falando sobre o extermínio de judeus com o título:

“Solução Final”, bem sucinto.

O livro didático, *Estudar História: das origens do homem à era digital*, 9º ano, de Patrícia Ramos Braick (2011) é normalmente usado por escolas de Rede Privada. Este livro é um pouco mais recente que o livro didático de Alfredo Boulos Júnior, aborda os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial, com mais detalhes, também há tópicos de significações e sinônimos das palavras. Há tópicos com questões reflexivas sobre os temas abordados, e a tópicos com títulos: “saiba mais”, que abrange o assunto mais aprofundado, dando mais ênfase e detalhes. Já é um livro um pouco mais inovador, pois dá dicas de filme, como por exemplo: “Uma mulher contra Hitler”, de 2005, falando sobre a propaganda nazista. Nada fala sobre o revisionismo e nem sobre a memória dos sobreviventes do holocausto, não entra no estudo sobre a História do tempo presente, não faz essa busca de trazer o passado para o presente.

O livro didático, *Vontade de saber história*, 9º ano, de Marcos Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg (2015) é normalmente usado pela escola de Rede Estadual. Por ser um livro mais atualizado, também usado para os quatros anos seguintes, isto é, usado até o final do ano 2019, fala sobre os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial pontuando com muito mais detalhe. Há tópicos com explicação detalhada sobre assuntos específicos dentro do tema abordado, como “o fracasso da liga das nações”, bem como tópico com o título: “o sujeito da história” que relata sobre pessoas significativas dentro da história e no período que ocorre. Também indica documentário sobre a propaganda nazista: “O Triunfo da Vontade”, e indica um filme: “O pianista”, mostrando a visão através da Polônia, sobre a guerra. Algo inovador e atualizado é a dica de site para uma obtenção de mais informação sobre a Segunda Guerra Mundial. Apresenta um título: “Explorando o tema”, com o assunto sobre o Holocausto, este sim traz imagem presente, foto do pós-guerra, fala sobre os sobreviventes, trazendo bem a história do tempo presente. “Quando o regime caiu e essas práticas foram reveladas ao mundo, milhares de alemães sofreram um grande trauma decorrente do sentimento de culpa” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015, p. 181). Outro tópico muito importante e extremamente atual, com o título: “História em Construção”, que fala sobre o revisionismo, finalizando com questionário reflexivo.

Todos os três livros trazem imagens da Segunda Guerra Mundial, sobre o Nazismo, da propaganda nazista, de Hitler, mapas mostrando os ataques que ocorreram na guerra. Os três livros didáticos de História analisados falam claramente sobre o Nazismo e Segunda Guerra Mundial, não deixando dúvidas do ocorrido durante aquele período, assuntos abordados pelos três livros em consonância é ascensão de Hitler ao poder e do partido nazista, também há consonância sobre a entrada dos aliados (EUA) na Normandia, conhecido como o “Dia D”, a derrota da Alemanha ao ataque a União Soviética, a invasão dos soviéticos em Berlim, encerrando a Segunda Guerra em maio de 1945, na Europa. Os três livros abordam as bombas lançadas nas duas cidades do Japão, pelos EUA, e suas consequências durante e posteriores. Os três livros têm tópicos específicos sobre o holocausto, modificando apenas o título em cada livro. O objeto 1, o título é “Para Saber mais” e o subtítulo: “A ‘Solução Final’: Fábrica de morte” (BOULOS JÚNIOR, 2009, p.110), o objeto 2, o título é “Saiba mais, e o subtítulo é “O campo de concentração de Dachau” (BRAICK, 2011, p. 123), este tópico aborda o campo de extermínio, o trabalho forçado, quantidade de mortos ocorridos neste campo de concentração, outro tópico também, sobre o preconceito de raças dos judeus, em uma citação de Hobsbawm¹⁰ (1995, p. 151), que fala justamente sobre a perseguição aos judeus, a destruição de livros dos intelectuais judeus, sobre a segregação dos judeus a uma subclasse, sobre os campos de concentração (BRAICK, 2011, p. 125), também há outro título sobre o “Holocausto” (BRAICK, 2011, p. 137). O objeto 3 o título é “Explorando o tema” e o subtítulo é “O Holocausto (Shoah)” (PELLEGRINI: DIAS: GRINBERG, 2015, p. 180), explicando claramente sobre o assunto.

Dois livros didáticos, objeto 1 e objeto 3, falam do ataque dos japoneses à base militar norte-americana de Pearl Harbor, (no Havaí), já o objeto 2 não há nada sobre este assunto. Já sobre os aviadores suicidas, somente dois livros didáticos falam sobre o assunto, objeto 1 e o objeto 2, porém com grafias diferentes, pois o objeto 1 apresenta a escrita da palavra “camicases” desta forma, enquanto que o objeto 2 apresenta a escrita da palavra “*Kamikazes*”, nesta outra forma..

Sobre o revisionismo somente um livro didático, objeto 3 abre um tópico com o título “História em construção” que aborda este assunto sobre o revisionismo. Dois livros não abordam sobre a memória dos sobreviventes do Holocausto, valorizando a memória da História oral, trazendo o passado para o presente, no entanto o objeto 3 de saber história, fala sobre o passado, trazendo a História do tempo presente, como fotos de pessoas que visitaram os locais de campos de concentração no pós-guerra, algumas questões de reflexão sobre o Holocausto, há dica de leitura: “O diário de Anne Frank”, diversificando o conteúdo. Ainda este objeto 3, fala sobre o que aconteceu com os nazistas no pós-guerra,

¹⁰ HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 151

ênfatiza que no “Julgamento de Nuremberg” apresentaram-se muitos documentos provando a existência do Holocausto, “evidências das torturas e mortes de judeus nos campos de concentração” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015, p. 182), provando que não há nenhuma possibilidade de haver negação do Holocausto, por esta razão, abre o tópico sobre o revisionismo, em alguns casos de negacionismo histórico. Também ênfatiza que: “atualmente, em alguns países, é crime negar ou colocar a realidade histórica do Holocausto em dúvida” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015, p. 182). Ênfatiza, que “no Brasil, qualquer prática que induza à discriminação é crime, inclusive o de divulgação ao nazismo” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015, p. 182). Há questões de reflexões sobre o revisionismo, mostrando que estudo voltado à história do tempo presente.

10 ESSA HISTÓRIA TEM FINAL?

A polêmica começou com um vídeo postado no *Facebook* pela Embaixada da Alemanha, para explicar como é o ensino sobre o nazismo, com o título “Como se ensina história na Alemanha”. A questão é que este vídeo surgiu justamente no período de campanha eleitoral (outubro de 2018, no Brasil), razão suficiente para gerar discórdias e justificar argumentos, mesmo sendo eles inverídicos.

Os comentários que surgiram demonstraram a ignorância de muitos brasileiros, como diz em alemão, “*Fremdschämen*, (vergonha alheia)” (ROSSI, 2018, *online*). Esse vídeo institucional mostra que “a Alemanha explica que desde cedo as crianças são ensinadas confrontar os horrores do holocausto, como parte do pensamento de conhecer e preservar a história para não a repetir” (CONSULADO, 2018, *online*). A abertura do vídeo, diz que “Os alemães não escondem seu passado”, demonstra que o vídeo institucional tinha o intuito de divulgar como a sociedade alemã lida atualmente com o nazismo e o Holocausto, mas infelizmente “acabou virando em meio à polarização pré-eleições, palco de ataques de militantes de direita brasileiros que não gostaram do conteúdo da peça” (STRUCK, 2018, *online*). Isso porque o vídeo apresenta um trecho dizendo que o nazismo era de extrema direita e uma citação do ministro das Relações Exteriores, Heiko Mass¹¹, que diz: “Devemos nos opor aos extremistas de direita, não devemos ignorar, temos que mostrar nossa cara contra neonazistas e antissemitas” (CONSULADO, 2018, *online*). Razão considerado suficiente para haver discussão.

Surgiram comentários de internautas, dizendo que o nazismo não era de extrema-direita, mas sim de extrema-esquerda, “apelando incorretamente para o nome oficial da agremiação nazista, que se chamava Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou NSDAP” (STRUCK, 2018, *online*). Outro internauta disse: “Vindo do país de origem do Marxismo, tendo a Alemanha sido infestada por vermelhinhos no pós-guerra [...] é claro que eles vão distorcer tudo e jogar na conta da direita” (STRUCK, 2018, *online*), houve quem dissesse que o holocausto nunca aconteceu de verdade, chamando o episódio de “holofraude”.

Surgiu então a preocupação de como está sendo abordado o ensino sobre o nazismo nas escolas brasileiras, como está sendo feita a construção da memória social do estudante.

¹¹ Heiko Maas é um político alemão, filiado ao SPD.

Em notícia veiculada pelo jornal internacional *jornal Deutsche Welle (DW)*¹² aponta-se a possibilidade de haver uma falha no ensino no Brasil, “demonstra que o ensino de história no nível básico é profundamente falho no Brasil” (STRUCK, 2018, *online*). De fato, o assunto sobre o Nazismo e Segunda Guerra Mundial só são abordados a partir do 9º ano nas escolas brasileiras, no entanto o contato com a internet e outros tipos de informação é possível obter tais conhecimentos, porém nos leva a pensar, com certa preocupação, sobre a forma como está sendo ensinada esta temática.

Na década de 80, houve uma disseminação assustadora do revisionismo, principalmente no Rio Grande do Sul, com uma crescente publicação e distribuição de livros negando o holocausto, divulgando o revisionismo. Entende-se que por motivos de disseminação de teses revisionistas “[...] que circulam dentro e fora do ambiente acadêmico no Brasil” (LOUREIRO; FONTE, 2010 p. 91) tenha sido a origem dos comentários absurdos que apareceram nas redes sociais, negando o Holocausto e afirmando que o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães fosse de extrema esquerda, portanto se explica, mas não se justifica a ignorância brasileira.

A partir desse estudo conseguimos compreender o motivo do estudo da História do tempo presente é tão importante, ser este campo que pode auxiliar na conscientização do passado demonstrando seus impactos no presente, trazendo memórias que se mantêm na oralidade, visando à construção de uma memória social em crianças e jovens, para que o passado jamais venha se repetir, seja na Europa, ou seja no Brasil, pois não estamos imunes a uma tragédia desta em nosso país.

Na Alemanha, o estudo sobre o nazismo é abordado de forma reforçada não somente dentro das escolas, como também em vários lugares na Europa, com memoriais, museus, monumentos, locais históricos, com a finalidade de ajudar os estudantes a obter um conhecimento e construção da memória social, para que isso jamais se repita.

No Brasil por mais que o assunto não seja trazido para dias atuais, com uma construção de tempo presente, com uma memória viva, ainda sim, este tema é claramente abordado nas escolas, no 9º ano, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. O resultado da pesquisa mostra que os livros didáticos de história abordam os temas Nazismo e Segunda Guerra Mundial com clareza, objetividade e alguns ainda indicam filmes, questionários reflexivos. O livro da escola estadual, Vontade de Saber História, além de ser mais inovador, indica links para uma abordagem do assunto mais detalhado, também fala sobre o revisionismo. Os demais livros talvez por serem de anos anteriores a 2015, não sejam tão inovadores, mas também existem indicações de filmes, links de

¹² STRUCK, Jean-Philip. Brasileiros criam debate que não existe na Alemanha. **DW**. Brasil, 17 de setembro de 2018, Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasileiros-criam-debate-que-nao-existe-na-alemanha/a-45531446> Acesso em: 10 abr. 2019.

“saiba mais”, e questões reflexivas para auxiliar na construção da memória do aluno.

O que reflete todo este questionamento sobre o “Nazismo de esquerda” ou “holofraude” indica não a ignorância propriamente dita, mas um ato de ignorar a história real, documentada, comprovada em estudos científicos e fatos históricos.

O jornal *DW* abordou um assunto delicado, porém muito real, sobre o antissemitismo, no final do artigo diz: “algo que vinha nascendo há décadas ou talvez séculos entre um povo que estava acostumado a obedecer, que tinha tendências antissemitas e que via com desconfiança influência do exterior” (STRUCK, 2018, *online*). Isso mostra que já havia um antissemitismo em toda a Europa muito antes dos nazistas. Portanto, existe antes de tudo todo tipo de preconceito (racial, étnico, religioso, etc), dentro de cada um, e justificando-se através de apoio a líderes, que condizem com as nossas próprias ideias de preconceito. Precisamos combater todo o tipo de preconceito, pois não há dúvida baseando-se nas análises expostas neste Trabalho de Conclusão de Curso, de como estão sendo abordados estes temas. O que precisamos agora é combater todo o tipo de preconceito que possa existir nas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n.36, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006> Acesso em: 16 out. 2018.

ALVES, Sirlene Ribeiro; VASCONCELOS, Carla Regina. Escola, currículo e a formação da memória social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA SOCIAL, 2, 2016, Rio de Janeiro, **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: PPGMS/Unário, 16-18, março, 2016. Disponível em: <http://seminariosmemoriasocial.pro.br/wp-content/uploads/2016/03/A001-SIRLENE-ALVES-RIBEIRO-normalizado.pdf> Acesso em: 17 out. 2018.

AZEVEDO, José. Metodologias qualitativas: análise do discurso. In: ESTEVES, António; AZEVEDO, José (Editores). **Metodologias qualitativas para as ciências sociais**. Porto: Universidade de Porto. Faculdade de letras. 1998, p. 107-114.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 219-229.

BELINASSO, Juana. **Memorial do Holocausto**. Berlim, Alemanha, 2015. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Memorial do Holocausto – Berlim (lado de fora)**. Alemanha, 2015. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Memorial Topografia do Terror**. Alemanha, 2015. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Entrada do Memorial Topografia do Terror**. Alemanha, 2015. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Estante de livros nazistas, no Museu Histórico da Alemanha**. Alemanha, 2018. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Roupa usada pelos judeus no período nazista**. Alemanha, 2018. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Folder do Museu Histórico da Alemanha**. Alemanha, 2018. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Pedras de Tropeços, espalhadas em frente às ex-casas de judeus**. 2018. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Memorial: Campo de Concentração de Auschwitz**. Polônia, 2015. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Folder do Museu dos Judeus na Europa**. Alemanha, 2018. Fotografia. Acervo particular.

BELINASSO, Juana. **Folder do Memorial Topografia do Terror**. Alemanha, 2018. Fotografia. Acervo particular.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História In: _____ **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 295-324.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção de história: trajetória de pesquisa. **Revista de História**, n. 164, p. 487-516, jun./jun. 2011.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital**, 9º ano. São Paulo: Moderna, 2011.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. **Educação é a base**. Brasília, DF, 20 dez. 2017a. disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Novo PNLD abre espaço para estados, municípios e professores da educação básica**. Brasília, DF, 19 jul. 2017b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/51981-novo-pnld-abre-espaco-para-estados-municipios-e-professores-da-educacao-basica> Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia do programa nacional do livro didático**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12637-guias-do-programa-nacional-do-livro-didatico> Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa do Livro. **Dados Estatísticos**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **A complexa logística de distribuição dos livros didáticos, desde as editoras até os estudantes**. Brasília, DF, 18 mar. 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/74171-a-complexa-logistica-de-distribuicao-dos-livros-didaticos-desde-as-editoras-ate-os-estudantes> Acesso em: 09 abr. 2019.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade e Cidadania**, 9º ano. São Paulo: FTD, 2009.

CAIMI, Flávio Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Cap. 1, p. 33-34

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, Londrina/PR, v. 2, n. 4, p.1097-1123, jul. / dez. 2009.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 215-218.

CONSULADO geral da Alemanha Rio de Janeiro. **Como se ensina história na Alemanha**. Brasília [Alemanha]. 18 set. 2018. *Facebook*: Consulado geral da Alemanha Rio de Janeiro. Vídeo (1 min. 7 seg.). Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=1659730380798676> Acesso em: 16 abr. 2019.

DELGADO, L. A. N; FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, Marília/SP, v. 2. n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Marília de Brito. **Alfred Rosenberg e o mito de sangue**: uma análise do conceito de antissemitismo na obra o mito do século XX. Brasília, DF: UnB, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, 2017.

FRANCO, Maria Laura. P. B. Livro didático: algumas questões. In: **O livro didático de História no Brasil**: a versão fabricada. São Paulo: Globo, 1982. Cap. 1, p. 15-46

FREITAS, L. S.; GOMES, Sandra Lucia Rebel. Quem decide o que é memorável? A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas, 2004, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 26-28 ago. 2004. 11 p.

FRISON, Marli Dallagnol; *et al.* Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências naturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA, 6, 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ENPEC, 2009. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/425.pdf> Acesso em: 12 mar. 2019.

GARCIA JUNIOR, Emilson Ferreira; *et. al.* Análise documental: uma metodologia da pesquisa para Ciência da Informação. **Temática**, Paraíba, v. 3, n. 7, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002, 175p.

GOMES, Karina. Por que a Alemanha não esquece o seu passado. **DW**. Alemanha, 26 de março de 2019, Coluna Alemanices. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-a-alemanha-n%C3%A3o-esquece-o-seu-passado/a-45592808> Acesso em: 10 abr. 2019.

GONDAR, Jó. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p.19-40 2016.

HEIMATSUCHER eV. [Alemanha], 2019. Disponível em: <https://heimatsucher.de/>
Acesso em: 22 abr. 2019.

HITLER, Adolf. **Minha luta: Mein Kampf**. São Paulo: Moraes, 1983.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n. 6 p. 89-112, Maio/ago. 1989.

JIMMY, Carter. Anti-semitismo. In: **UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM**. Washington, DC, 1993. Disponível em:
<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/antisemitism-1?series=21814>
Acesso em: 19 jan. 2019

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **Anti-semitismo e nacionalismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância, 1987-2003**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

JU, Juliete Susann Ferreira de Souza; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 125-13, jan. /jun., 2015,

KOCH, H. W. **A Juventude Hitlerista: mocidade traída**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1973.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

LEVY, Sofia Débora. Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica. **Revista Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 09-18, jul. /dez. 2015.

LION, Samir Elias Kalil; MIRANDA, Zeny Duarte de. Poder e informação: nexos e causalidades para o espaço organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais**. Pernambuco: ENANCIB, 2015. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2948/980>
Acesso em: 11 fev. 2019.

LOUREIRO, Robson; FONTE, Sandra S. D. Revisionismo Histórico e Pós-Moderno: Indício de um encontro Inusitado. **Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas da UNIMEP**, Piracicaba n. 20/49, p. 85-95, jan. /jun. 2010.

LOURENÇO NETO, Sydenham; RAMOS, Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. **Aedos**, Porto Alegre, v. 6, n. 15, p. 17-33, jun./dez. 2014.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1999.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 24, n.48, p. 123 -144, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista da História e Educação**, Porto Alegre, v. 20 n. 50, p. 119-138, set. /dez. 2016.

NEHER, Clarissa. Como a Alemanha usa as escolas contra mentiras sobre o nazismo e Holocausto. **BBC News Brasil**. Berlim, 17 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45502884> Acesso em: 10 abr. 2019

NORÁ, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: KHOURY, Yara Aun. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez.1993.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M.C.; PIMENTEL, M. A. L. (Org.). **História e memória da escola nova**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 1, p. 09-25

OLIVEIRA, João Batista Araújo *et al.* **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.

OLIVEIRA, Sérgio. **Sionismo x revisionismo: fantasia x realidade**. Pelotas/RS: Revisão Editora, 1993.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **A trajetória do genocídio nazista**. Produção Museu Estadunidense Memória do Holocausto. Brasil, 2014. *Facebook*: ONU Brasil. Vídeo. Disponível em: https://web.facebook.com/ONUBrasil/posts/o-document%C3%A1rio-a-trajet%C3%B3ria-do-genoc%C3%ADio-nazista-foi-ao-ar-no-dia-2601-na-tv-bra/10202983570371535/?_rdc=1&_rdr Acesso em: 28 jan. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. **Revista da Pós-Graduação em História**. Porto Alegre, ano 90, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan. /dez.2004.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber história**, 9ºano. São Paulo: FTD, 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, Rene. Algumas questões de alcance geral à guisa introdução. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 203-209.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é Nazismo?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís: MAGALHÃES,

Marcelo de Souza. (Org.). **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Introdução, p. 11-30.

ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane. *Fremdschämen*, a constrangedora 'aula' sobre nazismo dos brasileiros aos alemães. **EI PAÍS**. Recife / São Paulo, 17 de setembro de 2018. História. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html Acesso em: 12 abr. 2019

RUSSO, Henry. A memória não é o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 93-101.

RUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: Entrevista [jan. /jun.2009]. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo. **Revista do Tempo Presente**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009. Entrevista concedida a Tempo e Argumento.

SOARES, Flávia; ROCHA, J. L. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Didático. **ZETETIKÉ**, Campinas, v. 13, n. 24, p.81-112, jul./dez. 2005.

SOUTELLO, Gabriela. Como os alemães aprendem sobre o nazismo. **DW**. Alemanha, 16 de setembro de 2015, Notícia sobre política, economia e sociedade da Alemanha. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-os-alem%C3%A3es-aprendem-sobre-o-nazismo/a-18713915> Acesso em: 10 abr. 2019.

STRAUß, Marina. "Você tem que lutar para contar o que fizeram conosco". **DW**. Alemanha, 21 de abril de 2019, Notícias/ Mundo. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/voc%C3%AA-tem-que-lutar-para-contar-o-que-fizeram-conosco/a-48390656> Acesso em: 22 abr. 2019.

STRUCK, Jean-Philip. Brasileiros criam debate que não existe na Alemanha. **DW**. Brasil, 17 de setembro de 2018, Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasileiros-criam-debate-que-n%C3%A3o-existe-na-alemanha/a-45531446> Acesso em: 10 abr. 2019.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Confeitaria de propriedade judaica pichada com inscrições anti-semitas**. Viena, Áustria, nov. 1938. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/antisemitic-graffiti-in-vienna-austria> Acesso em: 29 jan. 2019

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Sinal anti-judaico exibido em um restaurante em Viena**. Viena, Áustria, mar. / abr. 1938. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/photo/anti-jewish-sign-displayed-on-a-restaurant-window-in-vienna> Acesso em: 29 jan. 2019.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Loja destruída durante a "Noite dos Cristais" por ser de propriedade de judeus**. Berlim, Alemanha, nov.

1938. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/jewish-owned-shop-destroyed-during-kristallnacht> Acesso em: 29 jan. 2019

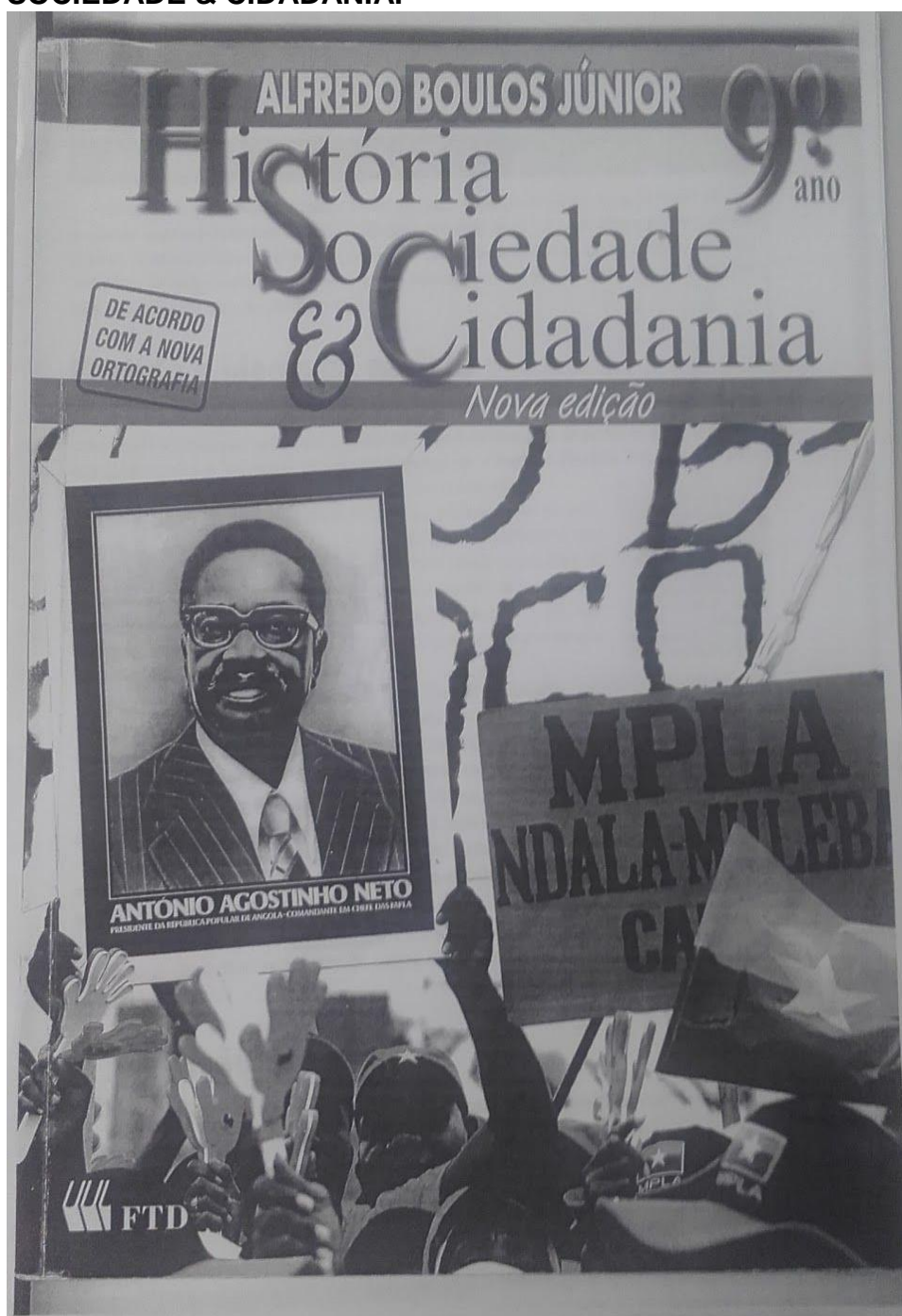
UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **O recém eleito chanceler Adolfo Hilter cumprimenta de forma reverente o presidente alemão Paul von Hindenburg.** Berlim, Alemanha, 1933. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/adolf-hitler-greets-paul-von-hindenburg> Acesso em: 30 jan. 2019

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM.
Um membro da Juventude Hitlerista posa para uma foto na cidade de Bruehl, na Renânia, em 1934 . Bruehl, Renânia, 1934. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/es/photo/member-of-the-hitler-youth> Acesso em: 30 jan. 2019

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Tropas alemãs desfilando em Varsóvia após a rendição da Polônia .**Varsóvia, Polônia, set. 1939. Foto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/german-troops-parade-through-warsaw> Acesso em: 01 fev. 2019

VICENTE, Gabriel Alves; WITT, Marcos Antonio. A educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação das crianças e jovens. **Conhecimento Online.** Novo Hamburgo, ano 10, v. 1, p. 71-87, jan. /jun. 2018.

**ANEXO A - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; HISTÓRIA:
SOCIEDADE & CIDADANIA.**



O nazismo

Assim como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha também tirou proveito da crise que se seguiu à Primeira Guerra: inflação galopante, altas taxas de desemprego e dívida externa crescente. Sabe-se, por meio de depoimentos daquela época, que as pessoas levavam carrinhos de mão cheios de dinheiro para comprar poucas mercadorias, tal era a rapidez com que o marco alemão perdia o valor.

Partido e ideologia nazista

O aprofundamento da crise favoreceu, por um lado, o crescimento de socialistas e comunistas nas eleições; por outro, abriu caminho para o surgimento de partidos que prometiam soluções rápidas e “mágicas”. Um desses partidos foi o **Partido Nazista**, fundado em 1919, ano em que admitiu em seus quadros o ex-cabo **Adolf Hitler**.

Discursando ao público, Hitler culpava os políticos liberais pela derrota da Alemanha na guerra e pelas condições humilhantes impostas ao país pelo **Tratado de Versalhes**. Para atrair e envolver os alemães, dizia que o povo alemão era “superior aos demais e que, apesar disso, estava entregue aos pontapés do resto do mundo”. Com esse discurso inflamado e demagógico, Hitler tornou-se, em pouco tempo, o líder absoluto dos nazistas.

Tratado de Versalhes: imposto pela França em 1919, este tratado considerava a Alemanha a única responsável pela Primeira Guerra e exigia dela a quantia absurda de 132 bilhões de marcos (33 bilhões de dólares na época).

Em 1920, o Partido Nazista criou as **SA – Tropas de Assalto** –, encarregadas de eliminar fisicamente seus adversários políticos. Três anos depois, Hitler tentou a tomada do poder por meio de um golpe de Estado na cidade alemã de Munique, mas fracassou e foi preso. Na cadeia, ele produziu boa parte de um livro contendo os princípios básicos do nazismo. São eles:

- **A superioridade da “raça ariana”.** Para Hitler, existiria uma “raça pura” (a ariana), da qual provinham os alemães, que era superior a todas as outras.
- **O antissemitismo.** Os nazistas justificavam seu ódio aos judeus dizendo que eles haviam contaminado a “raça ariana”. Assim, para salvar a Alemanha e purificar a “raça ariana”, os judeus deviam ser exterminados.
- **A necessidade de um espaço vital.** Para Adolf Hitler, os alemães precisavam conquistar territórios de outras nações, a fim de se realizarem plenamente.

Espaço vital: ideia defendida pelos nazistas segundo a qual a Alemanha necessitava de mais territórios para realizar seu sonho de grandeza.

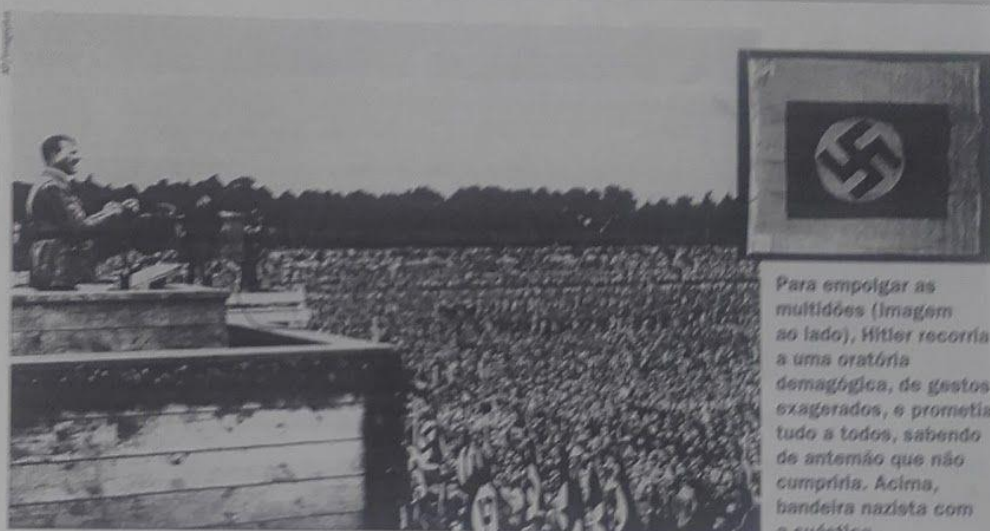
A ascensão dos nazistas

Desde 1925, a Alemanha republicana era governada pelo general Paul von Hindenburg, que, com a ajuda de capital norte-americano, colocou em prática um programa de recuperação econômica e fortaleceu a democracia no país. Líderes radicais, como Hitler, tinham perdido a credibilidade, e Berlim, a capital do país, tornara-se palco de intensa atividade artística e cultural.

Mas, com a crise de 1929, a situação se alterou profundamente. Na Alemanha, a produção caiu, a inflação disparou e o desemprego trouxe consigo a fome, a humilhação e a falta de esperança.

Entre 1929 e 1932, o número de desempregados na Alemanha saltou de 2,85 milhões para 6,04 milhões. Nesse cenário deprimente, Hitler apresentou-se como "o salvador da pátria" e conquistou a simpatia de milhões de alemães. Nas eleições parlamentares de 1929, os nazistas haviam obtido apenas 3% das cadeiras; em 1933, sob efeito da crise, conseguiram cerca de 44% do total de votos.

Dialogando Por que será que milhões de alemães aderiram ao nazismo?



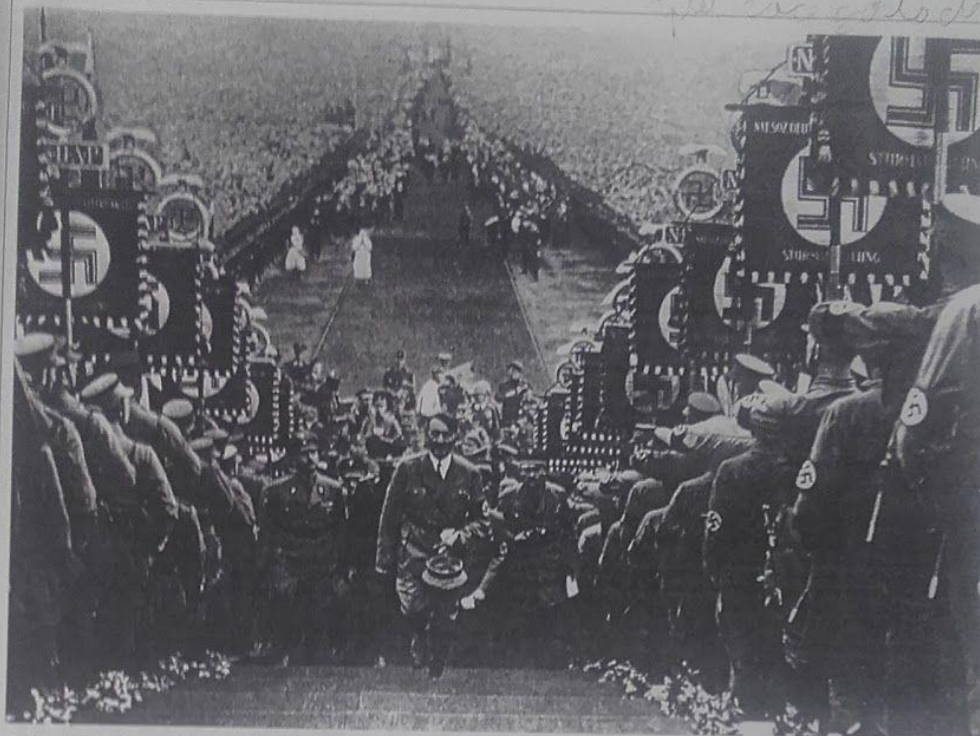
Para empolgar as multidões (imagem ao lado), Hitler recorria a uma oratória demagógica, de gestos exagerados, e prometia tudo a todos, sabendo de antemão que não cumpriria. Acima, bandeira nazista com a suástica.

Hitler no poder

Obtendo a maioria no Parlamento, os nazistas pressionaram o presidente Hindenburg, e este cedeu a Hitler, no início de 1933, o cargo de **chanceler** (chefe de governo).

No poder, Adolf Hitler implantou uma das mais cruéis ditaduras da história da humanidade. Os nazistas queimavam livros, demitiam democratas e comunistas de seus empregos e perseguiam duramente os judeus (estes foram proibidos de namorar, casar ou manter relações sexuais com pessoas de "sangue alemão"). Em 1934, com a morte de Von Hindenburg, Hitler assumiu a presidência com o título de **Führer** (guia, condutor). No governo, não cumpriu nenhuma de suas muitas promessas: os salários foram congelados, a **reforma agrária** ficou só no papel e os trustes ganharam maior liberdade. Magnatas, como os do grupo alemão Krupp, aderiram ao nazismo. Então, Hitler e seus auxiliares intensificaram a propaganda e a violência física contra os adversários.

Reforma agrária: conjunto de medidas jurídicas e econômicas que visam melhorar a distribuição das terras cultiváveis, tornando a propriedade, a posse e o uso da terra acessíveis a um número maior de pessoas ou famílias.



Hitler, ladeado por tropas de elite, durante cerimônia militar nazista em Nuremberg.

Na política externa, a Alemanha nazista aliou-se à Itália fascista em 1936, ano em que, por forte pressão de Hitler, a capital alemã sediou os Jogos Olímpicos. A intenção do *Führer* naqueles jogos era comprovar a superioridade alemã.

PARA REFLETIR

AS OLIMPIADAS DE 1936: ESPORTE E RACISMO

Em 1936, os Jogos Olímpicos foram organizados em Berlim. Disposto a impressionar o restante do mundo, Hitler mandou construir um estádio para 100 mil pessoas, gastou cerca de 30 milhões de dólares para erguer a Vila Olímpica, onde seriam recebidos 4 mil atletas de todos os continentes, e encomendou a uma consagrada cineasta alemã, Leni Riefensthal, a direção do filme oficial da competição, que deveria ser um louvor aos ideais nazistas.

No entanto, nem tudo saiu como Hitler desejava.

Inicialmente, ele foi obrigado a aceitar na equipe da Alemanha duas atletas alemãs de origem judia (elas não eram, na visão de Hitler, "alemãs puras"): Gretel Bergamann, atleta de salto em altura, e Helene Meyer, esgrimista que havia ganhado uma medalha de

O Contexto

Em 1933, assim que assumiu o poder, Hitler começou a militarizar a Alemanha, afrontando abertamente as imposições da França e da Inglaterra contidas no Tratado de Versalhes. A Itália de Mussolini também nutria fortes ressentimentos em relação à Inglaterra e à França, pois participara da Primeira Guerra ao lado desses países e não obtivera as compensações territoriais que lhe foram prometidas. O Japão, por sua vez, industrializava-se rapidamente e ambicionava ampliar seus mercados e áreas de influência.

Desafiando a ordem internacional vigente na década de 1930, o Japão, a Itália e a Alemanha adotaram uma política declaradamente imperialista.

O imperialismo japonês

No início do século XX, o Japão era uma potência industrial, a única de toda a Ásia. E tinha deixado de ser vítima do imperialismo para tornar-se, ele próprio, um país imperialista. Em 1931, o Japão ocupou a Manchúria, província chinesa rica em minérios e solos férteis. A Liga das Nações, que era controlada pela Inglaterra e pela França, nada fez para socorrer a China. Em 1937, o Japão atacou e ocupou boa parte da China. E, de novo, a Liga das Nações mostrou-se impotente.

O expansionismo italiano

Em outubro de 1935, a Itália de Mussolini afirmou seu imperialismo invadindo a área que corresponde hoje à Etiópia, país situado no nordeste da África, e tomou Adis Abeba, sua capital.



Tropas italianas marcham nas proximidades do Forte de Adeoga. Ao fundo, um grande cartaz com o perfil do líder fascista Benito Mussolini, durante a invasão da região onde hoje é a Etiópia.

Diante disso, a Liga das Nações, orientada pela Inglaterra, proibiu os países-membros de comerciar com a Itália. Essa proibição, porém, não afetou a economia italiana, porque nações fortes, como os Estados Unidos e a Alemanha, que não faziam parte da Liga, continuaram a vender aos italianos matérias-primas essenciais, como petróleo e carvão. A conquista da Etiópia pela Itália se consumou em 1936; com isso, ficava provado que a Liga das Nações era incapaz de assegurar a paz mundial.

O nazismo mostra suas garras

Os nazistas, por sua vez, ocuparam a Renânia, região situada entre a França e a Alemanha e que, segundo o Tratado de Versalhes, devia permanecer desmilitarizada. A França e a Inglaterra nada fizeram. Encorajado, Hitler aliou-se a Mussolini, em 1936, e, juntos, eles entraram na Guerra Civil Espanhola ao lado dos fascistas. A seguir, Hitler e Mussolini formaram o Eixo Roma-Berlim, bloco político e militar que, com a entrada do Japão, constituiria o Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

Em março de 1938, a Alemanha hitlerista anexou a Áustria (essa anexação foi aprovada por 90% dos eleitores austríacos, o que mostra a grande popularidade do nazismo na Áustria) e passou a exigir os Sudetos, região da Tchecoslováquia habitada por 3 milhões de alemães. Pressionado, o governo tcheco pediu auxílio à França, mas a França preferiu reunir-se com Inglaterra, Alemanha e Itália para resolver a questão. A principal interessada – a Tchecoslováquia – não foi convidada para a reunião. Em setembro de 1938, Hitler, Mussolini, Chamberlain (Inglaterra) e Daladier (França), reunidos na Conferência de Munique, decidiram que a Alemanha podia ocupar os Sudetos.

Os nazistas não se contentaram apenas com os sudetos e invadiram a Tchecoslováquia. No passo seguinte, Hitler assinou um pacto de não agressão com seu arqui-inimigo, o líder comunista Josef Stálin, da União Soviética. Secretamente, decidiram também ocupar e dividir a Polônia. Com esse acordo, em caso de guerra, a Alemanha não teria de lutar em duas frentes.



Dialogando Observe a cena com atenção: a) O que Hitler está fazendo? b) Qual é a atitude do primeiro-ministro inglês? c) O que ou quem a menina está representando? d) O que o artista quis criticar?

Ofensiva nazifacista

Em 1º de setembro de 1939, os alemães invadiram o oeste da Polônia. Dias depois, os soviéticos abocanharam o leste. A Inglaterra reagiu declarando guerra à Alemanha. Era 3 de setembro de 1939; para os europeus, o início da Segunda Grande Guerra.

PARA SABER MAIS

A BLITZKRIEG

No ataque à Polônia, os alemães lançaram uma nova tática de combate, conhecida como guerra-relâmpago (*Blitzkrieg*, em alemão). A *Blitz* consistia em desfechar um ataque maciço, usando, ao mesmo tempo, a força aérea (*Luftwaffe*), divisões blindadas de tanques (*Panzers*) e tropas de infantaria.

Os aviões começavam o bombardeio; a seguir, os tanques avançavam esmagando a resistência e abriam caminho para a infantaria, que ocupava o território inimigo rapidamente. O adversário tinha a impressão de que estava sendo atacado de todos os lados ao mesmo tempo.

Utilizada pela primeira vez contra a Polônia, a guerra-relâmpago foi sucesso absoluto: a Polônia resistiu 27 dias; a França caiu em apenas 20 dias. A *Blitzkrieg* foi uma inovação alemã nas táticas da guerra.



No início da Segunda Guerra, a Alemanha adotou a guerra-relâmpago e, entre 9 de abril e 14 de junho de 1940, invadiu e conquistou cinco países: Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França.



Tanque nazista em ação.

Hitler passeia em Paris com um grupo de generais, em 25 de junho de 1940. Após a ocupação nazista, a França foi dividida: uma parte (ao norte) ficou sob o domínio direto da Alemanha; a outra (ao sul) foi entregue a um militar francês que concordou em colaborar com os nazistas.

Na Europa ocidental, só a Inglaterra continuava desafiando o poderio nazista. Liderados por Winston Churchill, os ingleses conseguiram resistir ao bombardeio aéreo sobre Londres. No ar, a aviação inglesa, a **Royal Air Force (RAF)**, conseguiu várias vitórias contra a aviação alemã, a *Luftwaffe*. A mais importante delas foi a **Batalha da Inglaterra**, decisiva para o desfecho da Segunda Guerra. Em homenagem à vitória dos pilotos ingleses nessa batalha, disse Churchill: "Nunca [...] tantos deveram tanto a tão poucos".

Quando a tentativa de conquistar a Inglaterra falhou, a Alemanha nazista voltou-se para o leste: seus exércitos conquistaram os Bálcãs e abriram caminho para a União Soviética.

Guerra na União Soviética

Interessado nas riquezas soviéticas (petróleo e minérios) e devotando ódio ao comunismo, Hitler traiu o pacto de não agressão firmado com Stálin e ordenou a invasão da União Soviética em junho de 1941.



Em apenas 20 dias, os nazistas avançaram 750 km em território soviético e foram deixando atrás de si milhares de cadáveres. Perseguidos, os soviéticos recuavam, mas antes destruíam tudo o que pudesse ser útil ao adversário: fábricas, hospitais, plantações. Era a **tática da terra arrasada**. Cedendo espaço, os soviéticos ganharam tempo e conseguiram reorganizar suas forças. Os nazistas atacaram então a cidade industrial de Stalingrado e lá travaram com os soviéticos a maior batalha da Segunda Guerra: a **Batalha de Stalingrado** (de novembro de 1942 a fevereiro de 1943).

Os soviéticos venceram essa batalha, quebrando, assim, o mito da invencibilidade nazista. Depois disso, passaram ao ataque e

foram obrigando os nazistas a marchar de volta para a Alemanha. Durante a marcha, os soviéticos foram tomando dos nazistas os países ocupados por eles: Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia (observe o mapa da página 108).



Cena da Batalha de Stalingrado.
As tropas que se vê
ao fundo são soviéticas.

A guerra no Oriente

Enquanto no Ocidente a guerra prosseguia, no Oriente, o Japão e os Estados Unidos disputavam entre si territórios e áreas de influência, o que tornou inevitável o choque entre eles. Em 7 de dezembro de 1941, o governo japonês desfechou um ataque surpresa à base militar norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, destruindo boa parte de sua poderosa frota. Os Estados Unidos reagiram declarando guerra ao Japão. Este, por sua vez, partiu para a conquista das colônias europeias e norte-americanas no Extremo Oriente (Campanha do Pacífico). Nessa campanha, iniciada em 1941, os japoneses conquistaram Hong Kong (na China), Cingapura (na Malásia), as Índias Orientais Holandesas, toda a Birmânia e quase todo o arquipélago das Filipinas, que havia tempos era controlado pelos norte-americanos.

Ofensiva dos Aliados

A partir de 1943, o exército soviético começou a marchar em direção a Berlim, capital da Alemanha, abrindo a **primeira frente de luta** dos Aliados contra o Eixo.

Enquanto isso, no Pacífico, os Estados Unidos venciam o Japão na Batalha de Midway e assumiam a ofensiva na guerra. Daí, uma parte das tropas anglo-americanas partiu para a contraofensiva na Ásia, e a outra foi para o norte da África, onde, depois de muitos combates, conseguiu vencer a ocupação nazista.

Estabelecidos no norte da África, os Aliados reassumiram o controle do Mediterrâneo e puderam, então, abrir uma **segunda frente de luta** contra o Eixo: saindo do norte da África, desembarcaram na ilha da Sicília e partiram para a libertação da Itália. Conforme as forças anglo-americanas avançavam, os próprios fascistas italianos forçaram a renúncia de Mussolini e assinaram um acordo de paz com os Aliados. Mussolini, porém, estabeleceu um governo fascista no norte do país. Mas os próprios italianos, com a ajuda dos Aliados, libertaram Roma e, em abril de 1945, venceram os nazifascistas no norte da Itália. Mussolini foi capturado e morto pela resistência popular italiana.

Quando tentavam fugir para a Suíça, o líder fascista Benito Mussolini, sua amante, Clara Petacci, e outros que os acompanhavam foram capturados e executados (28 de abril de 1945) pelas forças da resistência italiana.

Dia D na França e a derrota da Alemanha

Após a libertação da capital da Itália, em 4 de junho de 1944, os Aliados abriram a **terceira frente de guerra** contra os nazistas, desembarcando na Normandia (no noroeste da França). O dia escolhido para o desembarque, 6 de junho de 1944, foi chamado de Dia D, em código, para que os alemães não descobrissem a data nas transmissões por rádio.

Lightroom Photos/US Army, 1944. Foto: Jon Mitchell/TopFoto/Keystone

AP/imagopius



Soldados norte-americanos desembarcam na Normandia em 6 de junho de 1944, o "Dia D".

Os alemães foram pegos de surpresa, e foi impossível resistir ao avanço anglo-americano: em agosto de 1944 eles libertaram Paris das mãos dos nazistas. A seguir, marcharam em direção a Berlim, que passou a ser bombardeada por anglo-americanos, de um lado, e soviéticos, de outro. Hitler exigiu então que todos os alemães entrassem na luta: idosos, mulheres e crianças receberam armas para lutar. Mas foi em vão. Em 30 de abril, diante da derrota iminente, Hitler e Eva Braun, com quem ele havia se casado quatro dias antes, suicidaram-se. Em 8 de maio de 1945, os alemães assinavam sua rendição incondicional. Era o fim da guerra na Europa.

Bombas sobre o Japão

No Extremo Oriente, entretanto, o Japão continuava resistindo ao avanço norte-americano das mais variadas formas. Uma delas assombrou o mundo: seus pilotos suicidas – os **camicases** – atiravam-se sobre os navios americanos em aviões carregados de explosivos.

câmaras de gás. Essas pessoas não sabiam que estavam sendo mandadas para as câmaras de gás, pois os carrascos nazistas diziam que a fila era para os prisioneiros tomarem banho de chuveiro. Esses médicos também esterilizavam prisioneiros e os usavam como cobaias em experiências.

Os campos de extermínio eram autênticas "fábricas de extermínio". Em Auschwitz, eram mortas cerca de 6 mil pessoas por dia. Os prisioneiros eram vítimas das piores humilhações e maus-tratos: tinham a cabeça raspada e eram obrigados a andar nus ou em trapos (mesmo durante o gelado inverno europeu); as mulheres eram constantemente violentadas pelos guardas, e as condições de higiene eram as piores possíveis (o que favorecia a disseminação de doenças). Antes de a guerra terminar, as notícias sobre o extermínio cometido nesses campos eram vistas como "exagero" ou "invenção" da propaganda dos Aliados. Mas com o fim da guerra vieram à tona muitos documentos, e não foi mais possível esconder o horror.

Calcula-se que nesses campos foram mortos cerca de 6 milhões de judeus, 300 mil ciganos e milhares de soviéticos, homossexuais, deficientes físicos e religiosos. Quando terminou a guerra, a maioria dos sobreviventes não tinha mais para onde ir. Muitos perderam a família inteira nesse período. Ao final do conflito, havia milhares de **refugiados** sem lar, pátria ou família.

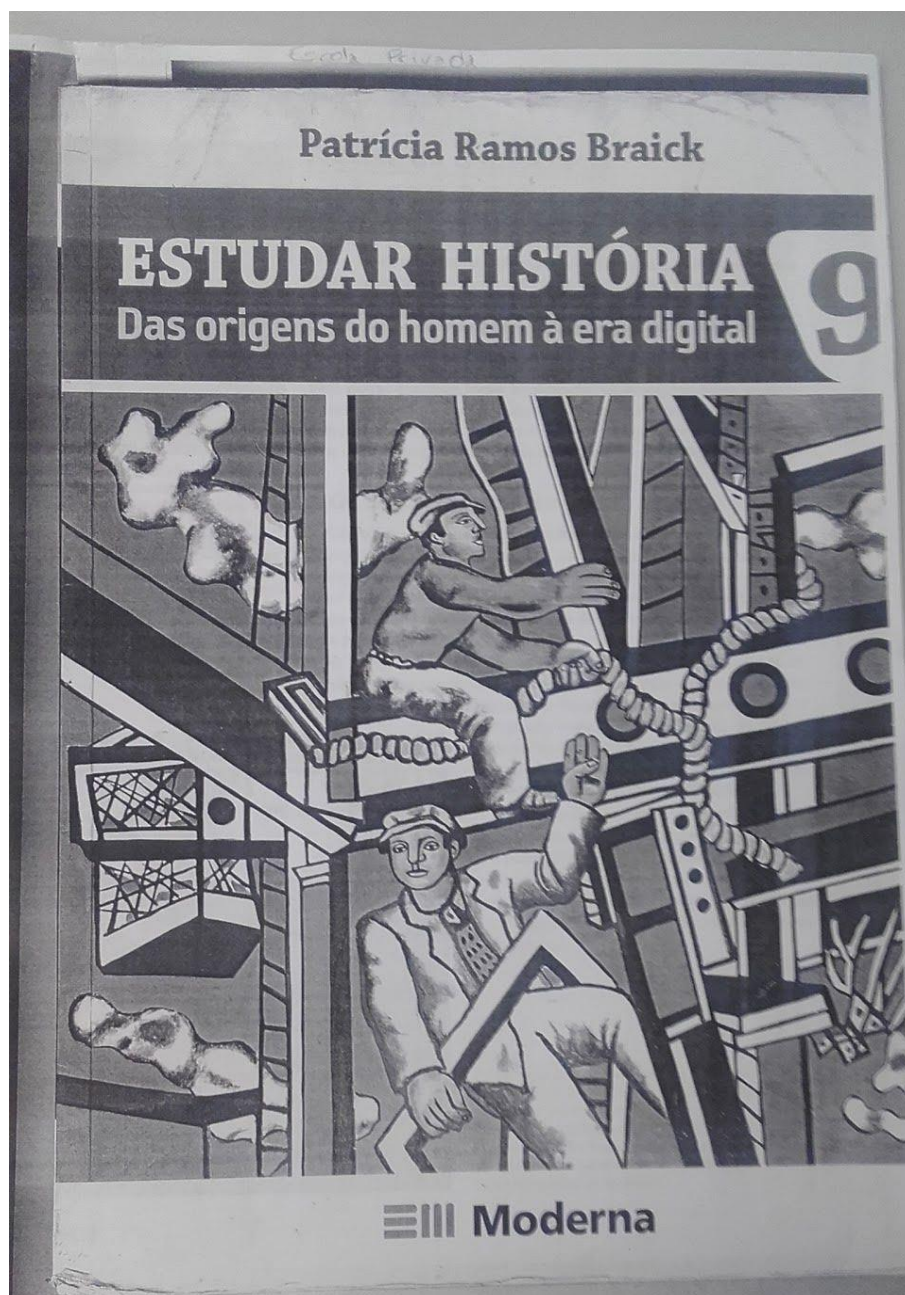
Refugiados: pessoas forçadas a buscar refúgio longe do lugar onde vivem, geralmente fora de seu país de origem. Os motivos mais comuns que os forçam a tomar essa atitude são as guerras, o racismo ou a perseguição política e religiosa.



Soldados nazistas vigiam mulheres e crianças judias de mãos erguidas no Gueto de Varsóvia, na Polônia. Após uma revolta em que vinte soldados alemães foram mortos, as tropas nazistas mataram 15 mil judeus e levaram os sobreviventes para campos de extermínio.

Dialogando Que diferença há entre os campos de concentração e os campos de extermínio?

**ANEXO B - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; ESTUDAR HISTÓRIA:
DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL.**





Capa da revista francesa *Le Rire*, edição especial sobre as cidades alemãs de Berlim e Munique, março de 1922. A imagem de um homem desempregado que tenta ganhar algum dinheiro como músico de rua para sustentar a família é típica do empobrecimento europeu do pós-guerra.

A crise da democracia

Na Europa, a pobreza gerada pela crise econômica do pós-guerra e a descrença no liberalismo provocavam na burguesia o temor de novas revoluções proletárias no modelo soviético. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, movimentos políticos antidemocráticos utilizaram o clima de inquietação social para instaurar governos autoritários.

A sequência desses governos se iniciou no ano de 1922, quando os fascistas tomaram o poder na Itália. Em 1926, instaurou-se um governo autoritário na Polônia. No ano seguinte, foi fundada na Romênia a Guarda de Ferro, movimento fascista que tentou o golpe de Estado. No início da década de 1930, outras ditaduras foram implantadas; na Alemanha, Hitler assumiu o poder em 1933, após o Partido Nazista alcançar expressiva votação nas eleições parlamentares. No mesmo ano, Antônio Oliveira Salazar iniciou uma das mais longas ditaduras da história moderna na Europa.

Os regimes totalitários

Os regimes autoritários e os totalitários são caracterizados pelo abuso do poder por parte do Estado. Contudo, há diferenças importantes entre eles. Nos regimes totalitários, o governo exerce o controle total sobre a sociedade, impondo determinada ideologia pelo uso da força e da severa vigilância dos meios de comunicação, do ensino e da vida privada.

O termo totalitarismo foi utilizado para designar os governos do século XX caracterizados pelo antiliberalismo, pelo ultranacionalismo e pela centralização do poder do Estado na figura de um líder, que é exaltado como a personificação da pátria. O nazismo, na Alemanha, o fascismo, na Itália, e o stalinismo, na União Soviética, são os exemplos principais de regimes totalitários.

Nos regimes autoritários, o controle exercido pelo Estado é menos abrangente, permitindo um pluralismo limitado. Por exemplo, os governos autoritários tendem a não controlar a vida privada dos cidadãos, permitindo a existência de instituições religiosas e não interferindo na vida familiar.



Cartaz representando Adolf Hitler e a bandeira do Partido Nazista à frente de um exército, c. 1935. Galeria de Fotos do Mundo, Alemanha. Na parte inferior do cartaz podemos ler a seguinte frase: "Longa vida para a Alemanha". Como o líder nazista foi representado nessa imagem? Qual teria sido a intenção do autor ao produzi-la?

A República de Weimar na Alemanha

Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, uma revolução na Alemanha (1918-1919) obrigou o imperador Guilherme II a abdicar o trono. Com a saída do imperador, proclamou-se na Alemanha uma república nos moldes parlamentaristas. O projeto de Constituição para a jovem república foi criado na cidade de Weimar; por isso, a república alemã desse período ficou conhecida como **República de Weimar**.

O nascente governo republicano tinha a difícil tarefa de reconstruir o país, arrasado pela guerra. Cerca de 2 milhões de homens foram mortos no conflito e mais de 4 milhões ficaram gravemente feridos. Além das perdas humanas, havia ainda as cláusulas do Tratado de Versalhes, assinado em 1919, que obrigaram a Alemanha a ceder territórios e a pagar pesadas indenizações aos vencedores do conflito.

O desemprego, a inflação e o crescimento da pobreza geravam um clima de agitação social que preocupava os setores conservadores da sociedade alemã. Antigos aristocratas, oficiais do exército, banqueiros e parte da classe média temiam que o país se aliasse à União Soviética e adotasse um governo socialista.

Assim, o temor da burguesia diante do socialismo soviético tornava-se mais uma dificuldade para o governo da jovem República de Weimar. A classe dominante acusava o governo pela falta de solução da crise e por favorecer movimentos operários socialistas.



❶ "Oh, Sachse! Que o meu solo permaneça alemão". Cartão de 1920 que reivindicava a permanência do território da Silésia nas fronteiras da Alemanha. A área acabou sendo dividida entre Polónia e Tchecoslováquia.



❷ Distribuição de sopa para a população empobrecida de Berlim, na Alemanha, 1920. A crise econômica do pós-guerra provocou o aumento da pobreza, da insegurança e do ressentimento do povo alemão.

Hitler acompanhado de membros do Partido Nazista durante comício em 1933.



■ Os efeitos da crise de 1929 na Alemanha

Na segunda metade da década de 1920, o governo da República de Weimar parecia ter retomado o caminho da estabilidade. Beneficiando-se de empréstimos concedidos pelos Estados Unidos, iniciou um plano de crescimento e modernização industrial, com o objetivo de gerar empregos.

No entanto, a suspensão do crédito norte-americano, causado pela falência da bolsa de valores de Nova York, em 1929, abalou drasticamente a economia alemã. Sem o investimento estrangeiro, muitas empresas fecharam, e o desemprego atingiu índices alarmantes. Em 1932, no auge da crise, havia cerca de 6 milhões de desempregados na Alemanha.

A frágil democracia alemã passou a ser responsabilizada pela crise. A situação de penúria na qual o país se encontrava favoreceu a exploração do sentimento nacionalista do povo alemão por parte do **Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães**, o Partido Nazista.

O trecho a seguir faz parte de um discurso de Adolf Hitler, líder do Partido Nazista. Proferido em 1920, resume as principais ideias do partido.

O indivíduo se anula em prol da pátria

“Exigimos [...] a reunião de todos os alemães numa grande Alemanha. [...] Exigimos territórios para a alimentação do nosso povo e o estabelecimento do excedente de sua população. Não pode ser cidadão senão aquele que faz parte do povo. Não pode fazer parte do povo senão quem for de sangue alemão [...]. O partido [...] combate o espírito judeu-materialista e está convencido de que [...] o interesse geral prima o interesse particular [...].”

Adolf Hitler. O nacional-socialismo alemão [1920]. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de história. Lisboa: Plátano, s.d., v. 3, p. 286-287.

Nazista

Refere-se a nazi, abreviatura em alemão do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), mais conhecido como Partido Nazista.

Questões

1. Quais ideais nazistas você identifica nessas palavras de Hitler?
2. Por que discursos como esse conquistavam a simpatia do povo alemão?

A ascensão do Partido Nazista

À medida que os efeitos da crise de 1929 se agravavam na Alemanha, o discurso ultranacionalista do Partido Nazista atraía cada vez mais adeptos. Nas eleições parlamentares de 1932, os nazistas elegeram o maior número de deputados para o *Reichstag* (Parlamento alemão), consolidando-se como o maior partido do país.

Em novembro do mesmo ano, o presidente Paul Hindenburg cedeu às pressões de latifundiários e setores médios da sociedade e nomeou Hitler **chanceler**, ou seja, chefe de governo na Alemanha. Esses grupos acreditavam que apenas os nazistas poderiam combater a depressão econômica e estabilizar a vida social e política do país.

Em fevereiro de 1933, o prédio do Parlamento alemão foi incendiado, e os comunistas foram acusados de serem os responsáveis pelo crime. Hitler aproveitou o episódio para decretar estado de emergência, revogar os direitos democráticos e iniciar perseguições políticas.

Em agosto de 1934, com a morte do presidente Hindenburg, Hitler assumiu definitivamente o poder, colocando fim à República de Weimar. O governante nazista fechou o Parlamento, ordenou a dissolução dos sindicatos e decretou a ilegalidade de todos os partidos políticos da Alemanha, com exceção do Partido Nazista.

Com o total controle do Estado alemão, Adolf Hitler declarou-se **Führer** do *Reich*, ou seja, líder do Império Alemão, e intensificou a política de perseguição aos seus opositores.



Adolf Hitler recebe o presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, durante festividade nazista, na Alemanha, em 1933.

+ Saiba mais

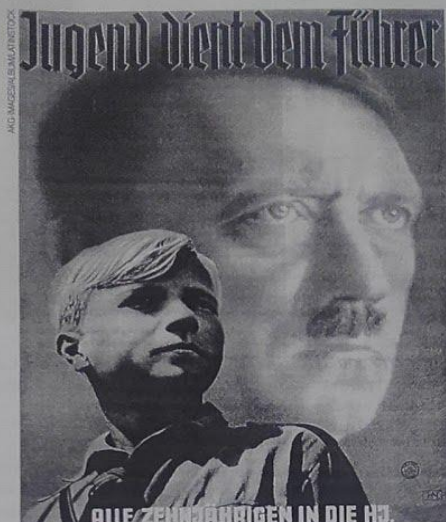
O campo de concentração de Dachau

Os campos de concentração são centros de confinamento de civis ou de militares detidos como presos políticos ou prisioneiros de guerra. O campo de Dachau foi o primeiro construído pelos nazistas, em 1933, semanas após a nomeação de Hitler. Situado no sul da Alemanha, Dachau foi um dos maiores campos de concentração nazistas e serviu de modelo para a construção de outros.

Durante a Segunda Guerra, os campos de concentração foram convertidos em centros de extermínio. Milhares de prisioneiros (a maioria judeus) morreram fuzilados ou asfixiados por gases tóxicos nas câmaras de gás. Estima-se que mais de 200 mil pessoas tenham ficado presas em Dachau e que quase 42 mil tenham sido executadas no local.



Monumento no Memorial do Campo de Concentração de Dachau, Alemanha, junho de 2009. Os triângulos coloridos no monumento representam as pessoas que foram presas nesse campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.



Cartaz nazista produzido em 1935 com os dizeres "A juventude serve o Führer!". Os jovens eram o principal alvo das campanhas nazistas. Milhares de meninos e meninas, entre 12 e 18 anos, ingressaram nas fileiras da juventude hitlerista.

■ A política nazista

O governo nazista promoveu um intenso controle sobre a sociedade alemã. A polícia política do país, a **Gestapo**, a guarda pessoal de Hitler, a **Schutzstaffel** (SS), e as milícias conhecidas como Forças de Assalto, **Sturmabteilungen** (SA), eram os responsáveis pelas perseguições aos opositores do regime.

Segundo a ideologia nazista, a população germânica formava uma raça superior que deveria ser unida em um só império. Os povos considerados "inferiores" deveriam ser eliminados. Assim, ciganos, negros, eslavos e, principalmente, judeus foram afastados da sociedade alemã por meio de perseguições, confisco de bens, prisões e assassinatos.

Além do terror, Hitler utilizou a propaganda para conquistar o apoio popular ao regime e assim manter o controle sobre a sociedade. Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, foi responsável por criar a imagem pública de Hitler como salvador da Alemanha e por submeter os meios de comunicação a uma severa censura. Muitos artistas, intelectuais e cientistas saíram da Alemanha fugindo da perseguição nazista.

Secretamente, Hitler deu início a uma política de rearmamento do país. A produção armamentista alavancou a economia, aumentando a aprovação do governo pela população. O governo também reorganizou as forças armadas e tornou o recrutamento militar obrigatório.

Vale a pena assistir

Uma mulher contra Hitler

Nacionalidade: ALE

Direção: Marc Rothemund

Ano: 2005

Duração: 117 min

O filme, baseado em fatos reais, narra os últimos dias de vida de Sophie Scholl, jovem alemã que integrava a Rosa Branca, movimento de resistência ao nazismo formado por universitários alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Sophie Scholl era a única mulher do grupo. Em fevereiro de 1943, a jovem e seu irmão foram presos por distribuir panfletos contra Adolf Hitler na Universidade de Munique. Sophie teve que enfrentar diversos interrogatórios e escolher entre a retratação e a sua consciência.



Cena do filme *Uma mulher contra Hitler*, que mostra Sophie Scholl sendo interrogada pela Gestapo.



■ Membros das milícias nazistas SS e SA colam cartazes em um estabelecimento judeu na cidade de Berlim, em 1933. Uma das primeiras medidas da política antissemita nazista consistia em incentivar os alemães a boicotarem comerciantes judeus.

No trecho a seguir, o historiador Eric Hobsbawm analisa a repercussão das medidas nazistas entre o povo alemão.

Hitler e a população alemã

“O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura ‘modernista’, a queima pública de livros ‘judeus’ e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitler no governo. Além disso, embora os cidadãos comuns pudessem desaprovar as barbaridades mais brutais do sistema – os campos de concentração e a redução dos judeus alemães [...] a uma segregada subclasse sem direitos, um número surpreendentemente grande via tais barbaridades, na pior das hipóteses, como aberrações limitadas.”

HOBBSBAWM, Eric J. *Éra dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.151.

■ O preconceito como ciência

Na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma teoria pseudo-científica conhecida como **eugenia** (bem nascido), que se fundamentava na ideia de aprimoramento racial por meio da genética.

Acreditando que os germânicos formavam uma raça superior, Hitler elevou a eugenia à condição de política de Estado para “purificar” a sociedade alemã dos seres considerados mais fracos.

Decretadas em 1933, as leis eugênicas estabeleceram a esterilização de pessoas com doenças mentais, incuráveis e hereditárias, de deficientes físicos, de homossexuais e de qualquer outra pessoa considerada “degenerada” pelo governo nazista.

O serviço de saúde pública, além de ser responsável pelos cuidados médicos e sanitários, passou a executar uma política discriminatória, justificada por explicações supostamente científicas.

Questões

1. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, como a política nazista repercutiu no trabalho dos intelectuais alemães?
2. Como a população alemã reagiu às atrocidades cometidas por Hitler?

O TERRITÓRIO DA TCHECOSLOVÁQUIA EM 1939



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 158.

O início da guerra

Quando vemos imagens atuais de Varsóvia, Berlim, Volgogrado, Nápoles e outras cidades europeias, nem imaginamos que elas foram alvo de intensos bombardeios, que destruíram casas, escolas, pontes... e mataram milhares de pessoas.

A Segunda Guerra Mundial, que deixou grande parte dessas cidades em ruínas, resultou principalmente da política de expansão da Alemanha nazista na Europa. Em março de 1938, Hitler anexou a Áustria ao território alemão e passou a reivindicar os Sudetos, região da antiga Tchecoslováquia que era habitada por muitos alemães. Para resolver a questão, os governos da Itália, França, Grã-Bretanha e Alemanha se reuniram na **Conferência de Munique**, em setembro do mesmo ano. Ao final das negociações, a Alemanha conseguiu um acordo que permitiu a anexação dos Sudetos. Pouco tempo depois, Hitler ocupou todo o restante do território da Tchecoslováquia.

Seguro da neutralidade da França e da Grã-Bretanha, Hitler aproximou-se de Stalin, o governante da União Soviética, com o objetivo de assegurar o sucesso da invasão da Polónia. Em 23 de agosto de 1939, a Alemanha e a União Soviética assinaram o **Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão**, pelo qual os dois governos se comprometiam a manter uma política não belicista recíproca. Eles acertaram ainda a divisão de parte da Europa oriental, especialmente o território polonês. Assim, Hitler assegurava o avanço sobre a Polónia, e a União Soviética, além de resguardar suas fronteiras, recuperava territórios perdidos ao final da Primeira Guerra Mundial.

No dia 1º de setembro de 1939, os exércitos alemães invadiram a Polónia e em poucos dias tomaram o chamado "corredor polonês", faixa de terra que separava a parte leste da Alemanha do restante do seu território. França e Grã-Bretanha, que haviam assinado um tratado de defesa da Polónia no caso de agressão externa, declararam guerra à Alemanha dois dias depois. Era o início da Segunda Guerra Mundial.



Tropas da SS (Schutzstaffel, que em português significa Tropa de Proteção), desfilam em Varsóvia, após a invasão da Polónia pela Alemanha, em 1939.

■ A expansão dos conflitos

A Alemanha avançou rapidamente sobre a Polónia, conseguindo a rendição polonesa em menos de trinta dias. O êxito nazista ocorreu devido, principalmente, à tática da **guerra-relâmpago**, ou *blitzkrieg*, que combinava um rápido avanço de tanques blindados com ataques aéreos.

À ação da Alemanha na Polónia somou-se a operação da União Soviética, que invadiu a região leste do país, conforme acordo assinado com Hitler. Assim, a Polónia, enquanto Estado independente, deixava de existir. O saldo do conflito foi bastante negativo para a população polonesa. Cerca de 70 mil pessoas morreram nos combates e mais de 130 mil ficaram feridas.

Após a conquista da Polónia, os alemães voltaram-se para a Europa ocidental. Em abril de 1940, invadiram a Dinamarca e a Noruega. No mês seguinte, eles tomaram a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo. A ação da *Luftwaffe*, força aérea da Alemanha, foi determinante para as vitórias nazistas. O objetivo do governo alemão era conquistar territórios para estabelecer bases para as ofensivas aéreas contra os britânicos e preparar a invasão da França.

A França não resistiu por muito tempo à invasão alemã. Em junho daquele mesmo ano, as tropas de Hitler tomaram Paris. Com a rendição da França, o país foi dividido em duas partes. O norte, incluindo Paris, a capital, foi submetido ao controle direto alemão e o sul passou a ser administrado por um governo pró-nazista. Essa região ficou conhecida como **República de Vichy**.

A Grã-Bretanha, por sua vez, governada por Winston Churchill, não cedeu às investidas nazistas. Para proteger o país dos ataques aéreos alemães, os britânicos contavam com a Real Força Aérea, a RAF. Na **Batalha da Inglaterra**, travada entre julho e outubro de 1940, os experientes pilotos britânicos conseguiram defender seu território e causar muitas baixas na *Luftwaffe* e na marinha alemã.

Enquanto a França era ocupada, abria-se na região do Mediterrâneo uma nova frente do Eixo na guerra. Em junho, após vários esforços dos Aliados para manter a neutralidade italiana, Mussolini, chefe do governo italiano, entrou na guerra ao lado da Alemanha. Com grandes ambições coloniais, ele voltou-se para o norte da África. Porém as tropas britânicas, que defendiam a região, eram muito superiores às forças de Mussolini, que pediu auxílio a Hitler. No começo de 1941, os exércitos nazifascistas ocupavam boa parte do norte da África.

Adolf Hitler (no centro) em Paris, em junho de 1940. Arquivo Nacional e de Administração de Registros, Estados Unidos.

○ FRONTEIRA GERMANO-SOVIÉTICA NA POLÓNIA



Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas stratégique*. Paris: Complexe, 1988. p. 40.





■ Soldados alemães enfrentam o rigoroso inverno russo durante a Operação Barbarossa, 1941-1942.

A invasão da União Soviética

Nos primeiros meses de 1941, as tropas nazistas avançaram na frente leste, ocupando a Romênia, a Bulgária, a Grécia e a Iugoslávia. Com isso, Hitler aproximou-se de seu principal alvo, a União Soviética. Interessados no petróleo e no minério de ferro, matérias-primas importantes para o desenvolvimento da indústria bélica alemã, os nazistas começaram a preparar o ataque à URSS, que ficou conhecido como **Operação Barbarossa**. Apesar dos avisos da inteligência soviética, Stalin continuava confiante de que o país aliado não romperia o Pacto de Não Agressão.

Em junho de 1941, tropas alemãs, italianas, romenas, húngaras e finlandesas começaram a se deslocar ao longo da fronteira soviética. A invasão da União Soviética pelos nazistas envolveu mais de 4 milhões de soldados em uma frente gigantesca. Utilizando mais uma vez a estratégia da guerra-relâmpago, as forças de Hitler avançaram rapidamente.

Fugindo das forças nazistas, os soviéticos destruíam plantações e toda a infraestrutura local para que o inimigo não tivesse recursos durante o seu avanço no país. Essa era a chamada **tática da terra arrasada**.

Com a chegada do inverno, no final de 1941, aumentaram as dificuldades para o avanço do exército nazista. Os soldados de Hitler não estavam preparados para enfrentar o frio rigoroso, que chegava a 40 graus negativos. A guerra, de fato, seria decidida em território soviético.

■ AVANÇOS NAZIFASCISTAS (1939-1943)



Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas politique du XX^e siècle*. Paris: Seuil, 1988, p. 62.

A GUERRA NO PACÍFICO



Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. Atlas politique du XX^e siècle. Paris: Seuil, 1988. p. 106.

Os Estados Unidos na guerra

A guerra na região do Pacífico foi marcada pelas ofensivas japonesas no leste asiático. Desde a década de 1930, o Japão havia adotado uma política expansionista em busca de recursos naturais para atender à crescente demanda de suas indústrias. O primeiro ato japonês foi a conquista da Manchúria, em 1931. Seguiu-se a ocupação do leste da China, incluindo as cidades de Xangai, Nanquim e Pequim, a capital. Em junho de 1941, o Japão dominou a Indochina, área de grande interesse estratégico para os Estados Unidos. Como retaliação, os Estados Unidos congelaram os bens de todos os japoneses que viviam em território norte-americano e cortaram o envio de petróleo para o país.

O governo japonês decidiu eliminar definitivamente a influência dos Estados Unidos na Ásia. Para isso, no dia 7 de dezembro de 1941, empreendeu um grande ataque aéreo à base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. O ataque japonês destruiu 18 embarcações e mais de 300 aeronaves. Cerca de 2 mil soldados norte-americanos morreram.

Um dia após a ofensiva a Pearl Harbor, o Congresso norte-americano aprovou a declaração de guerra contra o Japão. Alemanha e Itália, que formavam com o Japão, desde 1936-1937, o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, declararam guerra aos Estados Unidos. Brasil e México, além de outros países do Ocidente, entraram na guerra reforçando o bloco dos países aliados. A partir de então, o conflito tornou-se mundial.



Soldados japoneses comemoram a ocupação de Xangai, na China, em 1937, durante a Guerra Sino-Japonesa.

A reviravolta no conflito

Foi na frente leste, nos combates contra a União Soviética, que os nazistas concentraram o maior número de soldados e armamentos. A primeira vitória soviética ocorreu na **Batalha de Moscou**, entre outubro e dezembro de 1941, quando as forças de Stalin impediram a conquista da capital. Nos três meses seguintes, o exército de Hitler perdeu mais de 300 mil homens em combate, e outros 600 mil foram afastados (por ferimentos, doenças ou por congelamento dos membros).

O líder nazista não se intimidou com as estatísticas desfavoráveis e não deu a devida atenção aos relatórios do seu serviço de espionagem, que confirmavam a produção intensa de armamentos por parte dos soviéticos, especialmente tanques blindados. Hitler ordenou a tomada da cidade de Stalingrado (atual Volgogrado), importante centro industrial soviético.

As ofensivas rumo a Stalingrado foram iniciadas em junho de 1942. Em novembro, as forças nazistas entraram na cidade depois de um ataque vitorioso. Contudo, a dura contraofensiva soviética não demorou. Além da força bélica e do efetivo militar, a defesa de Stalingrado contou com o envolvimento de toda a população civil. Em pouco tempo, os russos passaram a cercar as tropas alemãs na cidade.

O frio intenso do inverno russo e a falta de víveres contribuíram para o aumento das baixas nas tropas nazistas, que se recusavam à rendição. A **Batalha de Stalingrado** foi concluída apenas em fevereiro de 1943, com a vitória soviética. Os cerca de 100 mil soldados nazistas que sobreviveram, extremamente debilitados pelo frio, pela fome e pelas doenças, foram feitos prisioneiros. Depois da vitória sobre os alemães, os soviéticos iniciaram o avanço em direção a Berlim. O triunfo soviético em Stalingrado teve grande repercussão mundial e serviu de exemplo para que as tropas aliadas, em todas as frentes, recobrassem o ânimo.



■ Soldados do Exército Vermelho lutam contra as forças alemãs e seus aliados na Batalha de Stalingrado, 1942-1943.

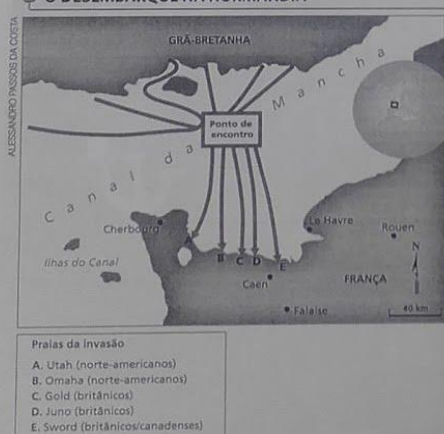


■ Mulher cozinha em meio a escombros, em Stalingrado, arruinada pela batalha entre soviéticos e forças nazistas, 1942.



Desembarque de soldados aliados e de equipamentos na praia de Arromanches, Normandia, França, em 6 de junho de 1944.

O DESEMBARQUE NA NORMANDIA



Fonte: Atlas da história do mundo. São Paulo: Times/Folha de S. Paulo, 1995. p. 269.

O desembarque aliado na Normandia

Enquanto o exército soviético e os movimentos de resistência local derrotavam as tropas de Hitler no leste da Europa, os Aliados planejavam a retomada da parte oeste do continente que ainda estava sob domínio nazista.

A operação decisiva para aniquilar as forças nazistas na frente ocidental foi o ataque aliado à costa da Normandia, no norte da França, no dia 6 de junho de 1944, mais conhecido como o **Dia D**. Comandada pelo general norte-americano Dwight Eisenhower, a operação mobilizou mais de 150 mil soldados aliados, organizados em cinco frentes, cerca de 6 mil navios, mais de 10 mil aeronaves e milhares de paraquedistas.

Para confundir as defesas nazistas, os Aliados divulgaram informações contraditórias quanto ao local e dia do ataque. A estratégia funcionou, mas, apesar de surpreendidos pelo ataque, os nazistas ofereceram dura resistência. Com grande número de baixas, os Aliados conseguiram vencer e chegar a Paris em agosto daquele ano. O sucesso da operação abriu caminho para iniciar uma nova marcha aliada rumo à Alemanha.

• A rendição da Alemanha

Desde o segundo semestre de 1942, as cidades alemãs sofriam bombardeios da Real Força Aérea britânica. As investidas da RAF tornavam-se cada vez mais frequentes. Pelo leste, as tropas soviéticas libertaram do domínio nazista a Polônia, a Hungria, a Romênia, a Bulgária e a Tchecoslováquia, e, em janeiro de 1945, deram início à marcha para Berlim.

Diante da gravidade da situação, Hitler convocou crianças, idosos e soldados da reserva para participarem do conflito. Sob o comando de Joseph Goebbels, o Ministério da Propaganda da Alemanha atuava para que a população se mantivesse convencida da importância da guerra. O governo solicitava a doação de mantimentos, cobertores, dinheiro e objetos de valor para a manutenção das tropas alemãs. Apesar do esforço governamental para convencer os alemães a resistirem, muitas pessoas já estavam certas da derrota nazista e organizavam grupos contrários ao governo.

Nas frentes de batalha, as tentativas para deter o avanço soviético foram inúteis. A falta de munição e alimentos e o grande número de deserções inviabilizaram a resistência alemã diante das forças de Stalin.

Em 30 de abril de 1945, diante da iminente derrota, Hitler e sua esposa Eva Braun suicidaram-se. No dia 5 de maio, as tropas soviéticas anunciaram a tomada de Berlim. Dois dias depois, a Alemanha se rendeu incondicionalmente.



Cartaz de propaganda nazista com os dizeres "Toda força concentrada! Guerra total! Guerra curta!", 1943.



Soldado hasteia a bandeira soviética no topo do Reichstag, o Parlamento alemão, após ter sido tomado pelo Exército Vermelho, em maio de 1945.

Questões

1. Quantos aviões suicidas saíram para a missão descrita no texto? Quantos conseguiram cumprir seu objetivo?
2. Quais foram os danos causados pelas missões *kamikazes* às forças norte-americanas durante a Segunda Guerra?
3. Você consegue identificar nos dias de hoje pessoas que assumem missões semelhantes à dos *kamikazes* durante a guerra? Justifique.

A derrota do Japão

No Pacífico, Estados Unidos e Japão travavam duras batalhas. A partir de 1943, os norte-americanos tomaram o controle de diversas ilhas que estavam sob controle japonês. Mesmo com as vitórias, as perdas aliadas ainda eram terríveis. Os ataques suicidas de pilotos japoneses, iniciados em junho de 1944, provocavam muitas baixas. Esses pilotos, conhecidos como *kamikazes*, atiravam seus aviões carregados com explosivos contra embarcações inimigas provocando muitos naufrágios. Os navios que resistiam aos ataques *kamikazes* ficavam seriamente danificados.

Kamikazes, as bombas humanas

“Em 6 de abril de 1945, 355 aviões suicidas [...] partiram para o ataque; os americanos abateram 250 antes que eles conseguissem se aproximar de seus objetivos. Mas os sobreviventes puseram fora de combate o porta-aviões *Hancock*, afundaram dois grandes transportes de assalto, danificaram o encouraçado *Maryland* e diversos destróieres. [...]”

Durante suas 1.900 missões suicidas, os *kamikazes* da marinha e da aviação tinham afundado cerca de 30 embarcações americanas e danificado cerca de 300, causando diretamente a morte de 4.907 marinheiros. [...] Com 14,7% de acertos, os resultados dos ataques *kamikazes* continuavam ainda muito acima da média dos ataques convencionais.”

MEYER, Charles. *Kamikazes, as bombas humanas*. Revista História Viva, n. 24, out. 2005. Disponível em www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens. Acesso em 31 maio 2011.

Ataque *kamikaze* ao porta-aviões *USS Franklin*, da marinha norte-americana. Oceano Pacífico, março de 1945.



THE SPANISH COLLECTION/OTHER IMAGES



■ Vista da cidade de Hiroshima, no Japão, após a explosão da bomba atômica, em 6 de agosto de 1945.

Tragédia em agosto

Imagine acordar um dia, às 8h15 da manhã, e ouvir um enorme estrondo. Você espera uns instantes, depois corre em direção à janela e vê um imenso cogumelo de fumaça no ar, misturando tons de preto, cinza, branco e rosa. Nas ruas, pessoas queimadas e feridas fogem desorientadas do centro da explosão. É essa a experiência que contam muitos dos sobreviventes do lançamento da bomba atômica pelos Estados Unidos no Japão, uma das maiores tragédias dessa guerra.

No início de agosto de 1945, o Japão, isolado, seguia em guerra no Pacífico. Mesmo sabendo que a rendição japonesa não tardaria, os norte-americanos resolveram abreviar o final dos combates testando contra o inimigo uma nova arma.

Desde o início da década de 1940, físicos europeus radicados nos Estados Unidos testavam uma nova bomba, baseada na fissão de urânio. Comandantes do exército norte-americano e o presidente Harry Truman concluíram que o momento da guerra era ideal para testá-la.

A primeira bomba foi lançada contra a cidade japonesa de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945. Cerca de 70 mil pessoas morreram imediatamente e mais da metade da cidade desapareceu com o calor gerado pela explosão. No dia 9 de agosto, mais uma bomba foi lançada sobre o Japão, dessa vez na cidade de Nagasaki, matando na hora cerca de 80 mil pessoas.

Estima-se que mais de 300 mil pessoas tenham morrido dias após os lançamentos das bombas. Ainda hoje, milhares de japoneses sofrem com doenças causadas pela radiação.

Diante desse terrível quadro de destruição, em 14 de agosto de 1945 o imperador japonês Hirohito assinou a rendição. A Segunda Guerra Mundial chegava ao fim com um saldo de 50 milhões de mortos, entre civis e militares, e mais de 20 milhões de mutilados.

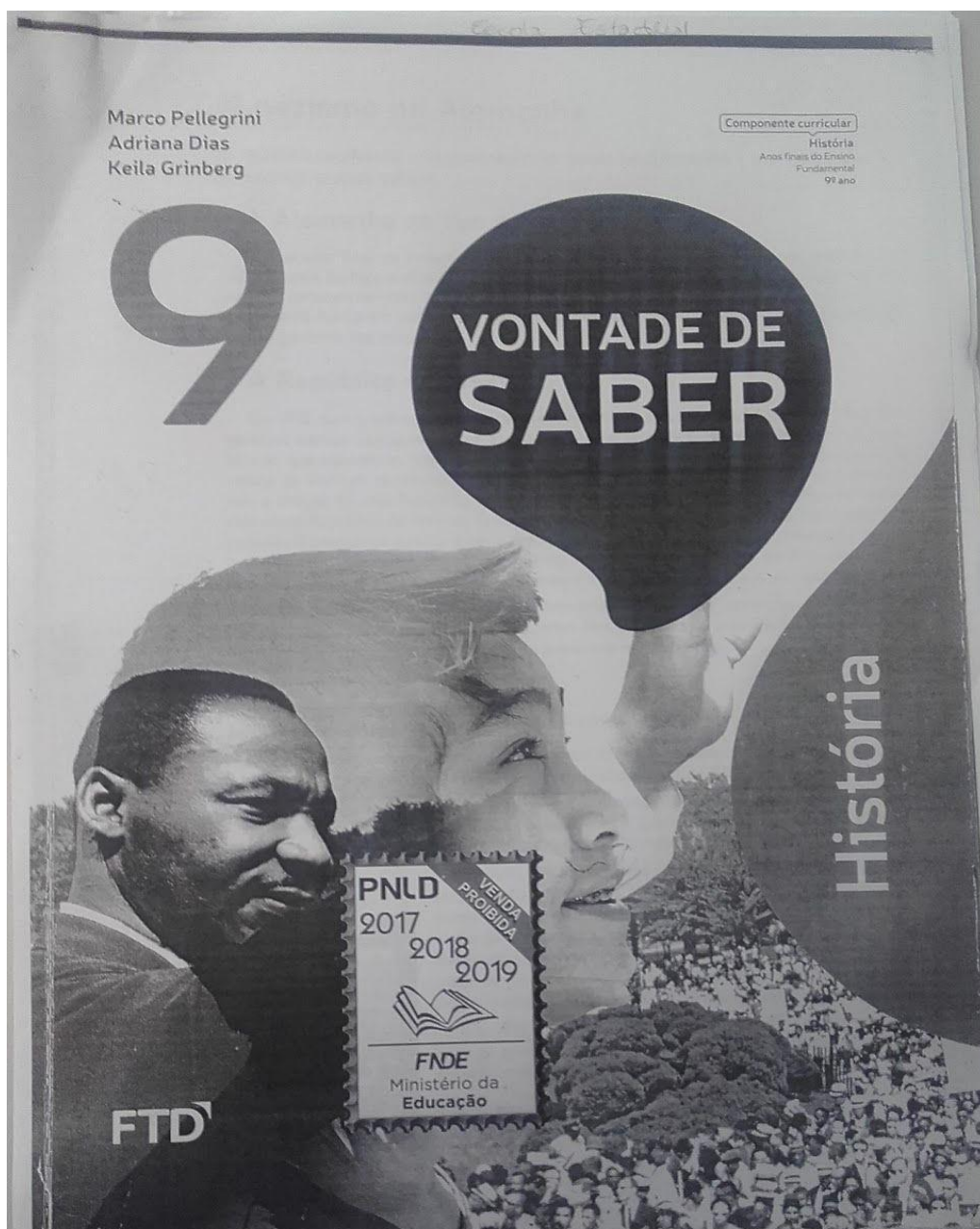
Fissão

Divisão das partículas que compõem um elemento químico. Essa divisão é responsável por liberar grande quantidade de energia.



NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION, WASHINGTON

■ Cogumelo de fumaça formado após a explosão da bomba atômica em Nagasaki, no dia 9 de agosto de 1945. Arquivo Nacional e de Administração de Registros, Estados Unidos.

ANEXO C - LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA; VONTADE DE SABER HISTÓRIA.

O nazismo na Alemanha

O nazismo promoveu a centralização do poder na Alemanha e a perseguição a diversos grupos sociais.

> A Alemanha no fim da Grande Guerra

No período final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha passava por uma grande instabilidade política e econômica. As difíceis condições de vida de grande parte da população geraram revoltas e movimentos grevistas por todo o país. Soldados, marinheiros e operários fundaram conselhos, exigindo o fim do regime monárquico e a implantação de um governo republicano.

> A República de Weimar

Em 1918, com a iminente derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o *Kaiser* (imperador) alemão Guilherme II abdicou do trono. Com isso, foi organizado um governo republicano, que assumiu as negociações com os Aliados pelo fim da guerra. No ano seguinte, na cidade de Weimar, os republicanos elaboraram uma **Constituição federalista**, que determinou a criação de uma República democrática parlamentar na Alemanha, mais tarde conhecida como República de Weimar. O *Kaiser* foi substituído por um presidente eleito pelo voto popular. O presidente passou a ser o responsável pela nomeação de um chanceler, ou primeiro-ministro, subordinado ao Parlamento Alemão. A Constituição de 1919 estabeleceu também alguns direitos sociais, como o acesso à educação, à cultura e ao trabalho.

Desde sua criação, a República de Weimar enfrentou forte oposição, principalmente por parte de grupos socialistas radicais, entre eles a Liga Espartaquista. Os espartaquistas lutavam pela criação de uma República socialista na Alemanha.



O sujeito na história Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo nasceu na Polônia, em 1871. Ela foi uma militante revolucionária que atuou principalmente na Alemanha no início do século XX.

Estudiosa da obra de Karl Marx, Rosa era adepta dos ideais socialistas. Por seu pensamento revolucionário e por ser contrária à guerra, Rosa foi perseguida e ficou presa durante grande parte da Primeira Guerra Mundial.

Em 1915, Rosa participou da fundação da Liga Espartaquista, setor mais radical do Partido Social-Democrata Alemão. O nome da Liga foi inspirado em *Spartacus*, líder de uma revolução de escravos na Roma Antiga. Uma das principais ideias defendidas pelo grupo era que o governo fosse exercido por meio de conselhos populares. Em dezembro de 1918, ela participou também da fundação do Partido Comunista Alemão.

Em 1919, o grupo formado pelo Partido Comunista Alemão se envolveu em uma insurreição contra o governo, mas foi reprimido e Rosa, assassinada.

Ao lado, Rosa Luxemburgo discursando durante manifestação na cidade de Stuttgart, Alemanha, 1907.



A ascensão do nazismo na Alemanha

capítulo 5

No início da década de 1920, a Alemanha atravessava uma profunda crise econômica e sofria com a crescente inflação. A dívida do Estado alemão era agravada pela alta indenização que, de acordo com o Tratado de Versalhes, o governo se comprometera a pagar aos Aliados.

Nessa situação crítica, foi fundado o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ou **Partido Nazista**. O nazismo, ideologia daquele partido, apresentava princípios semelhantes aos do fascismo, porém dava grande ênfase ao racismo e ao antissemitismo, além de reprovava a democracia liberal da República de Weimar. O grande líder do Partido Nazista era Adolf Hitler.

Em 1923, Hitler liderou os nazistas em um golpe para tentar tomar o poder na cidade de Munique, na região alemã da Baviera. A tentativa de golpe foi rapidamente sufocada pela polícia bávara e Hitler foi preso com outros nazistas.

Na prisão, Hitler escreveu a obra *Mein Kampf* (Minha Luta), definindo alguns princípios da ideologia nazista, entre eles, a necessidade de a "raça" ariana se constituir como nação, o culto à personalidade do líder e a destruição da democracia, utilizando para isso a própria política como estratégia, ao combiná-la com ações armadas.



Jovens alemães nazistas lendo o livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, 1939.

Hitler e os nazistas no poder

No ano de 1925, Hitler já estava solto e retomou suas ações para chegar ao poder na Alemanha. No entanto, ele mudou de estratégia, abandonando as tentativas de golpe e tentando chegar ao poder pelas vias burocráticas e eleitorais. Nas eleições de 1930, o Partido Nazista foi o segundo mais votado. Em 1933, Hitler foi nomeado primeiro-ministro da Alemanha e, em 1934, com a morte do então presidente Hindenburg, assumiu o comando do país.

Hitler era muito autoritário, tinha o apoio da alta burguesia e promoveu uma intensa mobilização popular. Ele acabou com o federalismo, centralizando o poder do Estado em suas mãos, e adquiriu poderes de ditador, autoproclamando-se *führer* (líder, em alemão). Além disso, intensificou a censura e aboliu os sindicatos, substituindo-os por corporações nacionais.

Hitler também financiou a formação de uma milícia fiel às suas ordens, a *Schutzstaffel* (ou SS), que perseguia membros de grupos sociais considerados "inferiores", principalmente judeus, ciganos, eslavos e homossexuais, bem como comunistas e demais adversários políticos.



Adolf Hitler fazendo a saudação nazista durante um congresso em Nuremberg, Alemanha, 1935.

As origens da Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais destrutivo do século XX.

► Uma guerra sem precedentes

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito sem precedentes na história. A quantidade de pessoas mobilizadas e a utilização de armas com poder destrutivo nunca antes visto, levaram os especialistas em história militar a chamar o conflito de "guerra total".

De acordo com alguns estudiosos, várias motivações da Segunda Guerra Mundial tiveram origem após a Primeira Guerra Mundial. Isso porque as cláusulas estabelecidas pelo Tratado de Versalhes, em 1919, não solucionaram os fatores que motivaram aquele conflito e lançaram as sementes para a Segunda Guerra Mundial.

► A política de apaziguamento

Diante das atrocidades ocorridas na Primeira Guerra Mundial, os governos de muitos países, como França, Inglaterra e Estados Unidos (EUA), adotaram uma diplomacia baseada na chamada política de "apaziguamento". Segundo essa proposta, os governantes desses países buscariam manter a paz entre as nações por meio da diplomacia. Eles sabiam que a paz era importante para reerguer a economia dos países europeus, arrasada pela guerra. No entanto, cada nação adotou uma atitude diferente.

Os governantes da França afirmavam que era necessário respeitar o Tratado de Versalhes. Para alguns grupos políticos ingleses, entretanto, era preciso rever alguns pontos do tratado, devido ao excesso de cláusulas punitivas impostas à Alemanha. Já os governantes dos EUA, que haviam se recusado a assinar o Tratado de Versalhes, preferiam adotar uma política não só pacifista, mas também isolacionista, procurando não interferir nas questões envolvendo países europeus, conforme era defendido pela opinião pública estadunidense.

Isolacionismo: doutrina que defende o isolamento de um país, assim como a não formação de alianças e acordos com outros países.



O fracasso da Liga das Nações

A Liga das Nações foi uma organização internacional criada pelo Tratado de Versalhes, em 1919, com a finalidade de promover a paz entre os povos. Mesmo tendo realizado intervenções em diversas regiões de conflito, essa organização não foi capaz de atingir plenamente seus objetivos. Os principais motivos do fracasso da Liga das Nações foram a demora em aceitar a participação da Alemanha e da União Soviética (URSS), além da ausência dos EUA como país-membro.

O vazio no ponte, charge de 1919 satirizando a fragilidade da Liga das Nações sem a participação dos EUA.

► O revanchismo alemão

De acordo com o Tratado de Versalhes, a Alemanha foi considerada a principal responsável pela Primeira Guerra Mundial. Além de pagar altas indenizações e perder suas colônias na África, os alemães foram proibidos de possuir marinha de guerra e força aérea e, também, tiveram seu exército limitado a cem mil homens.

Além disso, com a criação da Tchecoslováquia e da Polônia, a Alemanha perdeu boa parte de seu território e mais de três milhões de habitantes. Essas imposições, reconhecidamente humilhantes até por inimigos declarados da Alemanha, como os soviéticos, geraram um sentimento de revanche nos alemães, que encontraram na figura de Adolf Hitler um líder para canalizar esse sentimento.

► O governo nazista

Desde que chegaram ao poder, em 1933, os nazistas iniciaram um governo autoritário, centralizando o poder do Estado nas mãos do ditador Adolf Hitler. Eles adotaram medidas xenófobas, criando leis de exclusão para estrangeiros, particularmente os que eram judeus.

Em seus discursos, embasavam seu nacionalismo extremado no **pangermanismo**, que é a ideia de que todos os povos de origem germânica deveriam se unir em uma única nação, a Grande Alemanha, chamada pelos nazistas de **Terceiro Reich**. Com isso, eles buscavam estimular nos alemães a ideia de que deveriam participar dos projetos expansionistas de invasão de territórios estrangeiros habitados por povos germânicos.

Soldados alemães escutam um discurso de Hitler durante o Congresso do Partido Nazista em Nuremberg, Alemanha, 1936.



Para fortalecer o poder do Estado e controlar os movimentos operários, o governo alemão realizou grandes investimentos nos setores produtivos do país. O desemprego foi praticamente eliminado com a disponibilização de postos de trabalho em grandes obras públicas. O poderio industrial alemão foi recuperado, destacando-se a produção de artefatos bélicos para equipar as forças armadas, então em franca expansão, o que garantiu o apoio dos industriais ao regime nazista.

► O arianismo

A xenofobia radical do nazismo tinha um caráter profundamente racista, promovido pela ideologia do arianismo. Segundo os nazistas, os alemães "puros" eram arianos que possuíam características que faziam deles e de seus descendentes uma "raça superior". Por outro lado, também afirmavam que judeus e ciganos pertenciam a "raças inferiores", pois nesses grupos havia uma "mistura de raças". Assim, o Estado alemão justificava a exclusão e as perseguições a esses grupos considerados "impuros".

> A propaganda nazista

Além da reestruturação econômica, a propaganda foi outra estratégia eficaz para garantir o apoio da população à política nazista. O responsável pela propaganda do regime foi Joseph Goebbels, que glorificou a imagem de Hitler por meio de jornais e panfletos, além de promover comícios gigantescos, com grande ostentação de poder militar, que incluíam simulações de batalhas com tanques e soldados em estádios lotados de espectadores.

Um dos principais registros da propaganda nazista é o documentário *O Triunfo da Vontade*, da cineasta alemã Leni Riefenstahl (1902-2003). Esse documentário foi organizado com o objetivo de convencer o espectador de que o nazismo, liderado por Adolf Hitler, era a solução para os problemas da Alemanha.



O Triunfo da Vontade

Direção de Leni Riefenstahl, 1936. (114 min.)

Nesse documentário de propaganda do regime nazista, Adolf Hitler é exaltado como salvador do povo alemão.

Cena do documentário *O Triunfo da Vontade*, de 1936.



O sujeito na história

Leni Riefenstahl



Leni Riefenstahl nasceu em Berlim, Alemanha, em 1902. Iniciou sua carreira artística como dançarina, mas ganhou notoriedade como cineasta. Durante a década de 1930, ela foi contratada por Adolf Hitler para produzir o documentário *O Triunfo da Vontade*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Leni foi acusada de colaborar com o regime nazista. Ela foi julgada e inocentada, porém, teve muita dificuldade de continuar sua carreira como cineasta.

Ela passou então a se dedicar a trabalhos como fotógrafa. Entre outros trabalhos, na década de 1970, lançou dois livros com fotografias do povo Nuba, que vive no Sudão, África. Além disso, já idosa, tornou-se mergulhadora e fotógrafa subaquática. Riefenstahl faleceu aos 101 anos, em 2003, na cidade de Pöcking, Alemanha.

Leni Riefenstahl editando as cenas de *O Triunfo da Vontade*, 1935.

► A formação do Eixo Roma-Berlim-Tóquio

Durante o período Entreguerras, diversos países firmaram acordos entre si, o que despertava a desconfiança dos Estados que não participavam desses acordos. Além disso, as grandes potências vinham aumentando a produção de armamentos e o alistamento de soldados, demonstrando que estavam se preparando para uma possível guerra.

Um dos acordos mais importantes firmados nessa época foi o **Pacto Anticomunista** (*Antikominternpakt*, em alemão), assinado por representantes do Japão, da Itália e da Alemanha, em 1937, estabelecendo o chamado Eixo Roma-Berlim-Tóquio. O anticomunismo do Eixo agradava aos governantes dos países capitalistas, que temiam o aumento da área de influência dos comunistas.



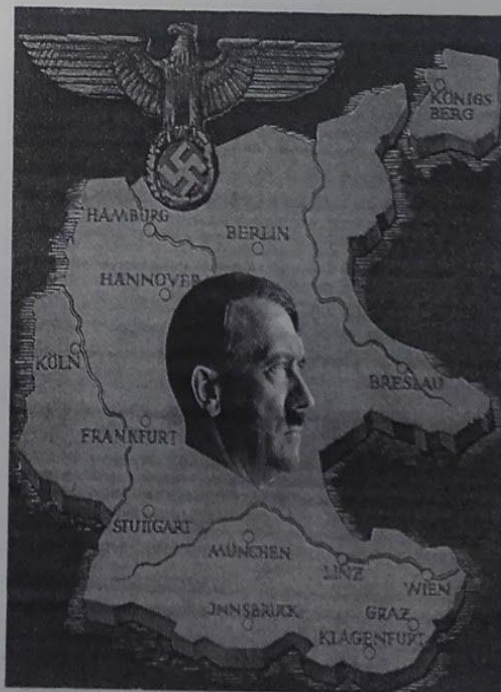
Representantes do Eixo Roma-Berlim-Tóquio reunidos em Roma, 1937. Da esquerda para a direita, é possível identificar o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Joachim von Ribbentrop, o Primeiro-Ministro da Itália, Benito Mussolini, o embaixador japonês Masayasu Hotta e o Ministro das Relações Exteriores da Itália, Galeazzo Ciano Contagem.

capítulo 7

► O “espaço vital”

O governo da Alemanha, seguindo o princípio do pangermanismo, buscava o que considerava um “espaço vital”, isto é, terras e recursos suficientes para que sua população pudesse se desenvolver.

O primeiro passo do expansionismo alemão foi a anexação da Áustria, em 1938. Nesse país, havia uma grande quantidade de germânicos, que falavam alemão, e muitos deles receberam com alegria os soldados alemães. A situação econômica da Áustria era péssima, com muitos desempregados, enquanto, na Alemanha, a propaganda nazista passava a ideia de que o país estava prosperando.



Propaganda nazista celebrando a anexação da Áustria, 1938.

13-MÄRZ 1938
EIN VOLK EIN REICH
EIN FÜHRER

A declaração de guerra

As invasões nazistas na Tchecoslováquia e na Polônia marcaram o início da Segunda Guerra Mundial.

► A invasão da Tchecoslováquia

Depois de anexar a Áustria, o governo alemão alegou que tinha direitos também sobre a região dos Sudetos, localizada na Tchecoslováquia, país que havia sido criado pelo Tratado de Versalhes, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial.



Nazistas derrubando o marco de fronteira entre a Alemanha e a Tchecoslováquia, 1939.

Para garantir sua conquista, os alemães prepararam a Conferência de Munique, em 1938. Nessa conferência, Adolf Hitler, da Alemanha, e Benito Mussolini, da Itália, assinaram um acordo com os primeiros-ministros Édouard Daladier, da França, e Neville Chamberlain, da Inglaterra, que permitia a ocupação da região dos Sudetos, apesar de ser uma região de minoria alemã.

Em 1939, a Alemanha rompeu o acordo e ocupou o restante da Tchecoslováquia. Com isso, muitos europeus passaram a criticar veementemente a política de apaziguamento adotada pelos franceses e ingleses.

► A invasão da Polônia

Em agosto de 1939, ocorreu uma reviravolta na política internacional, quando representantes dos governos da Alemanha e da URSS assinaram o **Pacto Germano-Soviético**, um acordo de não agressão mútua. Esse acordo surpreendeu os governos liberais, principalmente da França e da Inglaterra, que até então acreditavam na veracidade da propaganda anti-comunista promovida pelo governo nazista alemão.

No dia 1º de setembro de 1939, os alemães invadiram a Polônia para reaver a importante cidade de Danzig (Gdansk, para os poloneses), que pertencia à Alemanha até o fim da Primeira Guerra Mundial. Diante disso, no dia 3 de setembro de 1939, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha, dando início à Segunda Guerra Mundial.



Jornal de 1939 noticiando que Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha.

O Pianista

Direção de Roman Polanski, 2002. (150 min.)

Filme que mostra, a partir da visão do polonês Władysław Szpilman, a invasão do exército nazista em Varsóvia, na Polônia. Acompanhe a trajetória do músico sua luta cotidiana pela sobrevivência durante a guerra.

► A expansão nazista na Europa

De setembro de 1939 a abril de 1940, a guerra limitou-se a combates navais, em que os alemães, por meio de seus submarinos, procuravam desestabilizar o comércio britânico. Quando as condições climáticas ficaram favoráveis, em abril de 1940, os alemães invadiram e ocuparam rapidamente a Dinamarca e a Noruega. Em maio, começou a ofensiva contra Holanda, Bélgica e Luxemburgo, apesar da neutralidade desses países.

Enquanto isso, as forças francesas e inglesas aguardavam a chegada das tropas alemãs. Os franceses estavam confiantes na capacidade de defesa da **Linha Maginot**, que era uma série de fortificações construídas na fronteira com a Alemanha e a Itália, ligadas entre si por corredores subterrâneos. Como essa linha defensiva fora idealizada para uma guerra de trincheiras, ela não pôde conter o avanço dos veículos blindados alemães, que contornaram a linha passando por uma região de florestas que não fora fortificada e invadiram o território francês.

Bandeira nazista hasteada em uma das fortificações da Linha Maginot, na França, 1940.



Derrotada, a França assinou um armistício em 22 de junho de 1940, e o Norte e o Centro do país, incluindo Paris, foram diretamente ocupados pelos alemães. No Sul e Sudoeste foi formado um governo francês colaboracionista com os alemães, presidido pelo marechal francês Philippe Pétain, com capital em Vichy. Tendo a Europa Ocidental sob controle, Hitler voltou suas forças contra a Inglaterra. Antes de tentar uma invasão, os alemães procuraram enfraquecer as defesas inglesas por meio de pesados bombardeios aéreos. Era a **Batalha da Inglaterra**, que aconteceu entre agosto de 1940 e junho de 1941. Mesmo com a destruição provocada pelos bombardeios alemães, a Inglaterra resistiu, frustrando os planos de Hitler.

A expansão da Alemanha (1939 a 1941)



Fonte: BRENER, Jayme. A Segunda Guerra Mundial: o planeta em chamas. São Paulo: Ática, 1997.

> A Blitzkrieg (guerra-relâmpago)

A *Blitzkrieg* foi a tática de guerra responsável pela rapidez e eficiência de combate das Forças Armadas da Alemanha nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Essa tática visava o avanço rápido e eficiente de tropas do exército, reduzindo ao máximo as chances de defesa do inimigo.



Primeiro, os aviões bombardeiros *Stuka* da força aérea alemã (*Luftwaffe*) despejavam explosivos para destruir pontos essenciais de defesa, como meios de comunicação e ferrovias. Em seguida, antes que o inimigo pudesse se recompor, começava a ofensiva das divisões de tanques, sufocando qualquer tipo de resistência. Protegida pelos tanques, a infantaria motorizada avançava, dominando o território, fator que dificultava o avanço das tropas de defesa. Após atingir o objetivo, as forças da *Blitzkrieg* eram rapidamente deslocadas para outra frente de batalha.

Tanques alemães durante a invasão da cidade soviética de Kursk, 1943

A tática da terra arrasada

Além da ideologia anticomunista, motivos econômicos e estratégicos levaram Hitler a invadir a Ucrânia e o acesso aos campos petrolíferos da região do Cáucaso, além de ocupar a região mais industrializada da União Soviética. No entanto, enquanto os soviéticos se retiravam para além dos montes Urais, trataram de transportar os equipamentos industriais para reinstalá-los, destruindo tudo o que não pudesse ser carregado e que poderia ser útil aos invasores: era a chamada tática da terra arrasada.

> A Operação Barbarossa

Tendo que adiar os planos de invasão da Inglaterra (em três meses os alemães perderam 1700 aviões, contra 900 dos ingleses), Hitler direcionou suas forças contra a URSS.

Desconsiderando o pacto de não agressão estabelecido com os soviéticos, Hitler iniciou a invasão do território russo em junho de 1941. Os soldados alemães que participaram dessa ação, conhecida como Operação Barbarossa, receberam ordens para eliminar totalmente os bolcheviques. Milhões de soviéticos, civis e militares, foram massacrados.

O avanço dos alemães foi rápido e, em novembro, eles já estavam próximos a Moscou. A população da capital russa, no entanto, apresentou uma resistência tenaz e, além disso, foi beneficiada pelas chuvas que transformaram em pântanos as imediações da cidade, impossibilitando o avanço dos blindados alemães.

Para piorar a situação, Hitler teve que deslocar parte de suas tropas da Operação Barbarossa para auxiliar Mussolini, que estava fracassando em suas tentativas de invadir o Norte da África e a Grécia.

► O ataque a Pearl Harbor e a ofensiva japonesa

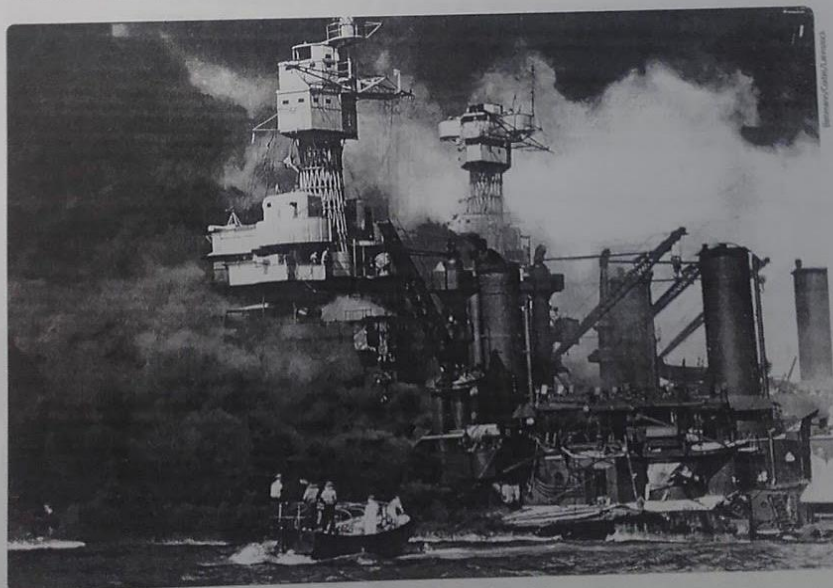
Os planos expansionistas japoneses na Ásia contrariavam os interesses estadunidenses. A situação ficou mais tensa quando os japoneses invadiram a Indochina francesa, em 23 de setembro de 1940. Como resposta, os EUA e a Inglaterra estabeleceram um embargo comercial contra o Japão, privando-o de aço e petróleo. A frota da Marinha estadunidense era um empecilho ao expansionismo japonês no oceano Pacífico. Os japoneses elaboraram, então, um plano de ataque fulminante que arrasaria a frota estadunidense, abrindo caminho para o Japão ocupar importantes regiões produtoras de petróleo, estanho e borracha.

Assim, em dezembro de 1941, os japoneses desferiram um grande ataque surpresa à base naval estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí. O saldo dessa ofensiva foi destrutivo para os estadunidenses, que perderam mais de dois mil homens, além de quase toda a sua frota que estava estabelecida no Pacífico. Esse evento ajudou o presidente Roosevelt a convencer o Congresso estadunidense e a opinião pública a apoiar a declaração de guerra às potências do Eixo no mesmo dia do ataque a Pearl Harbor. O grande poderio industrial e militar estadunidense foi posto então à disposição dos Aliados, mudando a relação de forças no conflito. Enquanto isso, acreditando que as forças navais estadunidenses estavam derrotadas, o comando militar japonês lançou uma **grande ofensiva**, dominando Hong Kong, as ilhas Filipinas, Cingapura, Indonésia, Birmânia e Nova Guiné, entre outras ilhas.

Segunda Grande Guerra

Site português que traz textos, imagens, curiosidades e biografias relacionados à Segunda Guerra Mundial.

Visite o site: <<http://eba.im/jmojkk>>
Acesso em: 7 abr. 2015.



Navios estadunidenses em chamas após o ataque japonês a Pearl Harbor, 1941.

A derrocada do Eixo

A partir de 1942, os aliados começaram a levar vantagem sobre o Eixo, por causa da entrada dos EUA na guerra e das vitórias soviéticas contra os alemães.

► A ofensiva dos Aliados

A invasão alemã ao território soviético foi contida nos arredores de Moscou, mas a batalha mais determinante para a mudança dos rumos da guerra na **Frente Leste** ocorreu em Stalingrado. Nessa batalha, a vitória soviética acabou com o mito da invencibilidade do exército alemão e, a partir daí, começou um grande avanço do Exército Vermelho com destino a Berlim.

A vitória dos Aliados contra as forças alemãs no Norte da África, em 1942, facilitou a invasão do Sul da Itália, criando uma nova frente de batalha. As tropas alemãs e italianas não conseguiram conter o avanço dos Aliados, que contavam com o apoio das tropas inglesas e estadunidenses. Esse fato fez com que o próprio **Conselho Fascista** italiano depusesse Mussolini para negociar a rendição com os Aliados. Com o apoio de Hitler, no entanto, Mussolini continuou governando no Norte do país, mantendo a resistência até o início de 1945, quando foi capturado e executado por forças antifascistas italianas.

► O Dia D

Na madrugada do dia 6 de julho de 1944, conhecido como "Dia D", teve início o **desembarque dos Aliados na Normandia**, no Norte da França. Nessa operação, mais de 150 mil soldados estadunidenses, ingleses e canadenses, apoiados por mais de seis mil navios e cinco mil aviões, iniciaram o desembarque. Sob o fogo das metralhadoras alemãs, a operação foi difícil e violenta, causando milhares de mortes em ambos os lados, mas, como os alemães estavam desorganizados, os Aliados foram bem-sucedidos na invasão. Esse episódio marcou o início da grande ofensiva aliada e, em agosto, Paris foi libertada do domínio alemão.

Forças aliadas desembarcam na Normandia durante o Dia D, para, em seguida, libertar a Europa Ocidental do domínio nazista.



➤ A queda de Berlim

Após um avanço esmagador, as forças soviéticas chegaram à fronteira alemã em janeiro de 1945. Stálin organizou então uma nova ofensiva, fechando o cerco ao redor de Berlim, que foi duramente bombardeada e invadida por mais de dois milhões de soviéticos. Os invasores, no entanto, encontraram dura resistência entre os 100 mil soldados alemães que defendiam a capital, além dos civis que obedeceram às ordens de Hitler de resistir até o fim. Mas as forças soviéticas eram muito superiores, e Berlim se rendeu em maio de 1945. Logo depois, as forças aliadas também chegavam à capital. Hitler suicidou-se em 30 de abril, pondo fim ao Terceiro Reich.

➤ A rendição do Japão e o fim da guerra

A partir da contenção do avanço japonês, em maio de 1942, os estadunidenses investiram na guerra submarina, procurando causar o maior número de perdas possível à Marinha japonesa, enquanto investiam na recuperação de sua própria frota. Assim, tomando um a um os territórios sob ocupação japonesa, os estadunidenses conseguiram isolar o Japão, que gradativamente perdeu suas fontes de recursos naturais, indispensáveis para o esforço de guerra.

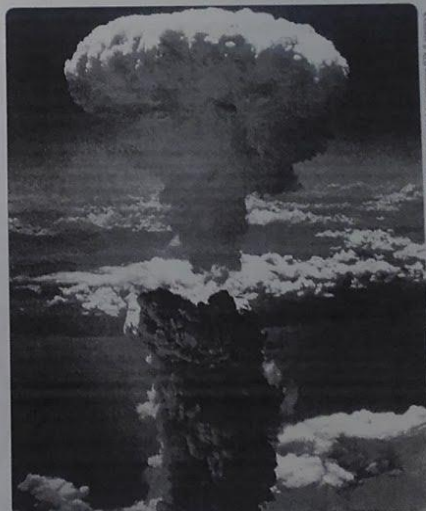
O golpe final veio em agosto de 1945. Tomando uma das decisões militares mais polêmicas da história, o presidente estadunidense Harry Truman autorizou o lançamento de **bombas atômicas** sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Leia o texto.

Às 8h 15 min 43 s do dia 6 de agosto de 1945 o céu de Hiroshima deixou de ser azul e ganhou uma coloração heterogênea: branco, violeta, púrpura, rosa e muitas outras. Milhares de pessoas simplesmente evaporaram, devido ao calor expelido (55 milhões de graus *celsius*) e, apenas dois segundos depois, outros milhares morriam esmagados pelos escombros. Segundo fontes japonesas, nesses dois segundos morreram 240 mil pessoas, enquanto que fontes americanas informam terem sido 90 mil. [...] A 9 de agosto, foi lançada uma outra bomba atômica sobre o Japão, agora uma bomba de plutônio, que atingiu Nagasaki e matou 40 mil pessoas ou mais. [...]

Adhemar Martins Marques e outros.
História contemporânea através de textos. 11.
ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 172.

Diante da destruição sem precedentes, o Japão acabou se rendendo, marcando o fim da Segunda Guerra Mundial.



Vista do cogumelo de fumaça causado pela explosão atômica sobre Nagasaki, 1945.



Edifícios de Hiroshima destruídos após a explosão da bomba atômica, 1945.

> O impacto da bomba atômica sobre o Japão

A utilização da bomba atômica sobre o Japão é um assunto até hoje muito discutido. Alguns concordam com Harry Truman, argumentando que a invasão do arquipélago japonês acarretaria enormes perdas humanas tanto de estadunidenses como de japoneses, sendo necessária uma medida drástica, mas eficiente, para forçar a rendição japonesa.

Outros não concordavam com o ataque atômico, visto que a situação do Japão era desastrosa e que o país poderia ser forçado à rendição apenas com o bloqueio naval. Nesse caso, o real sentido da utilização da bomba seria fazer uma demonstração de poder, principalmente para os soviéticos.

O lançamento das bombas atômicas sobre o Japão provocou um efeito devastador: milhares de pessoas morreram com as explosões e dezenas de milhares pereceram nos anos seguintes por causa dos efeitos da radiação.

> O impacto psicológico

Além da enorme destruição, o lançamento de bombas atômicas sobre o Japão causou grande impacto psicológico em todo o mundo. De acordo com o escritor húngaro Arthur Koestler (1905-1983), depois da bomba atômica, a humanidade passou a conviver com a possibilidade de ser destruída a qualquer momento.

[...] Antes da bomba termonuclear, o homem tinha de viver com a ideia de sua morte como indivíduo; de agora em diante, a humanidade tem de viver com a ideia de sua morte como espécie.

[...] Uma invenção, uma vez feita, não pode ser "desinventada": a bomba veio para ficar. A humanidade tem de viver com ela para sempre; não simplesmente durante a próxima crise e a seguinte, mas para sempre; não durante os próximos vinte, duzentos ou dois mil anos, mas para sempre. Ela tornou-se parte da condição humana.

Arthur Koestler. O fantasma da máquina. Trad. Christiano Monteiro Otlica. Heslodo de Queiroz Facó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969. p. 342-4.

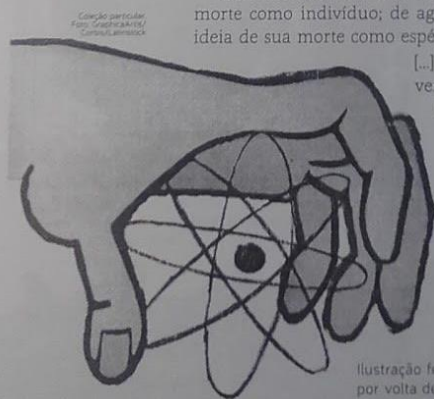


Ilustração feita por volta de 1950.

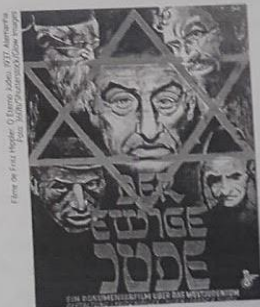
● Explorando a imagem

- Descreva a ilustração.
- Em sua opinião, qual é o significado dessa ilustração? Comente.

Explorando o tema

O Holocausto (*Shoah*)

Um dos acontecimentos mais chocantes revelados ao mundo após a Segunda Guerra Mundial foi o genocídio cometido pelos nazistas contra judeus, ciganos e demais minorias consideradas "inferiores". O extermínio dos judeus, conhecido popularmente como Holocausto e chamado de *Shoah*, em língua hebraica, representou o ápice da intolerância, do preconceito e do racismo.



➤ A segregação dos judeus

A segregação de judeus e de outras minorias fazia parte da política de Estado do governo nazista. Em 1935, as Leis de Nuremberg definiram a "pureza racial" dos alemães utilizando como critério o exame da ascendência genealógica dos indivíduos. Inicialmente, os judeus foram segregados em áreas específicas, os **guetos**. Eles tiveram grande parte de seus bens confiscados e foram obrigados a usar uma identificação, a estrela de Davi, para que fossem facilmente distinguidos dos alemães.

Cartaz do filme nazista *O eterno judeu*, de 1937. Nesse filme, os judeus foram retratados como inimigos perigosos a serem combatidos pelos alemães.



Mulheres e crianças judias chegam ao campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, em junho de 1944.

➤ Os campos de concentração

Com o início da guerra, em 1939, os judeus passaram a ser enviados para os campos de concentração. No campo de concentração, os prisioneiros passavam por uma triagem e, depois, eram despidos e tinham os cabelos rapados. Nada de valor poderia ficar com os prisioneiros, até mesmo as próteses e equipamentos mecânicos usados pelos deficientes físicos eram confiscados. Os homens mais fortes eram mandados para campos de trabalho forçado, suportando maus-tratos e humilhações.

Distintivo que os nazistas obrigavam os judeus a usar sobre a roupa para identificá-los.



Capítulo 7

▶ Experiências "científicas"

Os prisioneiros também eram submetidos a experiências médicas "científicas", servindo como cobaias humanas. Nessas experiências, eram obrigados a ingerir substâncias tóxicas e soluções contaminadas com bactérias; passavam por transplantes de órgãos; eram expostos a altas e baixas temperaturas com o objetivo de testar sua resistência; além de sofrer esterilizações, amputações e outras atrocidades.

O diário de Anne Frank

Anne Frank, Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

Publicado originalmente em 1947, nesse livro Anne Frank relata sua história como uma menina judia que sofreu os horrores da perseguição durante a guerra e sua constante luta pela sobrevivência.

▶ O extermínio de judeus

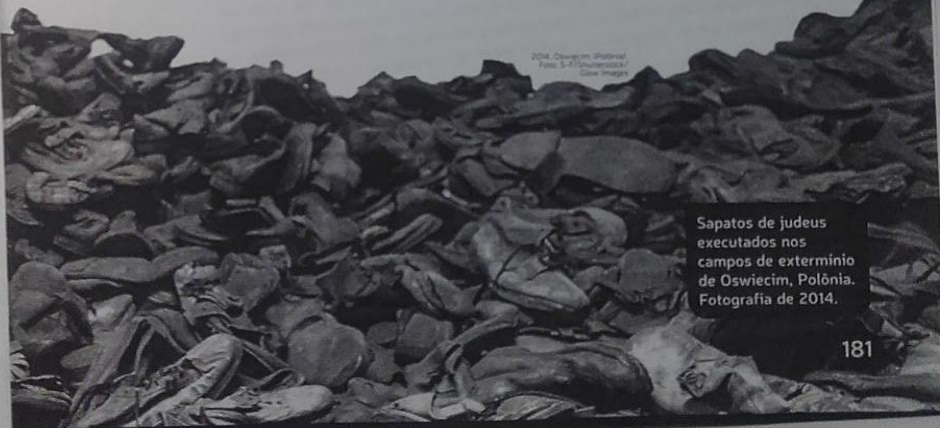
No final de 1942, quando os alemães começaram a ser derrotados, delineou-se mais claramente uma política nazista de extermínio massivo dos judeus, quando milhares deles, de toda a Europa, foram mortos em câmaras de gás. Ao final da guerra, o número de judeus mortos foi estipulado em cerca de seis milhões.

Nem todos os alemães compactuaram com a política do Estado nazista. Embora grande parte da nação alemã aprovasse o governo nazista e a perseguição aos judeus, tendo Hitler como um verdadeiro guia e herói, muitos desconheciam o que se passava nos campos de concentração e extermínio. Quando o regime caiu e essas práticas foram reveladas ao mundo, milhares de alemães sofreram um grande trauma decorrente do sentimento de culpa.



Moradores de Ludwigslust, na Alemanha, visitam campo de concentração nazista. Fotografia de 1945.

- Produza um texto sobre o Holocausto, comentando sobre como aconteceu e quais suas consequências.



Sapatos de judeus executados nos campos de extermínio de Auschwitz, Polônia. Fotografia de 2014.



Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os principais líderes nazistas foram julgados em um tribunal militar comandado pelos representantes dos países Aliados (Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra). Esse tribunal foi realizado na cidade alemã de Nuremberg, considerada um dos principais redutos nazistas. Os julgamentos duraram cerca de um ano e quase todos os réus foram declarados culpados por crimes contra a humanidade e condenados à morte por enforcamento.

Charge de 1946 sobre a condenação dos líderes nazistas ao enforcamento.

Durante o **Julgamento de Nuremberg**, como ficou conhecido, foram apresentados como provas da existência do Holocausto milhares de documentos do Partido Nazista, assim como evidências das torturas e mortes de judeus nos campos de concentração. Entre essas evidências estavam fotografias, filmes, objetos pessoais etc. Por isso, o Holocausto foi considerado um crime brutal contra a humanidade. Logo após a condenação dos chefes nazistas, surgiram algumas versões que questionavam a amplitude do crime cometido contra os judeus, em alguns casos até negando a própria existência do Holocausto. Os autores dessas versões são chamados de revisionistas e, em alguns casos, de negacionistas. Ao contrário da comunidade de historiadores, que passou a estudar o Holocausto com base em documentos históricos, os revisionistas não possuem provas para sustentar seus argumentos, dando margem, inclusive à utilização de suas ideias por grupos neonazistas e antisemitas.

Atualmente, em alguns países, é crime negar ou colocar a realidade histórica do Holocausto em dúvida. Na Alemanha, a pena é de 5 anos de prisão, enquanto na Áustria a pena pode chegar a 20 anos. Um caso emblemático ocorreu com a prisão, em novembro de 2005, do escritor inglês David Irving pela polícia austríaca, sob a acusação de negar publicamente a ocorrência do Holocausto. No Brasil, qualquer prática que induza à discriminação é crime, inclusive o de divulgação ao nazismo.

- Explique o que foi o Julgamento de Nuremberg.
- Qual é a principal teoria defendida pelos estudiosos chamados de revisionistas?

